

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

NILVAN LAURINDO SOUSA

**O PROJETO REPUBLICANO PARA A EDUCAÇÃO NO PARANÁ E O
PROCESSO DE (DES) MISTIFICAÇÃO DE JÚLIA WANDERLEY.**

**PONTA GROSSA
2013**

NILVAN LAURINDO SOUSA

**O PROJETO REPUBLICANO PARA A EDUCAÇÃO NO PARANÁ E O
PROCESSO DE (DES) MISTIFICAÇÃO DE JÚLIA WANDERLEY.**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na área de concentração História e Políticas Educacionais.

Orientadora: Profª Dra. Maria Isabel Moura Nascimento

**PONTA GROSSA
2013**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Sousa, Nilvan Laurindo

S725 O Projeto Republicano para a Educação
no Paraná e o Processo de (Des)
Mistificação de Júlia Wanderley/ Nilvan
Laurindo Sousa. Ponta Grossa, 2013.
119f.

Dissertação (Mestrado em Educação -
Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Isabel
Moura Nascimento.

1. Júlia Wanderley. 2. Imprensa.
3. História da educação e ideário
republicano. I. Nascimento, Maria Isabel
Moura. II. Universidade Estadual de Ponta
Grossa. Mestrado em Educação. III. T.

CDD: 370.981.62

NILVAN LAURINDO SOUSA

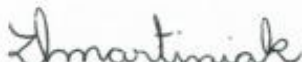
**O PROJETO REPUBLICANO PARA A EDUCAÇÃO NO PARANÁ E O
PROCESSO DE (DES) MISTIFICAÇÃO DE JÚLIA WANDERLEY.**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora


Profª Drª Maria Isabel Moura Nascimento
UEPG


Profª Drª Maria Cristina Gomes Machado
UEM


Profª Drª Vera Lúcia Martiniak
UEPG

Ponta Grossa, 18 de março de 2013.

*D*edico esta dissertação

À minha família, o sol que irradia a minha vida, em especial a Lucimar, minha mãe, e Raimundo Nonato, meu pai. Os quais sempre acreditaram na superação e sempre nos fizeram acreditar que podíamos ir além, apesar de toda a adversidade. Aos meus irmãos Antonio Nilson, Silas, Paulo e Eliezer parceiros de todos os momentos, aos meus sobrinhos Breno, Vinícius, Rafaela e João Antonio minhas esperanças no futuro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que foi minha fortaleza e meu equilíbrio e permitiu as condições físicas para que eu pudesse chegar até aqui.

A professora Maria Isabel Moura Nascimento que acreditou no potencial deste projeto e que, sobretudo, orientou este trabalho e que foi a amiga imprescindível nos momentos de estresse inerente ao desenvolvimento da pesquisa.

Aos membros da Banca Examinadora de qualificação deste trabalho, pela dedicação e seriedade na leitura deste, os quais contribuíram imensamente para a melhoria do mesmo, meus sinceros agradecimentos a Professora Maria Cristina Gomes Machado (UEM); Professora Vera Lúcia Martiniack e ao Professor Nívio de Campos.

Aos colegas do grupo de Pesquisa HISTEDBR – Campos Gerais UEPG que estiveram presente no decorrer deste trabalho e contribuíram com sugestões e materiais, em especial a Lúcia Mara de Lima Padilha, Maria Josélia Zanlorense pela disponibilidade nos momentos mais difíceis e a todos os demais colegas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de trabalho que me auxiliaram e colaboram comigo neste momento de ausência, em especial a meu chefe e amigo Livio Queji que me incentivou e me liberou para a realização deste projeto pessoal, a Telma e Joseane companheiras de trabalho que me deram apoio em minha ausência da Seção. A todos os demais servidores do corpo técnico administrativo da Universidade Estadual de Ponta Grossa que sentem que cada companheiro que ascende na escala do conhecimento é uma possibilidade de superação e de esperança na valorização do corpo técnico administrativo e na superação das distinções entre o quadro de funcionários, somos todos servidores!

Agradeço ainda aos demais amigos que compreenderam a minha ausência e torceram por mim. Agradeço ainda, em especial a amiga Fabiane que foi o ombro amigo, a palavra certa e apoio incondicional, bem como a Viane, Flavia, Silvania, Patrícia e Ilda pessoas que torcem e vibram com meu crescimento.

Semente do Amanhã

*Ontem um menino que brincava me falou
que hoje é semente do amanhã...*

*Para não ter medo que este tempo vai passar...
Não se desespere não, nem pare de sonhar
Nunca se entregue, nasça sempre com as
manhãs...*

*Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar!
Fé na vida Fé no homem, fé no que virá!*

*nós podemos tudo,
Nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será*

(Gonzaguinha)

RESUMO

O presente trabalho refere-se à dissertação de Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação da UEPG com o tema: O projeto Republicano para a Educação no Paraná e o processo de (des) mistificação de Júlia Wanderley. O objetivo geral foi analisar a formação e a atuação profissional de Júlia Wanderley e sua participação junto à revista “A Escola”. Deste objetivo geral decorreram outros objetivos específicos, os quais foram: estudar Júlia Wanderley como um sujeito histórico, bem como a sua formação e atuação profissional; evidenciar o contexto em que Júlia Wanderley estava imersa; investigar qual o papel da imprensa na consolidação de sua intelectualidade, e, ainda, analisar o relatório de 1905, publicado em 1906 na revista “A Escola”. O período histórico delimitado para esta pesquisa foi de 1874, data de nascimento de Júlia Wanderley, a 1918, ano de sua morte. No decorrer deste trabalho buscou-se compreender de que forma Julia Wanderley se legitima, ou é legitimada como intelectual; qual o papel da imprensa neste processo; porque ela é tida como um modelo de educadora, por um determinado seguimento; e como é apresentado seu relatório pela Revista Escola, publicado em 1906. Para responder estas questões foram elencadas as seguintes categorias de trabalho: Ideologia; Imprensa e Educação. O estudo foi estruturado e organizado a partir dos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético, pois, para se compreender o projeto republicano para a educação no Paraná, foi imprescindível investigar as relações com o contexto histórico, econômico, político e social. A pesquisa teve caráter documental e bibliográfico, os procedimentos metodológicos utilizados foram: o levantamento de fontes documentais, jornais de época, revista periódica e relatórios do governo, localizados na Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória, Museu Paraense e Arquivo Público. A presente pesquisa foi dividida em três capítulos: no primeiro capítulo abordou-se a formação e a atuação da professora Júlia Wanderley; no segundo capítulo estudou-se a Imprensa e o processo de consolidação de ideais republicanos no Paraná e no terceiro capítulo analisou-se o pensamento de Júlia Wanderley, por meio do Relatório de 1905, divulgado na Revista Escola de 1906.

Palavras-Chave: Júlia Wanderley, imprensa, história da educação e ideário republicano.

ABSTRACT

The current paper is related to the Masters in Education's dissertation from UEPG's Post-Graduate Program, with the theme: Republican Project for Education in Parana and the process of (de) mystification of Julia Wanderley. The overall objective was to analyze Julia Wanderley's formation and professional work, along with her involvement in the magazine "A Escola". From this main objective, other specific objectives appeared, which were: to study Julia Wanderley a historical subject, as well as her formation and professional work; foreground the context in which Julia Wanderley was immersed; investigate what was the role of the press in the consolidation of her intellectuality, and, also, analyze the 1905 report, published in 1906 by "A Escola" magazine. The historical period delimited for this research started from 1874, Julia Wanderley's year of birth, to 1918, the year of her death. Along this paper, one aimed to comprehend in what way Julia Wanderley legitimates herself – or is legitimate as an intellectual; what is the role of the press in this process; the reason she is seen as a role model in Education, by a determined segment; and how her report is presented by Escola magazine, published in 1906. To answer these questions, the following working categories were listed: Ideology, Press and Education. The study was structured and organized from the theoretical ideals of dialectical and historical materialism, seeing that, to understand the republican project for education in Parana, it was necessary to investigate the relationships between the historical, economic, political and social contexts. The research had a documental and bibliographical character, and the methodological procedures used were: mapping of documental sources, newspapers from the studied period, periodical magazines and government reports, located in Parana's Public Library, House of Memory, Paranaense Museum and Public File. The current research was divided in three chapters: on the first chapter, teacher Julia Wanderley's formation and work were addressed; on the second chapter, the press and the consolidation of republican ideals in Parana were studied; and, on the third chapter, the thoughts of Julia Wanderley were analyzed, through the report of 1905, broadcasted in the Escola magazine of 1906.

Key-words: Julia Wanderley, press, history of education and republican ideals.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Palacete da família Ermelino de Leão	24
FIGURA 2	Escola Normal de Curitiba	35
FIGURA 3	A jovem professora Júlia Wanderley	39
FIGURA 4	Julia Wanderley com o filho Julinho, 1902 e 1905	45
FIGURA 5	Julia Wanderley em família	45
FIGURA 6	Grupo Escolar Tiradentes edificação de 1895	47
FIGURA 7	Júlia juntamente com suas alunas, 1904	48
FIGURA 8	Julia Wanderley e alunas da Escola Tiradentes, 1905	48
FIGURA 9	Desfile na chegada de Vicente Machado, 1905	50
FIGURA 10	Residência oficial de Júlia Wanderley, em 1904	51
FIGURA 11	Dedicatória a Júlia Wanderley de Sebastião Paraná em 1900	52
FIGURA 12	Solenidade de inauguração do Busto de Júlia Wanderley- 1927	55
FIGURA 13	Busto de Júlia Wanderley na Praça Santos Andrade, Curitiba	57
FIGURA 14	Primeira sede do Clube Curitibano	62
FIGURA 15	Curitiba no início do século XIX	63
FIGURA 16	Estação da Estrada de Ferro em Curitiba no século	64
FIGURA 17	Urbanização de Curitiba primeiras décadas século XX	77

LISTA DE QUADROS

Quadro I:	17
Quadro II:	41
Quadro III:	63

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1 Fonte catalogadas na pesquisa e disponibilizadas em CD – ROM (Segue junto com a dissertação)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
PROCESSO DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE JULIA WANDERLEY	20
1.1 A educação da mulher no início da República.....	25
1.2 As mudanças nas relações de trabalho e a formação e a formação de Julia Wanderley.....	28
1.3 Júlia Wanderley e a Escola Normal de Curitiba.....	34
1.4 De senhorita a senhora Júlia Wanderley Petrich.....	44
1.5 Júlia Wanderley e a Escola Tiradentes.....	46
CAPÍTULO II	
A IMPRENSA E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS IDEAIS REPUBLICANOS NO PARANÁ	59
2.1 A modernidade e o desenvolvimento de Curitiba.....	60
2.2 O jornal A República e os ideais Republicanos.....	65
2.3 O Projeto educacional da República e a Revista “A Escola” .	72
CAPÍTULO III	
O RELATÓRIO DE JÚLIA WANDERLEY PUBLICADO NA RESVISTA “A ESCOLA EM 1906	83
3.1 O pensamento educacional de Júlia Wanderley no relatório publicado em 1906 na revista A Escola.....	86
3.2 O método intuitivo como fundamento pedagógico de Júlia Wanderley.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
BIBLIOGRAFIA GERAL.....	108
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado tem o propósito de contribuir para o conhecimento na área da História da Educação paranaense e brasileira, por meio do estudo da trajetória profissional de Júlia Wanderley no período sua existência de 1874 a 1918.

Embora a pesquisa aborde um sujeito particular, deve-se registrar que este não se desenvolveu de forma isolada, centrada em si mesmo, visto que, dessa maneira, não daria conta de se inserir na totalidade da história da educação brasileira. Entendemos que não basta a delimitação do problema, mas a apreensão da totalidade para evidenciar este sujeito imerso em todo o contexto histórico que o cerca (NASCIMENTO, 2008)

O interesse pela presente temática surgiu no curso de especialização, em 2001, quando trabalhei com quatro pioneiras da educação paranaense, sendo uma delas a professora Julia Wanderley. Desta forma, tomou-se conhecimento de seu pioneirismo na Escola Normal e a ênfase a sua atuação e a sua intelectualidade apontadas, por um determinado seguimento da sociedade, vinculados a imprensa e a cargos no aparelho do Estado. Sendo assim, buscou-se compreender o meio que o circundava, as preocupações quanto a educação e a que grupo e interesses ela estava vinculada. Considerando ainda que as fontes não falam por si, é preciso questioná-los e ir além do aparente, uma vez que estes também são construídos socialmente.

Em 2009, juntamente com a Coordenadora do Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Educação” dos Campos Gerais – PR: HISTEDBR/UEPG, submetemos um primeiro projeto a Fundação Araucária, o qual teve aprovação e financiamento para o desenvolvimento da pesquisa que visava a catalogação das fontes primárias e secundárias e, assim, reunir o maior número de documentação possível acerca desta educadora paranaense.

Diante das fontes e das possibilidades de pesquisa dos materiais catalogados, originou-se assim um segundo projeto, o qual visou à dissertação de mestrado em educação, além da catalogação dos mais diversos documentos a cerca da professora Júlia Wanderley, objetivou-se investigar a sua trajetória e o papel desempenhado na educação paranaense e ao projeto educacional do Estado Republicano.

O período de delimitação da pesquisa foi de 1874 a 1918 que compreende o nascimento e morte de Júlia Wanderley, bem como as escolas em que frequentou, o ingresso na Escola Normal, a sua atuação docente, a participação no Grêmio de Professores, no qual fazia parte do corpo editorial da Revista Escola, 1906 a 1910, período que delimita as edições da revista direcionada aos professores do Estado no Paraná. A revista era uma publicação com objetivo de instruir os professores, apesar de se mostrar independente, seu grupo editorial constituía-se de professores normalistas, ocupantes de posições de destaque junto ao Estado.

Desta forma, considerou-se fundamental a compreensão do projeto republicano para a educação no país, investigar as relações com o contextos histórico, econômico e político ao período demarcado pelas ideias republicanas de reforma da instrução pública, novas práticas pedagógicas e métodos de ensino.

O Brasil transformou-se sob influência da revolução burguesa e as ideias liberais, que se desenvolviam na Europa desde o século XVIII, sem perder de vista, que o país sofreu transformações resultantes das contraditórias relações da classe dominante colonial com a nascente burguesia (NASCIMENTO, 2008).

Novos ideais que surgiram no Brasil, como o liberalismo que contagiava novos grupos, os quais visavam um país livre, com abertura econômica, industrialização e o trabalho livre. O modo de produção capitalista era incompatível com a condição do trabalho escravo, pois em qualquer empresa capitalista a força de trabalho precisava coadunar com “as exigências da produção de lucro”. Isso quer dizer que

[...]o capital, a terra, a técnica e a mão-de-obra” precisam ser ajustados em função da oferta e da procura”. Desta forma, ocorre a transformação do trabalho escravo para o trabalho livre que passa a ser uma necessidade e deixa de ser meio de produção (IANNI, 1972, p. 6).

A proclamação da República sob o aspecto político e cultural aconteceu de baixo de forte fervor ideológico da elite local ¹, a qual via a educação como a principal solução para os problemas do país. Era necessário “educar” o povo, deste modo era colocada, ideologicamente, no “novo” molde republicano, pelo qual se propugnava que o desenvolvimento do país se daria pela eliminação da defasagem escolar (NASCIMENTO, 2008).

Imersa neste contexto, se apresenta a Revista Escola com a publicação de alguns Relatório da Instrução Pública, os quais são tidos como referências de prática docente. Dentre estes, encontra-se o da Professora Júlia Wanderley, o qual nos limitamos estudar na tentativa de compreendê-lo ou desvendá-lo, bem como sua participação efetiva na Revista Escola, buscando a compreensão de suas referências, sua formação intelectual, ideologias e contradições, bem como o contexto educacional que se apresentava naquele momento.

A principal motivação para a realização desta pesquisa foi compreender as razões que levaram um determinado segmento da sociedade a transformar Júlia Wanderley em uma intelectual e uma referência educacional, apesar de ser desconhecida para a sociedade de um modo geral. Desta forma, buscou-se ainda entender a ausência desta no processo de consolidação da história da educação paranaense e brasileira, bem como, as razões para a elaboração de um imaginário na tentativa de consolidar um mito, sendo este processo um poderoso elemento de projeção de interesses e aspirações. Para tanto, é preciso compreender este sujeito histórico e socialmente construído, que está imerso em meio social, o qual interfere e sofre as influências deste.

As questões motivadoras desta dissertação são basicamente: quem foi Júlia Wanderley? De que forma ela se legitima, ou é legitimada, como intelectual? Qual o papel da imprensa neste processo? Por que ela é tida como um modelo de educadora, por um determinado seguimento e por que seu relatório se apresenta como um modelo pela Revista Escola? Como se configura este relatório publicado

¹ Pode-se compreender a elite como [...] a minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios de correntes de qualidade naturais, valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue e etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite operária, a elite da nação, quanto os indivíduos que a compõe, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência (BUSINO, 1992, p4 apud HEINZ, 2006, p.7). A palavra elites no plural qualifica um grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se outorga o direito de dirigir e negociar questões de interesse da coletividade, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza

em 1906? Como compreendemos seu pensamento dentro daquele contexto histórico e qual grupo social ela pertencia? Como educadora, qual sua prática docente, quais as suas referências e que ideais ela preconizava?

Com estas indagações este trabalho tem por objetivo geral compreender o projeto republicano para a educação paranaense e analisar a trajetória de Júlia Wanderley e sua relação com a imprensa, os quais são fundamentais para a compreensão do processo da construção de sua identidade profissional. Deste objetivo geral decorrem outros objetivos específicos:

- ✓ estudar Júlia Wanderley como um sujeito histórico, bem como a sua formação e atuação profissional;
- ✓ Evidenciar o contexto de Júlia Wanderley e investigar qual o papel da imprensa na consolidação da intelectualidade de Júlia Wanderley;
- ✓ Investigar o relatório de 1905 produzido por Júlia Wanderley como professora da primeira cadeira do sexo feminino da Capital encaminhado ao Diretor Geral da Instrução Pública, publicado em 1906 na revista “A Escola” .

O trabalho de pesquisa, diante das fontes historiográficas inevitavelmente, perpassa pelo estudo das relações que envolvem o capitalismo e a interferência dos aspectos social, econômico e político, os quais se apresentam como elementos fundamentais para a compreensão do objeto estudado.

Não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformações pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 2003, p 5).

O processo educacional de Júlia Wanderley e sua análise por meio das fontes historiográficas para a partir das reflexões empírico-teóricas compreendê-la em sua concretude, significa refletir sobre as contradições da organização da sociedade, sobre as possibilidades de superação de suas condições adversas.

A “produção escrita” de Julia Wanderley, suas anotações podem evidenciar o contexto educacional da época, seu papel como um agente social e até que que ponto suas anotações contribuem para compreensão da história da educação paranaense, sem perder de vista:

[...] o modo de produção da vida social, político e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 2003, p. 5).

A produção da professora Júlia Wanderley pode, no entanto, representar a posição de uma categoria, que, pela prática exercida, compartilhava dos mesmos ideais (republicanos, liberais) e buscava consolidá-los em um momento em que a educação é colocada como a chave para a retirada da população e do país do atraso em que se encontrava em relação a outros países (NORONHA, 2009).

As fontes são aqui consideradas enquanto produtos de uma determinada época, escritas por sujeitos históricos que ocupava posições específicas. O método que encaminha as análises considera a produção da vida material (econômica) como determinante das relações sociais que se organizam em sociedade.

A metodologia aqui utilizada para a realização deste trabalho foi o levantamento de fontes documentais, jornais de época e a revista periódica “A Escola” publicação de 1906 a 1910, os quais foram catalogados. Os documentos aqui utilizados foram localizados na Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória, Arquivo Público do Paraná – Pr, Museu Paranaense, dentre outros.

Esta pesquisa utiliza-se dos seguintes recursos gráficos: “*itálico*” para as fontes primárias. As citações de fontes primárias mantiveram a redação original, sem qualquer atualização ortográfica. “Sem itálico” para as fontes secundárias (NASCIMENTO, 2008, p. 22).

Para realização desta dissertação, fez-se necessário, no início, um levantamento do Estado do Conhecimento², realizado nos programas de Pós-Graduação em Educação no país. Utilizamos como elementos delimitadores Imprensa e Educação. Desta forma, pudemos constatar que a imprensa vem sendo uma referência relevante e se apresenta como um campo fértil especialmente para a compreensão da História da Educação e para a produção do conhecimento neste campo, o qual tem crescido de forma significativa.

A utilização da imprensa para a História da Educação vem de forma gradativa se consolidando, as informações veiculadas na imprensa possibilitam visualizar as relações de produção e constituem a estrutura econômica da sociedade e as formas determinadas de consciência (ZANLORENZI, 2006). Sendo assim, a

² Entende-se por estado do conhecimento o levantamento das produções sobre um determinado assunto em estudo, com descritores específicos que ajudem na compreensão do tema.

imprensa foi um artefato importante uma vez que é por meio desta que se tenta criar e se consolida o imaginário social acerca de Júlia Wandereley.

A elaboração do estado do conhecimento é um procedimento necessário, pois permite ao pesquisador uma aproximação que possibilita o reconhecimento do estágio do conhecimento sobre o tema ou objeto a ser investigado.

Esse processo é fundamental para que o pesquisador possa delimitar o objeto da pesquisa e realizar a sua problematização de forma que situe e defina o estudo proposto. A elaboração do estado do conhecimento é, também, uma pesquisa para outra e que pode ser trabalhado de diversas formas (NASCIMENTO, 2006, p 130).

Neste balanço do estado do conhecimento, aqui desenvolvido, tomamos como referência a base de dados da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEs, o qual disponibiliza informações acerca da produção na Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado, compreendendo o período de 1987 a 2010, na qual foram encontradas 69 dissertações e 17 teses. Anteriormente a este período só foi localizada em 1980, apenas 1 dissertação³. Nos mestrados, constatou-se que a partir de 1999 começa apresentar um interesse maior neste tipo de produção, o qual vai crescendo de forma gradativa nos anos subsequentes. Já no doutorado esta produção se efetiva em 2001 e se mantém constante até 2010.

Quadro I - Distribuição da produção acadêmica sobre Imprensa e Educação agrupadas por categorias

Categorias	1980	1987	1991	1992	1993	1994	1996	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
DISSERTAÇÃO	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D	D
TESES	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T	T
Imprensa e Intelectuais	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	-	1	-	1	5	10
Imprensa e ecologia e educação	1	-	1	-	1	1	-	1	2	1	4	5	4	-	1	2	4	3	4	1	36
Imprensa e educação e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	3	-	1	1	-	-	2	2	-	2	12
Imprensa e gênero/mulher	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	1	1	05
Imprensa e práticas pedagógicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	02
Imprensa e representação Docente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	1	2	1	-	1	08
Imprensa e Ensino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	02
Imprensa educação e políticas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	01
Imprensa educação e ações afirmativas/racismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	2	-	05

Fonte: elaborado pela autora com base no banco de teses e dissertações da CAPEs

³ PARIS, Mary Lou (1980). A educação no Império: o jornal “A Província de São. Paulo”, 1875-1889. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1980.

Na elaboração do estado do conhecimento fez-se um também um levantamento sobre alguma produção que abordassem a personagem desta pesquisa, neste processo se constatou a existência de apenas uma pesquisa sobre a Júlia Wanderley, dissertação de Mestrado em Educação, defendida em 2010, por Silvette Aparecida Crippa de Araújo, na UFPR. Esta dissertação contribuiu apresentando um rico levantamento de fontes e constrói uma biografia de Júlia Wanderley, na perspectiva da Nova História Cultural, quando o historiador biográfico desloca a todo momento do indivíduo à sociedade, da narração à explicação, que fazem parte da metodologia de pesquisa do historiador de vidas, a nova biografia (ARAUJO, 2010).

Desta forma, tornou-se relevante esta pesquisa, uma vez que existe apenas um trabalho sobre Júlia Wanderley com perspectiva teórica diferente desta pesquisa. Na presente dissertação será utilizado o referencial teórico que tem como método de análise o dialético, o qual permitiu a compreensão do objeto estudado, por meio de uma análise dinâmica e totalizante.

A pesquisa, aqui apresentada, avança no sentido de considerar a imprensa um elemento fundamental para a compreensão do imaginário construído acerca de Júlia Wanderley, bem como o projeto republicano para educação naquele contexto, sem deixar de considerar, ainda, os aspectos econômicos, políticos e sociais do período abordado. Apresenta-se as contradições existentes naquele contexto, articulando-os aos processos que permearam a evolução das forças produtivas na sociedade capitalista que conduziu a organização da classe dominante, tanto no plano social como no plano político. Desta forma, buscou-se a leitura do real, visando compreender os principais interlocutores que estiveram inseridos no contexto histórico do período analisado.

A presente pesquisa está dividida em três capítulos, sendo que primeiro capítulo aborda-se a formação e atuação profissional de Júlia Wanderley, sua projeção como educadora estava vinculada a tentativa de consolidação do imaginário da professora, modelo a ser seguido pelas demais mulheres paranaenses, as quais deveriam contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da educação e do magistério e, assim como a Professora Júlia Wanderley, propagaria os ideais republicanos.

O segundo capítulo discutirá a imprensa e o processo de consolidação de ideais republicano no Paraná, a qual se apresenta, neste contexto, como

fundamental para a disseminação e consolidação de um modelo de educadora a ser seguido, métodos a serem utilizados, com o objetivo de homogeneizar a educação coerente com o projeto republicano. A imprensa foi primordial para a formação de uma consciência, apresentou-se como uma ferramenta de divulgação a serviço de uma elite letrada⁴ que comungava do mesmo projeto ideológico e que dominava este meio que esteve historicamente no Paraná vinculado ao Estado;

O terceiro capítulo apresenta o relatório de Júlia Wanderley publicado na revista “A Escola” em 1906, que será analisado como os demais documentos desta pesquisa, os quais se apresentam como “vestígios” que auxiliaram no processo de percepção da educação do período, bem como a formação do professor, seja pela educação institucionalizada por meio da Escola Normal, ou ainda pelo modelo de professor apresentado como ideal pelo Estado e a função que o Estado atribuía ao profissional da educação.

⁴ Para BASBAUM, 1968, a Elite letrada, diz respeito aos profissionais liberais, “constituída de advogados, médicos, engenheiros, professores, jornalistas” que formavam uma categoria social que deu conteúdo ideológico à propaganda republicana. Já na primeira década da República, com a queda do florianismo, já se encontravam completamente desiludida do seus sonhos de liberdade, igualdade e fraternidade. O regime que se apresentava não era aquela República sonhada (BASBAUM, 1968, p.172).

CAPÍTULO I

PROCESSO DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE JULIA WANDERLEY

[...] indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como *realmente* são, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites. Pressuposto e condições materiais, independentes de seu arbítrio (MARX; ENGELS, 2007, p.93).

A sociedade paranaense, foi constituída nos séculos XVIII e XIX por uma sociedade escravocrata, fundada na utilização da força de trabalho representada pelos índios e, posteriormente, pelos africanos, seus descendentes e mestiços. A presença destes segmentos étnicos, os índios e os negros, ocuparam posição significativa na formação da população paranaense. A utilização do trabalho escravo estendeu-se a todos os setores produtivos paranaenses, desde a mineração, a agricultura de subsistência, a pecuária, os afazeres domésticos e diferentes artesanatos e ofícios rurais e urbanos (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969).

O número de escravos foi diminuindo no quadro populacional do Paraná em função de uma mobilização da escravaria pela lavoura paulista de café, desfalcou o meio rural brasileiro da força de trabalho, o que propiciou a entrada de novos contingentes populacionais trazidos pelo fluxo imigratório que se intensifica no Brasil. Resultando daí a vinda de colonos, os quais passaram a ser considerados como único meio adequado para solucionar o problema da crise de escassez e carestia de produtos agrícolas. Somaram então a tríade étnica paranaense: índio, português e negro, os novos elementos étnicos europeus os quais imprimiram a população paranaense sua principal característica a de grande variedade étnica de sua composição social (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969).

A situação do Brasil, durante o século XIX, era precária uma vez que o país sofria as consequências da mudança de um sistema colonial. Eram pobres os meios de produção e infraestrutura e a estrutura produtiva do país adequava-se as funções de acumulação econômica de uma minoria privilegiada que, em âmbito social, político e econômico detinha o poder (NASCIMENTO, 2008).

O Império atendia aos interesses da camada senhorial formada por dois grupos significativos: o ligado à lavoura tradicional (cana, tabaco, algodão) e a ligada à nova lavoura (café). Esta última dominava o aparelho do Estado de um modo geral, juntamente com o grupo da burguesia em ascensão. Já no Paraná, os produtores da erva-mate é que desempenhavam este papel na província.

Na década de 80, do século XIX, o Paraná apresentava um impulso modernizador com a abertura de ruas, passeios públicos, revitalização de praças entre outras transformações no espaço urbano. A construção da Estrada da Graciosa e, posteriormente, a estrada de ferro do Paraná que se inicia nesta década, sendo finalizada em 1885. Todas essas construções e reformas urbanas empreendidas visavam à modernização e a melhoria de condições de vida da burguesia local, por meio da infra-estrutura urbana e a viabilização da melhoria do transporte com a Estrada da Graciosa e a estrada de ferro, o que resultou na expansão do comércio da madeira e, em especial a erva-mate.

Ponta Grossa, denominada a “Princesa dos Campos”, foi fundada em 1812, esta região era passagem obrigatória para os tropeiros oriundos do Rio Grande do Sul, o que ocasionou o surgimento de pequenas povoações no percurso das tropas, o fluxo de circulação de tropeiros e tropas, uma comunidade se formou surgiu nas imediações da colina da igreja, aparecendo assim de forma alheatória casas residenciais e comerciais (MARTINIÁK, 2011).

Foi nesta cidade que nasceu Julia Augusta de Souza Wanderley, no dia 26 de agosto de 1874, onde residiam seus bisavôs e avós maternos que eram comerciantes, de ascendência portuguesa e a família paterna de procedência holandesa, o sobrenome Wanderley é a forma aportuguesada de Van der Ley.

A família de Júlia Wanderley mudou para Curitiba em 5 de outubro de 1877 juntamente com os avós maternos e instalaram-se no Cajuru, área de pouco prestígio e distante do centro da cidade. Um ano depois, da vinda para Curitiba, sua avó faleceu. Em 1879, a família passou a residir no centro da cidade, lugar onde residiam as camadas médias e a elite local. A família de Júlia Wanderley era

numerosa, além dela, a primogênita, seus pais tiveram ainda mais oito filhos⁵. O pai de Júlia Wanderley, era um comerciante em ascensão⁶, não era de família tradicional no Paraná, morador do centro da cidade, frequentou círculos republicanos⁷ e cultivou relações com a elite local.

Em 1881, perto de completar sete anos, Júlia Wanderley inicia sua vida estudantil. Começa sua instrução com professores particulares como Arminda Couto, em 3 de julho de 1881, no ano de 1884 estudou por 4 meses com Dona Iria Muricy⁸, neste mesmo ano passou a estudar na Escola Oliveira Bello (MACEDO, et al., 1918). Em 28 de setembro de 1885 matricula-se na Escola Oliveira Bello, em 19 de novembro de 1885 matricula-se no Collegio Coritibano, escola muito bem conceituada, dirigida pelo professor Nivaldo Braga⁹, no ano seguinte estudou no Colégio Saldanha e, no mesmo ano ainda, transfere-se para o Colégio Santa Luiza, onde estudou por dois anos. Em 1886 estuda no Colégio Saldanha e no Colégio Santa Luiza (FERRANTE, 1974).

Neste período, a instrução era oferecida apenas para a população que pudesse financiá-la, uma vez que não eram suficientes as escolas, tão pouco os mestres habilitados. Eram escassas até mesmo residências que pudessem servir de amparo para os professores trabalharem, não havia recursos para financiar o direito de “todos”. Embora a educação fosse estatal, não era gratuita; uma vez que não podia atender a todos com direitos iguais, favorecia apenas alguns. Sendo assim, apenas a camada burguesa é que tinha acesso à instrução que o Estado oferecia (NASCIMENTO, 2008).

⁵ Minervina Wanderley, Arthur de Souza (faleceu pequeno ainda), Maria da Luz, Joselym de Souza Wanderley, Arthur de Souza Wanderley, Walfrido Wanderley, Affonso Guilhermino Wanderley Junior e Alcides de Souza Wanderley (NEGRÃO, 1929).

⁶ A classe burguesa se divide em três segmentos: comerciante, financista e industriais. O Comerciante é o mais antigo segmento da classe burguesa, a burguesia mercantil – intermediários mercadores que comprem para vender, este segmento surge com o aparecimento das cidades e o comércio. A lei do comércio é comprar barato para vender caro (GANDY, 1980).

⁷ Em 3 de novembro de 1870, com 30 pessoas foi fundado o partido republicano, um mês depois, especificamente em 3 de dezembro, é publicado o Manifesto que, sintetizava a média do pensamento republicano e que seria base para os demais clubes republicano no país. O manifesto foi assinado por 58 pessoas: 12 eram advogados, 8 jornalistas, 9 médicos, 4 engenheiros, 2 professores, 3 funcionários públicos, 9 negociantes e 1 fazendeiro. Este manifesto foi publicado no primeiro número do periódico A República órgão oficial do novo partido (BASBAUM, 1986, p.207-208).

⁸ Esposa do Capitão, médico José Cândido Muricy (ERVEN, 1945, p.20)

⁹ Nascido em Curitiba em 1852, estudou no Liceu Paranaense, seguiu carreira no magistério público, fundador do Colégio Curitiba, o mais notável estabelecimento de ensino de Curitiba, “[...] por ele passaram várias gerações de paranaense que se notabilizaram em diversas atividades” (MARTINS, 1995, p.145)

Contemporaneamente ao processo de formação de Júlia Wanderley, novas mudanças no sistema de ensino, oriundas das ideias trazidas pelas sociedades industrializadas, onde se estabeleceu uma relação dependente entre o progresso econômico-social e a necessidade de qualificação para o trabalho, se fazia urgente. Este momento apresentou uma atmosfera de mudanças ideológicas e políticas, sociais e educacionais:

[...] O Estado deve regular com medidas legislativas a educação feminina, deve preparar os elementos para o ensino oficial e então poderá entrar em concorrência. A popularização não se descarta de instruir o sexo feminino. A prova aí está nos colégios particulares que pululam em todas as freguesias; a prova aí está avultadas pensões que se pagam mensalmente. Qualquer mulher com alguns atestados oficiosamente concedidos, com ligeiros fragmentos de instrução e de moral, abre um colégio e acha-se em condições legais de tomar conta de nossas filhas. Qualquer congregação religiosa tem direito de inaugurar, sem programa oficialmente aprovado e fiscalizado, um estabelecimento de instrução em que a preceptora que nem é esposa lança o vácuo no coração da infância pela ausência do sentimento de família. É urgente organizar, quanto antes no Brasil, o ensino secundário para o sexo feminino”. Propõe a criação de quatro liceus femininos: 1 no Município da Corte, 1 em São Paulo, 1 na Bahia, 1 em Pernambuco (MOACYR, p.517;557 apud SAFFIOTI,1976, p.213).

O discurso em prol da utilização do trabalho feminino na educação ganhava força em toda parte no final do XIX, evidenciava-se uma necessidade de conciliar o recrutamento de profissionais para atender a demanda e difundir a educação popular “[...] mantendo salários pouco atrativo para os homens” (SOUZA, 1998, p.62). A educação se constituía num campo profissional aberto à atividade feminina e respeitável para os padrões vigentes. Eram evidenciadas, na mulher, à sua natureza voltada para o cuidado, a guarda natural da criança e o instinto materno que era um argumento para justificar a sua incorporação na educação (SOUZA, 1998).

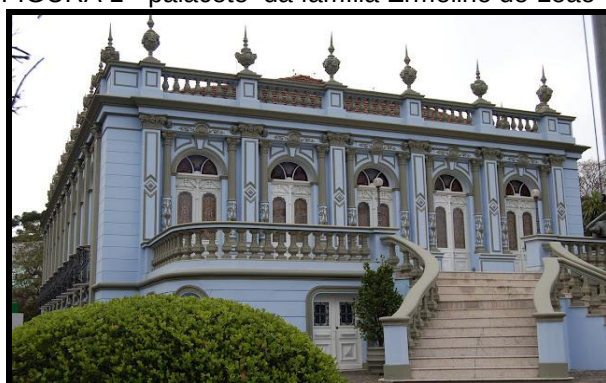
Júlia Wanderley é educada com professores particulares e em escolas particulares de prestígio, em um período em que se avançava a instauração de um novo regime republicano. Ela frequentou aula juntamente com grandes figuras do cenário paranaense, pessoas que se tornaram personalidade no Paraná como

Sebastião Paraná¹⁰ e Luiza Candido Saldanha¹¹. No Colégio Curitibano estudou com Romário Martins, Jornalista Ermelino de Leão, João David Pernet, Engenheiro Artur Martins Franco (ARAUJO, 2010).

João Pernet era de família de notáveis, foi político, grande orador, fluente e erudito, suas opiniões e pareceres deram-lhe renome. Destacou-se por sólida cultura intelectual e potencialidade de ação construtiva (CARNEIRO;VARGAS, 1994). Romário Martins, curitibano, jornalista, escritor, diretor do Museu Paranaense e do Departamento Estadual de Agricultura, foi Deputado Federal e presidente da Câmara Municipal de Curitiba, foi ainda, criador e divulgador do paranismo¹².

Como se percebe Júlia Wanderley consolidou amizade com pessoas de rotatividade no aparelho do Estado, em jornais, figuras ilustres da burguesia local, políticos influentes, representantes da economia do mate, como a família Ermelino de Leão, que vivia em um dos palacete mais luxuosos de Curitiba¹³. Esta elite local será fundamental para a materialização do desempenho profissional e intelectual de Júlia Wanderley.

FIGURA 1 - palacete da família Ermelino de Leão



Fonte: www.circulandoporcuritiba.com.br

¹⁰ Sebastião Paraná, advogado, foi uma das figuras de destaque no cenário cultural paranaense de 1900. Esteve a frente de vários projetos socioculturais e desenvolveu estudos sobre as condições geográficas locais. Além de ter sido o primeiro diretor da revista “*A Escola*”. Fundou o jornal *A Tribuna* e foi diretor da revista *O Club Curitibano*. Foi fundador do Instituto Histórico-Geográfico do Paraná, inspetor escolar, Deputado do Congresso Legislativo do Estado, primeiro suplente de juiz de direito da capital, diretor da Biblioteca Pública do Paraná, lente catedrático da Universidade do Paraná, diretor do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal. Fez parte do Conselho Superior do Ensino Primário do Paraná, em 1913 (BALHANA *et al.*, 1991, p. 41; NICOLAS, 1954, p. 261-62; MARTINS, 1944, p. 154).

¹¹ Em 23 de novembro de 1884 tornou-se a primeira mulher da província a receber o diploma de normalista, prestou “exames vagos” perante uma banca, uma vez que não era permitido o ingresso de mulheres na Escola Normal.

¹² O paranismo apresenta-se em um contexto de exaltação republicana no início do século XX, foi um movimento em favor de uma identidade regional para os paranaenses. “Paranista é todo aquele que tem pelo Paraná uma afeição sincera, e que notavelmente a demonstra em qualquer manifestação de atividade digna, útil a coletividade paranaense” (MARTINS, 1946, p. 91).

¹³ O palacete dos Ermelino de Leão foi construído no final do século XIX, em estilo neoclássico, a família passou a residir no palacete em 1902. As portas e janelas, painéis e entalhes foram feitos em pau-brasil com vidros e porcelanas importadas.

1.1 A educação da mulher no início da República

As ideias liberais têm longa tradição no Brasil, suas manifestações iniciais datam do século XVIII e primórdios do século XX, fase anterior à independência, na qual já eclodia as ideias de liberdade de comércio, liberdade de manifestação do pensamento. Com o Império o liberalismo ganhava novas definições, passando do liberalismo “heróico” do primeiro momento para o liberalismo realista.¹⁴

[...] o desvendamento da singularidade da formação social brasileira que permite a compatibilização do discurso liberal típico dos países capitalistas avançados, com os quais se articula economicamente, com uma ordem econômica-social “atrasada” e dependente transformando-o num eficiente instrumento de conservação e reforço dessa situação [...] O ideário liberal nacional refletiu e contribuiu para a constituição do capitalismo brasileiro (XAVIER, 1990, p.14-15).

Os postulados ideológicos do liberalismo foram incorporados pela classe dominante como resultado da aliança econômica com a burguesia inglesa, após o país libertar-se do colonialismo português. A ideologia liberal no Brasil se manteve fiel na sua totalidade aos princípios do liberalismo europeu, como instrumento de manutenção e controle econômico sobre o continente americano, aqui sendo privilegiado o liberalismo econômico no Brasil. Todavia, o liberalismo político por sua vez, “[...] foi contido e reservado aos socialmente iguais, isto é, aos membros da própria classe dominante” (NASCIMENTO, 2008, p.53).

Quanto à instrução das mulheres, os liberais não visavam propriamente a sua emancipação, mas sua preparação adequada para o exercício de suas funções de esposa e mãe. Não se pensava na emancipação econômica e política dela, mas puramente em torná-la apta a desempenhar, segundo os requisitos da sociedade, seu papel de mãe de família (SAFFIOTI, 1976). Esta preocupação com o papel da mulher no lar revela-se em plano geral de organização do ensino em 1882, no qual tentava contrabalançar a instrução com as prendas doméstica e co-educação

¹⁴ Para maior aprofundamento ver: COSTA, Emilia da Viotti. Da monarquia a República: momentos decisivos. 8 ed. Ver. Ed. amp. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2007.

Na parte referente ao ensino primário consta o seguinte do projeto do deputado Almeida Oliveira: As meninas, além da instrução comum, aprenderão em classes especiais trabalhos de agulha e lavar e mais que constitui prenda do sexo feminino. [...] é permitido à mulher matricular-se em qualquer escola e nelas obter os diplomas e grau e graus científicos. Em todos os estabelecimentos de ensino haverá lugares separados para os alunos do sexo feminino e, sempre que possível entrada e saída (MOACYR, Primitivo, p. 410 e 418 apud. SAFFIOTI, 1976, p. 209).

A preocupação com a educação da mulher foi vista pelo liberalismo de forma tímida, mas foi graças a ela que a questão começa a ser discutida e que se começa a sentir a necessidade de uma instrução comum aos dois sexos. Todavia, esta iniciativa seria superada por uma nova reformulação do liberalismo, o qual revelava uma amplitude de visão capaz de equacionar os problemas envolvidos numa reforma social em que se ressaltaria a redefinição dos papéis da mulher.

Quanto à instrução da mulher, na perspectiva dos ideais positivistas, não era oponente a reclusão no lar a que ela estava destinada, todavia esta doutrina foi mais ousada que o liberalismo. O plano positivista de instrução da mulher decorreu de sua visão especial sobre as diferenças entre homens e mulheres e os papéis sociais que os representantes de um e de outro devem desempenhar. Homem e mulher são concebidos como pessoas, não apenas biologicamente, mas também mental e socialmente complementares. Embora para esta instrução de homens e mulheres, os mestres devessem ser os mesmos, a educação da mulher deveria ser ministrada separadamente da do homem e dela diferenciada. A bem da verdade, o positivismo não advogou pela instrução igual para o homem e para a mulher e só apregoa o papel da educação para a mulher tendo em vista que os filhos são educados pelas mães (SAFFIOTI, 1976).

A superioridade moral e social da mulher não significou senão um processo de envolvimento para sua heteronomia¹⁵ econômica e política. O positivismo não visou a emancipação da mulher, objetivou, ao contrário, ressaltar sua condição heteronômica na sociedade em geral e na família. Somente quem trabalhava exteriormente era o chefe, devendo ser proprietário de tudo quanto era

¹⁵ De acordo com dicionário filosófico, heteronomia a vontade que é determinada pelos objetos da faculdade de desejar. “Os ideais morais de felicidade ou perfeição supõem a heteronomia da vontade porque supõem que ela seja determinada pelo desejo de alcançá-los e não por uma lei sua. A independência da vontade em relação a qualquer objeto desejado é a liberdade no sentido negativo, ao passo que a legislação própria é a liberdade no sentido positivo” (ABBAGNANO, 2007, p 111).

indispensável para a sua existência e para o exercício de sua função: “[...] domiciliar, vestuário, instrumentos de trabalho, biblioteca entre outros”(SAFIOTTI, 1976, p. 210).

Desta forma, situando o positivismo no terreno moral a participação da mulher se apresentou como regeneradora da humanidade e à instauração do estado positivo desvincula os papéis do homem e da mulher. Não havia no sistema positivista lugar para a libertação da mulher. Sua superioridade moral¹⁶ constituiria meramente em um disfarce para sua heteronímia social, econômica e política, uma vez que os papéis que a mulher poderia desempenhar eram determinados socialmente. Coube a cientificidade liberal a formulação das teses mais avançadas que na época se conceberam sobre a situação da mulher no Brasil (SAFFIOTI, 1976).

Os republicanos defendiam o princípio da laicização do ensino, livrando assim, a instrução oficial dos vínculos da Igreja Católica, por outro lado, confirmava a descentralização da legislação educacional. A República não teve o pensamento ou a decisão de realizar uma transformação radical no sistema de ensino, para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, indispensáveis às novas instituições democráticas (SAFFIOTI, 1976).

O regime republicano não rompeu com a proposta de ensino do governo anterior, ao contrário conservou o mesmo estilo de ensino superior, bacharelesco e alheios aos problemas do país. O novo regime manteve um “[...] ensino secundário mais aquisitivo do que formativo, voltado para o ensino superior e privilégio das camadas mais abastadas” (SAFFIOTI, 1976, p.214). Houve uma distinção entre sistema de ensino primário e o ensino superior, existente no império e preservado no novo regime.

Apesar de se opor ao regime imperial e defender uma nova proposta, a República não conseguiu eliminar a dualidade do ensino vigente no país. Não existia ligação entre o ensino primário, normal e técnico-profissional, como não existia ligação entre o ensino secundário e o superior. O primeiro era destinado para a educação popular e o segundo para a educação da elite.

¹⁶ Para o positivismo as mulheres eram dotadas de uma superioridade moral, uma vez que eram capazes de regenerar a sociedade contraditoriamente à rigidez e a racionalidade do homem. O positivismo não preconizava a igualdade, ao contrário, compreendia as mulheres como seres sociais importantes dotadas de identidade positiva necessária para a formação de uma nova sociedade. Todavia, seu lugar de atuação era no âmbito privado (CAMPO, 2011).

O Império não realizou a democratização do ensino, tão pouco isso se realizou nas primeiras décadas do novo regime, o que se percebeu foi um continuísmo quanto a questão do ensino. Os ideais liberais presentes na República deixou na legislação do ensino larga margem de atuação da Igreja Católica, muito mais apta que as laicas pela tradição e pela posse de quadros acostumados ao magistério.

A vertente positivista mais “progressista” do governo provisório na República era responsável pela quebra do monopólio da igreja e da nobreza na área de educação e religião. “A República é laica”, o caráter republicano se fortaleceu no princípio federativo, a laicidade era o campo da crítica aos privilegiados pela origem econômica e sanguínea, sendo o ensino um de seus campos privilegiados (CURY, 2001).

A sistematização de um currículo diferenciado relacionava-se ao papel destinado a mulher em uma sociedade de costumes patriarcais e aos preconceitos quanto a capacidade intelectual das mulheres. Durante todo o século XIX, vê-se a diferenciação nos currículos tanto das escolas primárias para as meninas, quanto nas seções das escolas normais.

1.2 As mudanças nas relações de trabalho e a formação de Júlia

Os últimos três decênios que antecederam a Proclamação da República apresentaram modificações importantes nas bases da economia brasileira, a expansão da lavoura cafeeira na região centro sul e no noroeste de São Paulo, bem como o decênio de “[...]1870-80 caracterizou-se como um período de intensa atividade mercantil/financeira que permitiu mais um surto de prosperidade econômica-industrial” (CARDOSO, 1985, p.17).

A abolição da escravidão ocorrida em 1888 provocou tensões, especialmente os ex-escravos e seus descendentes, uma vez que as empresas continuaram a empregar preferencialmente os imigrantes e seus descendentes ficando os negros e os mulatos à margem, excluídos da prosperidade em geral que não tinham condições para entrar no jogo e sustentar as suas regras. Os ex-escravos [...] “Viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela” (IANNI, 1972, p.28).

Posteriormente a abolição feita não para atender aos interesses dos escravos, mas para atender as reclamações das novas condições de trabalho. Teoricamente os negros gozavam das mesmas regalias do homem livre. Mas contrariamente era jogado à rua, sem terra, sem instrução alguma, sem profissão, sem teto, sem meios de adquirir o mínimo para a sua subsistência, o negro foi abandonado à sua própria sorte (BASBAUM, 1968).

A libertação do escravo foi um processo pelo qual se deu um avanço na constituição das condições racionais indispensáveis a produção crescente de lucro. Somente com o trabalhador livre a força de trabalho ganharia condição efetiva de mercadoria e, como tal, ela poderia ser comprada de acordo com as necessidades dos proprietários dos meios de produção, isto é, a produção de lucro.

As transformações na economia impulsionaram a libertação dos escravos, e, por sua vez, a separação completa entre o trabalhador e os meios de produção que se estabeleceu uma condição básica para o ingresso da economia nacional no ciclo da industrialização.

Os processos econômicos e sociais são responsáveis pela expulsão do escravo da esfera dos meios de produção e são os mesmos que provocaram o afluxo de imigrantes, em menor escala, o deslocamento de caboclos e roceiros para as fazendas de café e os núcleos urbanos. O imigrante e o escravo são vistos como trabalhadores, isto é, produtores de valor. Tanto a imigração como a abolição aparecem como manifestações do processo mais amplo de formação da força de trabalho baseada no trabalho livre (IANNI, 1972).

As mudanças nas relações de trabalho, a questão essencial que se apresentava era a reestruturação do Estado, por meio de um plano de modernização da sociedade brasileira. Desta forma, no discurso republicano, “[...] a educação da população iletrada passou a ser vista como condição básica a população iletrada para a garantia a participação do povo na condução dos negócios públicos” (SCHELBAUER, 1998, pg 56). O discurso que antecedeu a queda do Império e a proclamação da República foi de um regime político mais democrático juntamente com o discurso de melhoria do problema educacional (SCHELBAUER, 1998).

Desta forma, a educação do povo foi colocada pelos republicanos como elemento primordial e a criação de um projeto nacional de educação¹⁷, o discurso sobre a difusão da instrução pública elementar foi motivada pelo processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Para tanto, a educação teve a função de qualificação da força de trabalho, visou-se evitar que o país aprofundasse em uma crise econômico-social. Todavia, este discurso se reconfigurou em função do processo de imigração e “[...] voltam-se para a criação de um sistema nacional de educação com a finalidade explícita de unificar a luta pela existência da nação brasileira” (SCHELBAUER, 1998, p, 60).

A concepção de educação sofreu mudanças, passou da natureza econômica, na transição do trabalho escravo para o livre, à natureza política, atrelada à transição do Império para a República. Neste cenário, a instrução pública passou a provocar um amplo debate acerca da intervenção ou não do Estado na educação, na criação de um sistema nacional de ensino que consolidaria a instrução necessária para a formação do cidadão eleitor e a integração do imigrante à nação (SCHELBAUER, 1998).

No final do século XIX e início do século XX, havia poucas indústrias e os industrialistas não era um grupo homogêneo capaz de alterar a situação. A classe operária se constituía e estava indiferente a experiência do Brasil. A classe média era crescente, mas não tinha expressividade suficiente, era reduzida, dependente do paternalismo da elite, que fixava limite da sua crítica social (COSTA, 2007).

Sem necessariamente entrar no mérito das comparações, porém, é inevitável não salientar que em nenhum país da América do Sul a escravidão foi tão intensa em número e teve tamanha distribuição em âmbito nacional, com duração tão extensa como no Brasil¹⁸. Em países como Peru e Colômbia, a escravidão foi bem significativa, a concentração de negros era em área determinada, não se igualando nunca aos brancos numericamente (MOURA, 1987). Nos Estados Unidos não houve uma dominação tão ampla e tão profunda nas relações sociais, o mesmo não

¹⁷ No projeto de formação do Estado Nacional a educação escolar cumpria uma missão civilizadora, que era a de homogeneizar a República, composta de uma população heterogênea e diversa (NORONHA, 2002).

¹⁸ A população do Brasil em 1789 era de: brancos 1.010.000; índios 250.000; libertos 406.000; Pardos 221.000 e negros 1.361.000. Se somar o número de libertos, pardos e negros terá um contingente de negro de 1.988.000 de um montante de brancos de 1.010.00, isso significa um número de negros superior ao número de brancos. Cerca de 50% da população, 1582.000 era constituída de escravos. Na mesma época havia nos Estados Unidos 70 mil escravos para uma população de cerca de 4 milhões ou seja menos de 2% de negros (BASBAUM, 1975, P.93).

ocorreu no Brasil que teve organizada e estruturada, sendo uma sociedade escravista de âmbito nacional, funcionando durante quase quatro séculos, sem modificações.

O discurso liberal tem raízes históricas. Prende-se aos seguimentos da pequena burguesia – bacharéis, profissionais liberais de um modo geral e outros setores a eles aderidos – ligados e/ou subordinados aos senhores de escravos. Eram, muitas vezes, os seus porta-vozes no Parlamento para o qual eram eleitos pelo prestígio dos representantes do sistema escravista. Esse liberalismo escravista, que surge durante o escravismo, reforça-se, depois, com a visão cientificista do século XIX, e o evolucionismo linear, o social-darwinismo, as teorias de inferioridade racial e, em decorrência, a tese “científica” de que o Brasil seria tanto mais civilizado quanto mais branqueado (MOURA, 1987, p.15).

Em 1888, ano da abolição, Júlia Wanderley estudou no Colégio Nossa Senhora da Glória, prestou exames neste estabelecimento e no colégio do Professor Nivaldo Braga, obtendo êxito nos dois (MACEDO, et al, 1918), provalmente a escolha por dois exames era uma forma de ampliar as chances de aprovação, se não passasse em um, poderia passar no outro.

Em 1889 iniciou os estudos secundários com Justiniano de Melo¹⁹. Não se sabe ao certo porque Júlia Wanderley mudava tanto de escola, não há nenhuma referência de seus biógrafos quanto a esta questão. O que se evidencia é que Júlia Wanderley estudou em escolas de referência, imponentes e com professores ilustres, representantes legítimos da burguesia local. A realidade de Júlia Wanderley era característica de um pequeno grupo, não era a realidade nacional da grande maioria da população que não tinha acesso a escolarização.

Júlia Wanderley já visava o ingresso na Escola Normal. Em 6 de dezembro de 1889 retira-se do colégio Nossa Senhora da Glória e estuda apenas com o professor Justiniano de Melo e Silva, o qual tinha a fama de aprovador. Em 1890 ela teve aula com o professor Francisco Guimarães e frequenta o colégio do Professor

¹⁹ Justiniano de Melo e Silva, nascido em Sergipe, bacharel em direito, veio para o Paraná em 1876, como Secretário da Província, na Presidência de Lamenha Lins. Foi Diretor de Instrução Pública e o de professor do Instituto Paranaense, que era a escola oficial da instrução secundária. Exerceu a cátedra de português e pedagogia, foi jornalista, diretor do Jornal do Comércio, fundado com o objetivo de defender o comércio, fundou ainda o jornal “Sete de Março” órgão do Partido Conservador. (MARTINS, 1995, p.124)

Miguel Scheleder²⁰. Neste mesmo ano, prestou exames das matérias constitutivas do 1º ano do Curso Normal de Português, Corografia e História do Brasil. No ano de 1891, Júlia frequentou as aulas do Curso Normal nas disciplinas de Francês e Retórica Poética (FERRANTE, 1974).

O contexto em que Júlia Wanderley foi educada se constituía de uma sociedade cujos os preconceitos sobre o papel específico da mulher eram evidentes, não só com a mulher, mais sobretudo com a origem dos alunos. Este processo era refletido não apenas em destinação profissional, mas, sobretudo na própria educação.

[...] Nessa circunstância, dá-se uma valorização ideológica do trabalho, que passa a adquirir um cunho educativo. Da mesma forma, a educação das mulheres se faz segundo a posição social: às destinadas a subsistência pelo trabalho, atribui-se a aprendizagem de atividades manuais, ocupação tradicionalmente reservada ao sexo feminino; para as jovens de classes mais favorecidas, acrescenta-se a esse fundo doméstico comum, uma gagagem variada de artes de salão e de conhecimentos literários (TRINDADE, 1996, p. 77).

A Monarquia era representada pela figura do rei, todavia derrubada a Monarquia, novos símbolos foram criados visando preencher o espaço vazio, elementos que, pudessem representar as novas ideias e os “novos” ideais, como revolução, a liberdade²¹, a república, a própria pátria. Desta forma, a simbologia física francesa da República era a alegoria feminina. A figura feminina passou a ser utilizada assim que se proclamou a República na França (CARVALHO, 1990).

Ao final do século XIX a mulher não ocupou lugar efetivo dinâmico nos espaços exteriores, tais como no trabalho, no campo político e nas manifestações populares, sem ter direito a formação profissional. Todavia, com o avanço do

²⁰ Apesar de muitos biográficos de Júlia Wanderley falarem deste professor, não se tem dados sobre ele, apenas a referência nos escritos documentais de sua existência e de sua atuação como professor da mesma.

²¹ A liberdade, no capitalismo, expressa um caráter ideológico de classe. Para os detentores dos meios de produção, esta liberdade consiste em explorar e dominar a classe trabalhadora para satisfazer os seus próprios interesses, a classe trabalhadora somente conquistará determinada liberdade mediante sua constante luta organizada na sociedade. A livre concorrência nada mais é do que a liberdade dos capitalistas em continuar a exploração dos seres humanos, aniquilando com possíveis instrumentos regulativos que podem restringir a hegemonia e o enriquecimento privado da classe dominante. Para a classe trabalhadora, a liberdade depende da emancipação do mercado e da lógica da concorrência como reguladores da sociedade (ANDRIOLI, 2005).

capitalismo²² mundial e a influência liberal dos republicanos brasileiros, emerge a necessidade de uma nova força de trabalho. Desta forma, era preciso preparar a mulher para ser um sujeito “útil” nessa sociedade, era preciso torná-la participante na vida social, nas oficinas de trabalho, no âmbito da nação, respeitando os limites de atuação (TRINDADE, 1996).

JO final do século XIX e início do século XX foi permeado por inúmeras mudanças, como a do trabalho escravo para o trabalho livre, a mudança de regime imperialista para o Republicano, o desenvolvimento industrial e, com isto, a necessidade de consolidar novas práticas e ideologias²³.

Com a República era preciso colocar em prática os ideais para uma nova ordem social que orientaria a sociedade. Vivia-se um momento de conclamar o patriotismo, pelo cidadão incumbido da missão de contribuir para o progresso da nação, um indivíduo convidado a exercer o civismo, visando difusão do novo regime que almejava uma nação “livre” e “soberana”, juntamente com “cidadãos livres” rumo ao progresso.

Na perspectiva liberal a coletividade acontece pela busca de realização dos interesses individuais, o que resultará em “benefício para todos na sociedade”. A liberdade é condizente com o princípio de individualidade, o sucesso do individual é mérito, resultante do esforço e do trabalho de cada um. O liberalismo²⁴ está presente como expressão necessária do modo de produção capitalista, é por meio desta ideologia que a burguesia se subsidia para que o capitalismo seja aceito de forma natural e necessária ao progresso, ao desenvolvimento, a democracia e a liberdade (SANTANA, 1996).

²² Segundo dicionário Marxista o Capitalismo se apresenta coma a “forma específica de exploração, é a apropriação da mais valia, por meio da exploração do trabalho assalariado” (BOTTOMORE, 2001, p. 230).

²³ Para CHAUÍ, a ideologia não é um processo subjetivo consciente, todavia um fenômeno objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos [...] “A ideologia burguesa, através de seus intelectuais, irá produzir ideias que confirmem essa alienação, fazendo, por exemplo, com que os homens creiam que são desiguais por natureza e por talentos, ou que são desiguais por desejo próprio, isto é, os que honestamente trabalham enriquecem e os preguiçosos, empobrecem” (CHAUÍ, 1980, p. 30-1).

²⁴ Liberalismo pode ser explicado “[...] enquanto expressão historicamente necessária do modo de produção capitalista”. Ora enquanto ideologia que se pretende universal, o liberalismo em sua denominação e conteúdo não revela verdadeiramente o movimento que de fato deveria expressar, qual seja: o do próprio capital dentro do modo de produção capitalista. Assim, o termo varia na medida em que se modifica o movimento do capital que reflete e que ser captado no conteúdo modificado do próprio liberalismo (SANTANA, 1996, p.14).

As escolas em que Júlia Wanderley estudou eram escolas, naquela época, frequentadas pela elite burguesa, os professores que lecionavam eram profissionais liberais, os quais tinham muito prestígio como educadores. A família de Júlia Wanderley não se configurava como de família abastada economicamente, todavia seus pais não eram membros da classe desprestigiada economicamente que representava a maioria da população brasileira, maioria esta que não tinha acesso a escolarização.

Os pais de Júlia Wanderley tinham condições materiais e investiram na formação da filha colocando-a em colégios mistos, com formadores considerados referência para a elite local, uma vez que para o grupo social em que faziam parte a família Wanderley, ao qual podemos denominar de intermediário, para este seguimento, “[...] a escola exercia uma função vital: era dela que seus elementos tinham acesso a funções não maculadas pelo trabalho físico, às profissões liberais e aos empregos públicos” (XAVIER, 1992, p.126).

1.3 Júlia Wanderley e a Escola Normal de Curitiba

A primeira Escola Normal do Paraná foi criada no final do império, pela lei nº 238 de 19 de abril de 1870, assinada pelo Presidente Luis Affonso de Carvalho, para o ingresso de ambos os sexos, a lei previa a seguinte modificação no currículo:

ART. 5º - Para as pessoas do sexo feminino, o curso abrangendo as mesmas matérias, terá convenientes modificações no ensino de algumas dellas, e compreenderá os trabalhos de agulhas para os quaes haverá uma professora (LEI Nº 238 de 19/04/ 1870).

Apesar da Lei de criação da Escola Normal, ela não se efetivou, ficou apenas no papel. A discussão quanto a Escola Normal e a formação pedagógica do professor se estendeu por muitos anos. Em 12 de Abril de 1876, pelo Presidente da Província Adolpho Laménha Lins²⁵, foi sancionada a Lei nº 456, criou-se o Instituto e Escola Normal anexa a ele, o primeiro, com função propedêutica, com o objetivo de preparar os alunos para o ingresso no curso superior e a segunda

²⁵ Adolpho Laménha Lins, nasceu em Recife, formou-se na Faculdade de Direito de Recife, [...] Foi um dos primeiros presidentes partidários do movimento da libertação dos homens escravos (NASCIMENTO, 2008, p.85).

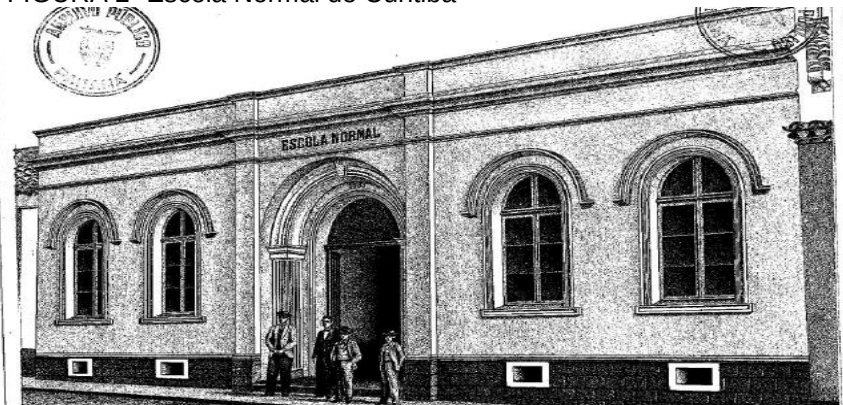
visando a organização da carreira do magistério, por meio do curso da Escola Normal (MIGUEL, 2008).

A Escola Normal na capital do Paraná foi um passo significativo para a formação de professores para a instituição primária. A contratação de professores era feita de forma lenta e a Escola Normal mudaria este quadro tão logo os primeiros normalistas obtivessem a habilitação. A Lei nº 456 de 1876, regulamentou a obrigatoriedade da matrícula e frequência as escolas públicas nas cidades da província, aos pais, tutores, ou outros quaisquer representantes legais das crianças que completassem seis anos eram responsáveis pelo cumprimento da determinação, a quem não cumprisse seria aplicada multa de 20\$00 pelo inspetor paroquial, sem direito a recurso, caso repetisse a negligência, nova multa era aplicada com valor dobrado. (NASCIMENTO, 2008).

Em 1880, no relatório da Instrução Pública são propostas modificações no currículo da Escola Normal, foi inserida a disciplina de Pedagogia e Filosofia, no 2º ano acrescenta-se o ensino de Moral, Religião e a disciplina de Pedagogia, sem alterar a duração do curso que permanecia de dois anos. Mateve-se do currículo de 1876 a disciplina de Direito Público e estudo da Constituição.

No ano de 1882, a Escola Normal deixou de funcionar por falta de alunos e, só em 1884, volta a funcionar, foi restaurado o Instituto Paranaense e anexou-lhe a Escola Normal²⁶. Com um orçamento limitado, os planos de estudo de ambos foram reduzidos e os professores passaram acumular matéria de um e de outro curso.

FIGURA 2 -Escola Normal de Curitiba



Fonte: Arquivo Público do Paraná Relatório da Secretaria do Interior da Justiça e da Instrução Pública, em 31 de agosto de 1893.

²⁶ A Escola Normal permaneceu anexa ao Ginásio Paranaense, antigo Instituto, até a Reforma de 1922 quando a Escola Normal teve organização diferenciada e com instalações próprias. (MIGUEL, 2008).

Apesar da criação da Escola Normal de Curitiba para a formação de professores, o magistério sofria desprestígio, decorrente de salários baixos, falta de condições materiais, entre outras coisas. Com tudo isso, houve um desinteresse do sexo masculino para formação do magistério, afinal naquela época apenas o sexo masculino frequentava a Escola Normal.

A Escola Normal do Paraná não funciona por falta de alunos. V.Ex . Que compreende tão bem a necessidade que temos de um corpo docente idôneo, proporá sem dúvida ao corpo legislativo provincial, sérias medidas para melhorar o estabelecimento que deve preparar professores para as nossas escolas. [...] Julgo que o único meio de que a província se poderá servir para conseguir com que a escola normal seja devidamente freqüentada, está em dar maiores vantagens aos professores diplomados para essa escola, facilitando, ao mesmo tempo, aos atuais professores os meios que habilitem a cursar as aulas desse estabelecimento [...] Para esse fim, imitando o que tem sido feito em outras partes do Império, conceder-lhes licença com vencimentos, ficando eles obrigados a deixar em suas cadeiras substitutos idôneos, pagos a sua custa. Afim de que todos os professores sejam forçados a passar pela Escola Normal, poderá ser determinado um prazo razoável, findo o que, aqueles que não houverem apresentado à matrícula, ou perderão o direito a suas cadeiras ou sofrerão qualquer ou pena severa que for considerada justa. (MARCONDES, 1882,s/p).

O Instituto Paranaense bipartia-se em dois cursos: o ginasial e o normal, Julia Wanderley frequentou ambos e saiu sempre com distinção dos exames aos quais foi submetida. O Curso Normal, planejado com programas executados, foram-lhe na ocasião oportunidade de Júlia Wanderley evidenciar o seu desempenho²⁷

Não eram poucas as matérias, nem complacentes os examinadores. Ernesto Luis de Oliveira, o único aluno a poder segui-la de perto, não lhe levou nunca palma. Nem mesmo em matemática! Ela seria d^a. Júlia Wanderley se o aranhol oligofrênico dos preconceitos não lhe tolhesse os passos? (ERVEN, 1945, p.12)

Julia Wanderley dirigiu-se ao Governador do Estado requerendo o mesmo direito dos moços, ou seja, a permissão de matrícula de moças na Escola Normal.

²⁷ Ernesto Luis de Oliveira, o que mais se aproximou de Júlia Wanderley na Escola Normal no desempenho, nasceu no mesmo ano que Júlia Wanderley, 1874, no Capão Alto, na Lapa. Em 1894, ainda bem moço, seguiu o exército de Gumerindo Saraiva em sua retirada para o sul, exilou-se na Argentina, de volta a pátria residiu no Rio de Janeiro, onde fez o curso de Engenharia Civil. Residiu também em Campinas, São Paulo, onde fez concurso para o Ginásio, em 1910, regressa ao Rio onde os seus trabalhos foram notabilizados (MARTINS, 1995).

Mesmo com a “relutância”, por parte do governador, foi deferido o pedido, porém, impôs-se uma condição: “Não fosse ela a única moça, teria que ter mais outras colegas para ingressar na dita escola” (PILOTTO, 1974, p.2).

Júlia Wanderley foi aos poucos se inserindo na escola normal conforme pode-se perceber pela sequência cronológica de requerimentos: o primeiro em 2 de setembro de 1890 dirigido ao Governador do Estado “[...] considerando-se habilitada nas matérias do 1º ano do Curso Normal, solicitava neste documento que fosse marcado o dia do exame” (FERRANTE, 1974, s/p). Encaminhou outro requerimento, datado de 8 de fevereiro de 1891, ao Governador do Estado solicitando matrícula para frequentar as aulas das matérias constitutivas do Curso Normal. Em 17 de fevereiro do mesmo ano pediu ao Padre Alberto José Gonçalves, que era Superintendente Geral do Ensino Público do Estado, que intervisse favoravelmente junto ao Governador General José Cerqueira de Aguiar Lima, quanto ao pedido encaminhado em 8 de fevereiro do mesmo ano. Júlia Wanderley encaminhou ainda 2 ofícios, datados de 14 de fevereiro, dirigidos ao Diretor Geral da Escola Normal e Instituto Paranaense, a mesma solicitava matrícula para frequentar as aulas de Rhetórica e Poética. (FERRANTE, 1974, s/p)

Interviu em favor de Júlia Wanderley o Monsenhor Alberto José Gonçalves, representante da Igreja Católica, membro do governo na área de educação e Diretor da Escola Normal. Desta forma, Júlia Wanderley teve as solicitações deferidas pelo Governador do Estado com a recomendação de que ela não fosse única a frequentar o Curso Normal, ela seguia a recomendação e, juntamente com outras colegas passou a ser aluna regular daquele estabelecimento e concluiu o Curso Normal no final de 1892.

Em 1892, concluíram o curso iniciado em fevereiro do ano anterior, juntamente com Júlia Wanderley Maria Rosa Gomes, Isabel Guimarães e Cândida Nascimento, pertenciam ainda a sua turma Ernesto Luis de Oliveira e os irmãos Veríssimo de Souza e Lourenço de Souza.²⁸

²⁸ Ambos fizeram parte do corpo editorial da Revista “A Escola” (1906 a 1910).

Era muito comum, neste período de formação de Júlia Wanderley, nas escolas à classificação do desempenho dos alunos, muitas vezes até sendo divulgada em jornais. Ficou muito marcado o desempenho do mérito de alguns alunos e alunas integrantes da turma da Escola Normal, que de certa forma acabou dando visibilidade a Júlia Wanderley:

1º D. Júlia A. de Souza Wanderley, 7 distinções e 2 plenas.
 2º Ernesto Luís de Oliveira, 7 distinções e 2 plenas.
 3º D. Maria Rosa Gomes, 4 distinções e 5 plenas.
 4º D. Isabel Guimarães, 2 distinção e 6 plenas.
 5º D. Cândida Nascimento, 1 distinção, 1 plena e 7 simples.
 6º Veríssimo A. de Souza, 6 Plenas e 3 simples
 7º Lourenço A de Souza, 3 Plenas e 6 simples.
 (MACEDO, et al., 1918, p. 19).

Este procedimento de classificação de alunos acontecia pela influência do Método Lancaster de ensino oficial do Império que continha em sua prática um severo sistema de castigo e prêmios para os alunos, orientando ao disciplinamento. Este método se relacionou harmoniosamente com o pensamento liberal²⁹ que primava pela competitividade e o individualismo.

Neste princípio educacional meritocrático, Júlia Wanderley se legitima no espaço do Instituto Paranaense. Júlia Wanderley se fazia notar por se contrapor e discordar da participação em uma conferência na catedral de Curitiba, não satisfeita com a apresentação do padre se manifestou, ganhando assim mais um admirador:

[...] Escreveu, então, ponderada carta ao conferencista renomado. Comparecia êle, no dia imediato, á residência da ilustre educadora. Reconhecia a justiça dos reparos. Alegou não ter feito maior arrazoado julgando difícil encontrar-se como audientes, pessoas à altura de crítica assim erudita e judiciosa. Ganhou d^a Júlia, naquela hora mais um amigo de seu caráter e um admirador de seus talento (ERVEN, 1945, p. 21).

²⁹ Durante o Império, no processo de formação do Estado Nacional, as elites dirigentes investiram contra as manifestações sociais das classes desfavorecidas economicamente, vistas como desordeiras, sob a influência do pensamento liberal e iluminista, atribuíram a classe subalterna a função de preservar e garantir o funcionamento do Estado Monárquico, para instrumentalizar a instrução pública, o Método Pedagógico de Lancaster foi oficializado em 1827. NEVES, Fátima Maria. O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808 – 1889), UNESP, Assis, 2003.

A necessidade de força de trabalho para educação era tanta que a primeira turma de professoras normalistas foi imediatamente nomeada. Designou o governo a nona cadeira da capital para Júlia Wanderley, que tinha apenas 19 anos, quando começou a sua atividade docente.

FIGURA 3
A jovem professora Júlia Wanderley



Fonte: Erven, 1945

De posse do diploma da Escola Normal, os alunos devidamente habilitados garantiam a preferência para as escolas públicas, para tanto era considerado a classificação dos candidatos aprovados, os alunos com aprovação plena teriam a preferência e seriam os primeiros escolhidos, os com desempenho inferior, ficariam por último. Foi o que ocorreu com Júlia Wanderley que ficou em primeiro lugar na classificação por bom desempenho estudantil.

O ingresso e o bom êxito de Júlia Wanderley motivou o Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública que visando estimular maior ingresso de mulheres na Escola Normal, sugeriu que se conferisse às normalistas “[...] certas regalias que lhes devem ser de direito, taes como nomeação independente de concurso, vitaliciedade etc” (PARANÁ, 1893, p.19). No mesmo período, consta a concessão de um prêmio como forma de incentivo às mulheres ao ingresso na Escola Normal:

Destinado a alumna que de mesma Escola sahir com maior distinção [...] Prêmio D. Paulina do Amaral [...] constante de uma caderneta da Caixa Econômica com a quantia de Rs 50\$000 (cincoenta mil reis) para ser conferido à alumna da Escola Normal que terminar o curso com mais brilhantismo, a juízo da congregação da mesma Escola (SILVA, 1893, p.19-20).

Havia todo um movimento do Estado quanto à necessidade de medidas que estimulassem o interesse de alunas para este estabelecimento, uma vez que era percebida uma desmotivação pela Escola Normal, por parte do sexo masculino, em função das novas frentes de trabalho que surgiram com o capitalismo e a industrialização. Com isso, emergia uma demanda por esta formação em função do novo regime em que vivia o país quanto ao discurso republicano de democratização do ensino, indispensável para a formação do cidadão e o desenvolvimento do país. Algumas políticas foram adotadas para amenizar a situação:

O governo destinava também uma verba mensal de trinta mil réis para dez cidadãos do sexo masculino que, sem condições financeiras, pudessem estudar na Escola Normal para trabalhar no magistério primário, verba essa que os selecionados deveriam pagar, posteriormente, mediante descontos nos seus vencimentos. Para todos os outros, era cobrada uma taxa de matrícula para o ingresso na Escola Normal (NASCIMENTO, 2008, p.58).

Era muito frequente o discurso do Estado em que vincula educação e progresso, havia uma preocupação apresentada pelo Estado, por meio dos relatórios, quanto a necessidade de instruir o povo em função da nova ordem econômica, uma vez que a lei da concorrência desafiava os maiores empreendimentos indústrias e crescia a necessidade de ampliar as vendas no comércio o “[...] engenho humano as forças naturais”, aproveitando-as e não sendo por elas dominado, compreendiam o trabalho que deve ser inteligente e produtivo e gerar riquezas (PARANÁ, 1880, p.33).

A Escola Normal se insere em um contexto em que o ensino público encontrava-se muito precário, com carência de professores, de métodos pedagógicos, estrutura física e material complementar (PARANÁ, 1883). Ela se apresentava como a única possibilidade de melhora da instrução pública, mesmo evidenciando este propósito, pouca verba foi destinada para a melhoria desta instituição.

Os professores do Instituto Paranaense acumularam funções com a criação da Escola Normal, ministrando aulas em ambos os cursos. Para atender os dois estabelecimento, foram distribuídas aulas inclusive no horário de almoço como se pode observar abaixo:

Quadro II –Distribuição de horários e aulas da Escola Normal em 1893

PRIMEIRO ANO	
Geographia physica	das 8 às 9 horas da manhã
Arithmetica e Algebra	das 10 às 11 horas da manhã
Francez	das 12 às 13 horas da tarde
Geometria e Trigonometria	das 13 às 14 horas da tarde
Portuguez	das 14 às 15 horas da tarde
Desenho, música e gymnastica (mesmos dias e horários marcados para o Gymnasio).	
SEGUNDO ANO	
Physica e Chimica	das 9 às 10 horas da manhã
Inglez e Allemão	das 9 às 10 horas da manhã
Sciencias Naturaes	das 10 às 11 horas da manhã
Latim	das 11 às 12 horas da manhã
História Universal e Moral	das 12 às 13 horas da tarde
Geometria e Trigonometria, Calculo	das 13 às 14 horas da tarde
PREPARATIVAS AVULSAS	
Physica e Chimica	das 9 às 10 horas da manhã
Inglez e Allemão	das 9 às 10 horas da manhã
Sciencias Naturaes	das 10 às 11 horas da manhã
Latim	das 11 às 12 horas da manhã
História Universal e Moral	das 12 às 13 horas da tarde
Geometria e Trigonometria, calculo	das 13 às 14 horas da tarde

Fonte: elaborado pela autora retirado do Relatório dos Negócios do Interior, da Justiça e da Instrução Pública, 1893

A música e o desenho contribuíam para a educação dos pobres, instigando a observação e era fundamental para “[...] a base da educação técnica e industrial” (PARANÁ, 1888, s/p). A Escola Normal teve uma nova concepção, uma vez que se constatou um novo momento em que a instrução tinha o objetivo de formar a força de trabalho. A criação desta escola estava atrelada a desenvolvimento econômico, político e social.

Algumas aulas de cunho artístico da Escola Normal de Curitiba eram ministradas na Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, o governo decidiu, com o objetivo de economizar, que as alunas normalistas assistissem aulas na Escola de Belas Artes. Todavia, um número significativo de alunas da Escola Normal negava-se a frequentar esta escola, as quais alegavam a distinção de classes sociais, uma vez que a Escola Normal era frequentada por moças das

principais famílias da capital, enquanto a Escola de Belas Artes era considerada do proletariado.

[...] isto aqui é a escola da gente misturada, cremos que por nunca termos feito questão de gente de cor, mas sim de gente de caráter, mas não é razoável a injustiça e neste ponto protestamos em honra de todos os que fazem parte deste estabelecimento (WACHOWICZ, 1969, p.27).

As alunas oriundas de famílias pertencentes a elite local que integrava a Escola Normal não queriam misturar-se aos desprovidos economicamente, alunos da Escola de Artes, evidenciando-se as contradições no contexto curitibano. Outro agravante para as filhas da elite não quererem frequentar a Escola de Arte e Indústria era o fato do diretor da escola não ter um casamento legítimo com sua companheira, o que não era bem visto pelas famílias tradicionais curitibanas, era considerada uma situação imoral. Com o intuito de superar este impasse, Paulo Ildefonso D'Assunção criou, em 1894, o Conservatório de Belas Artes, atraindo clientela discente das famílias abastadas de Curitiba, subtraindo-as da Escola de Arte e Indústria de Mariano de Lima (PROSSER, 2004).

No século XIX se delineava a consolidação da burguesia na Europa. O pensamento pedagógico deste período sofreu a influência das constantes transformações no mundo do trabalho, sobretudo após a Revolução Industrial. A partir deste momento, começou-se a pensar mais sistematicamente em uma educação voltada a formação de força de trabalho.

O Estado burguês tem como discurso o interesse pela educação, colocando-a como “salvação nacional” ou de “recomposição “hegemônica” ou de “disciplinamento do trabalhador” (NORONHA, 2009, p.). Para tanto, é preciso uma estruturação de uma rede de ensino público, era preciso criar as condições para que este projeto se concretizasse e, assim, composse um sistema público de ensino que legitimasse sua ideologia. Todavia, os grupos que conduziram o processo político republicano, eram os mesmos políticos do Império, agora com novas nomenclaturas, privilégios como os de propriedade acompanhados pelos militares recém-chegados (NORONHA, 2009).

Desta forma, o Estado³⁰ se preocupou com a formação dos professores, pois as Escolas Normais³¹ vinham ao encontro deste ideal liberal, com a finalidade de formar um corpo profissional para a educação da nação e que não fugisse ao que o sistema capitalista necessitava: homens dóceis obedientes ao sistema. Assim, as Escolas Normais se apresentaram como importante mecanismo de controle social.

Com a República, a instrução pública ressoava como a resolução dos problemas do novo regime e seria responsável pelo engrandecimento do Estado. Os profissionais que integravam o sistema público eram ex-profissionais autônomos que ministravam aulas como professores particulares escolhidos e pagos pelo Estado, eram dotados de experiência na função de ensinar. Esses profissionais formados no próprio trabalho e respeitados pelos pais e comunidade foram passando à condição de empregados do Estado.

A necessidade de formar o professor como um agente com capacidade para reproduzir a ideologia que o Estado desejava difundir, um conhecimento que não fosse subverter as condições materiais dessa sociedade, que a conservasse da forma como se apresentava, ou seja, de certa forma, um processo de alienação a serviço da manutenção da desigualdade e da naturalização dessas.

O professor público ignorante continuará a não merecer o respeito e confiança das famílias; o magistério, que nos países adiantados é uma das mais nobres carreiras, continuará a ser um lugar de tormento de que elas fogem, e o povo permanecerá no mesmo estado de ignorância em que vegeta hoje. Este estado de coisas não deve continuar a ser alimentado. A província deve esforçar-se afim de melhorá-lo e a sociedade deve auxiliar o governo com a sua boa vontade. A Instrução pública não pode progredir enquanto a sociedade não se levantar em um corpo, movido por uma ideia única – a faze-la avançar (MARCONDES, 1882, s/p).

³⁰ O Estado no liberalismo tem por finalidade organizar o poder e propiciar as condições para o livre desenvolvimento das atividades dos cidadãos e possibilitar as condições para o livre desenvolvimento das atividades do povo, de forma individual ou visando interesses comuns. Na visão liberal clássica o Estado se separa da sociedade civil, restringindo-se a esfera política. Desta forma, a sociedade não pode intervir na esfera administrativa do Estado, em contraponto o Estado está isento das atividades sócio-econômicas, restritivas à esfera privada (OLIVEIRA, 2001, p.111 -148).

³¹ A história da Escola Normal esteve atrelada à necessidade da profissionalização dos professores era ausente às mulheres e os negros, apesar de ser pública, todavia era distribuída pequenas porções que não atingiam a todos os segmentos da sociedade. Na verdade, a Escola Normal se restringia aos homens brancos, os negros, inclusive os já libertos, eram proibidos de frequentar as escolas públicas. Assim como os negros as mulheres, ficaram excluídas de frequenta esta escola, até 1851, não houve nenhuma mulher matriculada na Escola Normal de Niterói” (VILLELA, 2002).

Há, neste período, uma nova organização do processo de trabalho docente, que passou a desprezar o saber do professor e a desvalorização do seu trabalho, em função do sistema capitalista que se implementa, bem como os baixos salários pelos serviços prestados. O Estado não assumia o sistema de instrução pública como sua responsabilidade, transferindo para os professores a culpa de todos os seus insucessos, como tão bem retrata o relatório do Diretor Geral da Instrução Pública.

1.4 De senhorita a senhora Júlia Wanderley Petrich

Júlia Wanderley, aos 21 anos, passou a se chamar Julia Augusta de Souza Wanderley Petrich ao contrair matrimônio com Frederico Petrich, o qual assumiu o comércio do sogro denominado Casa Verde, estabelecimento da Rua XV, lá foi bem sucedido economicamente. Ele soube se utilizar das redes de relação da família de sua esposa. Este é um momento em que Júlia Wanderley passará a ter maior prestígio, uma mulher casada tinha mais prestígio do que uma mulher solteira, agora ela será a Dona Júlia Wanderley, cabe salientar que o seu marido soube empreender e utilizar da imprensa para divulgar os negócios da família.

Frederico Petrich não era de grandes posses, todavia recebeu ajuda da família de Júlia Wanderley, ele tinha características que se assemelhavam ao pai de Júlia, todavia apresentava maior habilidade para o comércio, obteve grande êxito. Após o casamento, o casal constatou a impossibilidade de Júlia ter filhos biológicos sendo assim, sua irmã Minervina Wanderley da Costa prometeu que daria o terceiro filho. O que de fato ocorreu, em novembro de 1901, no primeiro dia daquele mês nasceu um menino, que foi entregue a Julia Wanderley e seu marido dezessete dias após o nascimento, o menino recebeu o nome de Júlio Wanderley Petrich, como sendo filho do casal Petrich (DESTEFANI, 2009).

FIGURA 4 - Julia Wanderley com o filho “Julinho”, 1902 e 1905



FONTE: Organizada pela autora tendo como base: ERVEN, 1945, p.27, ARAUJO, 2010, p.54.

Como era comum para uma família com condições materiais, Júlia Wanderley teve por hábito registrar momentos familiares, guardar fotos e colecionar postais. Desta forma, registrou o crescimento de seu filho e os momentos de sua vida familiar e social, muitas fotos foram tiradas informalmente, outras em estúdios como era de costume da elite local.

FIGURA 5 - Julia Wanderley momento familiar



FONTE: Organizada pela autora tendo como base: ARAUJO, 2010, DESTEFANI, 2009, ERVEN, 1945.

No início do século XX, a elite curitibana vivia sobre a influência francesa, o remodelamento do centro urbano, época de criação de boulevards, can-cans, opereta e o surgimento de numerosos estabelecimentos públicos recreativos e de diversão para atender este seguimento. O centro das atenções do mundo europeu era Paris, a Belle Époque³², um estado de espírito. Paris significou vida, alegria, beleza e renovação, tudo que acontecia nessa cidade era notícia, tornava-se modelo, moda para a burguesia. A remodelação do centro urbano simbolizava a substituição do velho pelo novo, do antigo pelo moderno (PROSSER, 2004).

Nos primeiros anos de casada Júlia Wanderley morou na Escola Tiradentes, uma vez que era professora e diretora desde 1895 quando a Escola foi inaugurada, mas não foi por dificuldades financeira uma vez que o casal contava com o auxílio de uma empregada.

1.5 Júlia Wanderley e a Escola Tiradentes

A nomeação de Júlia Wanderley para reger a 9ª cadeira³³, ocorreu por meio de Decreto de 03/07/1893 e assumiu o respectivo exercício no dia 4 do mesmo mês. Por Decreto de 24/07/1894 foi transferida para a 1ª cadeira para o sexo feminino da Capital, designada pelo então Diretor da Instrução Victor Ferreira do Amaral, para reger a Escola de 2º grau do Paraná.

Foi ela, senhora que estava de toda a processologia pedagógica do seu tempo, quem introduziu na prática as doutrinas pestalozzianas que, pela imprensa, infatigavelmente pregou. A tradicional Escola Tiradentes, menina de seus olhos, no futuro, ser-lhe-ia um seminário sob esse aspecto (ERVEN, 1945, p.14).

³² Belle Époque foi uma fase de euforia e despreocupação vivida na Europa, entre 1871, final da guerra franco-prussiana, e 1914, ano do início da Primeira Guerra Mundial, caracterizada por grande produção artística, literária e bom desenvolvimento tecnológico (HOUAISS, 2009).

³³ As principais medidas instituídas pelo regulamento de 1890 restabeleciam as normatizações da Lei de 16.07.1876, com relação às classificações das cadeiras públicas de instrução elementar, alterando apenas a ordem de classificação. Eram consideradas de primeira instância somente as cadeiras de vilas e freguesias; as de segunda instâncias eram as das cidades; as terceira, somente as escolas da capital. Para lecionar as cadeiras disponíveis, que eram escassas para as necessidades da época, dava-se preferência aos professores formados pela Escola Normal (NASCIMENTO, 2008, p. 119).

Em 8/02/1895 Júlia Wanderley foi empossada como primeira diretora da Escola Tiradentes, no mesmo ato de inauguração, em 1895, conforme Ata de Instalação, lavrada no livro de termos de visita da 1ª Cadeira para o sexo feminino da Capital.

Seção Livre, Escola Tiradentes, Aos oito dias do mez de fevereiro de mil oitocentos e noventa e cinco, sétimo da República. Nesta cidade de Curytiba em um dos salões do edifício escolar recentemente construído e que se denomina Escola Tiradentes, achando-se presente o Digníssimo Diretor Geral da Instrução Pública Dr. João Pereira Lagos e os alunos que a freqüentam, foi por essa autoridade declarada aberta e installada a dicta Escola para o fim de funcionar sob as condições do Regulamento em vigor, bem como empossada a baixo assignada na qualidade de directora (CASTRO, 2008, s/p).

Em 22 de março de 1901, oito anos depois da primeira nomeção em 1893, Júlia Wanderley recebeu uma gratificação adicional de 10% por ter formado e preparado mais de 60 alunas em exames finais. O acréscimo no salário ocorreu em função da produção, visando assim estabelecer uma competitividade e estimular práticas similares.

FIGURA 6- Grupo Escolar Tiradentes edificação de 1895



Fonte: <http://www.flickr/photos/ronelcorsi/sets/72157627581137901/show/>

A Escola Tiradentes era considerada uma das mais tradicionais escolas de Curitiba, podemos verificar, por meio dos documentos e registros da escola, que as alunas que frequentavam aquele ambiente escolar apresentavam-se alinhadas, bem vestidas e não representavam um seguimento desprestigiado economicamente.

FIGURA 7 - Júlia juntamente com suas alunas, 1904



FONTE: Organizada pela autora tendo como base – ACERVO – MUNESPI

Eram poucas escolas públicas e estas atendiam um seguimento específico, a Escola Tiradentes foi uma escola criada com estímulo econômico da burguesia, com terreno cedido pelo Barão de Cerro Azul, visando atender e formar as filhas da elite curitibana, uma vez que a formação para mulheres naquele período não era comum. Não havia escolas para os pobres, tão pouco para as mulheres.

FIGURA 8 - Julia Wanderley e alunas da Escola Tiradentes, 1905



Fonte: ACERVO MUNESP, MUSEU PARANAENSE.

Na Escola Tiradentes, muitos momentos de festividades foram registrados, aqui seus alunos e predominantemente alunas juntamente com a Diretora, sempre em destaque, em seu traje preto que destoava dos demais, todos sempre bem vestidos.

A educação foi organizada com base nos interesses da classe burguesa que não considerava a classe trabalhadora, por isto que apesar do discurso da necessidade de criação das instituições escolares, esta não era a principal preocupação do novo governo que se formava, pois apesar de se opor ao regime imperial, os republicanos mantiveram os mesmos hábitos anteriores, arranjos de cargos e troca de favores. Desta forma, acirra-se a desigualdade e o clientelismo, o que dificultou a população mais pobre reivindicar qualquer direito.

A instalação da República intensificou o discurso do patriotismo e o nacionalismo surgiu como uma ideologia política, no final do século XIX e início do século XX. Os republicanos criaram estratégias ideológicas para chamar atenção da grande massa da população do país para o novo regime, tornando a “ideia nacional” em uma questão central da política. A imprensa e a educação fazem parte das estratégia política dos republicanos.

Campanhas por todo o país passaram a envolver uma massa alienada e a população imersa no analfabetismo, contribuindo neste processo de consolidação de uma nova ideologia que visou despertar a atenção para os símbolos nacionais reveladores de credos políticos e ideais filosóficos. “[...] O clamor pelo nacionalismo e patriotismo tornou-se mais forte com a República, que trazia a ideia de progresso do país” (NASCIMENTO, 2008, p.96).

Júlia Wanderley estava imersa em todo este contexto uma vez que era republicana, assim como o pai Guilhermino Wanderley, membro do Clube Republicano. Com a proclamação da República, as elites minoritárias criaram estratégias ideológicas para chamar a atenção e ganhar o apoio da massa popular, que na grande maioria era analfabeta. Os jornalistas se utilizaram fortemente da imprensa para propagar os ideais do novo regime, instigavam um clamor pelo nacionalismo e o patriotismo, apesar dos conflitos interclasses os cidadãos eram direcionados a uma ideia de união, visando o crescimento e o desenvolvimento do país. O nacionalismo mascarava os conflitos com novas exigências, as quais já estavam marcadas do ponto de vista da classe dominante (PRADO JR, 1982).

O novo regime rompendo abruptamente com um aparente equilíbrio conservador que o Império demonstrara. No campo da economia, observa-se uma efervescência que não era nova, manteve-se a sombra, na penumbra e em plano secundário a ânsia de enriquecimento e de prosperidade material. A República consagrou o contraste de duas fases anterior e posterior ao novo regime, no qual se pôde avaliar a posição do homem de negócios, ou seja do indivíduo inteiramente voltado ao objetivo de enriquecer (PRADO JR.1982).

A República era a expressão de ascensão da burguesia, tinha que ser uma espécie de “vitrine formal, vistosa, aparente” (SODRÉ, 1999, p. 260). Vivia-se um momento de exaltação política, amplamente difundida nas escolas. Na Escola Tiradentes, muitos momentos ficaram registrados em documentos, dentre eles as atividades cívicas, desfiles das alunas, juntamente com a Professora e Diretora Júlia Wanderley.

FIGURA 9 - Desfile na chegada de Vicente Machado, 1905



FONTE: DESTEFANI, 2009

Estas atividades visavam o fortalecimento do patriotismo, do civismo, do amor a pátria, a exaltação e o fortalecimento do novo regime que se implantara. A escola para o novo regime significava a instauração de uma nova ordem, deveria ser evidenciada, para que se reproduzisse as mesmas práticas, modelos e as posturas de professores a serem seguidos pelos demais. Por meio da educação objetivava-se reger o povo, tornando-os saldáveis, disciplinados e produtivos visando a redenção nacional (CARVALHO, 1989).

O centro da cidade de Curitiba apresentava uma certa organização, as moradias passaram a refletir as preferências sociais e a condição econômica da classe privilegiada economicamente. A elite, uma minoria, construiu palacetes que denotavam a prosperidade oriunda da comercialização da madeira e do mate. Outras, sem o requinte e a suntuosidade dos palacetes, contruíram sobrados que se erguiam e abrigavam os representantes das novas camadas médias: pequenos industriais, comerciantes ou profissionais liberais com êxito recorriam a engenheiros e construtores alemães ou italianos. Todavia, a maioria das cidades do Paraná e, mesmo, Curitiba eram predominantes as moradias mais modestas que se apertavam irregularmente e encontravam nos passeios públicos, com portas e janelas que se abriam para as ruas. Construções térreas de tijolo e madeira, pouco conforto no seu interior, com ausência de banheiros, foram incentivados hábitos dos banhos públicos o que foi usual para os fregueses das pensões (TRINDADE, ANDREAZZA, 2001).

A família de Júlia Wanderley se configurava como representante da classe média, construiu um sobrado que passou a ser a residência oficial dos Petrich, deixaram então de residir na Escola Tiradentes e se estabeleceram nesta nova instalação típica da burguesia em ascensão, situada na praça 19 de dezembro, área central.

FIGURA 10 - residência oficial de Júlia Wanderley, em 1904



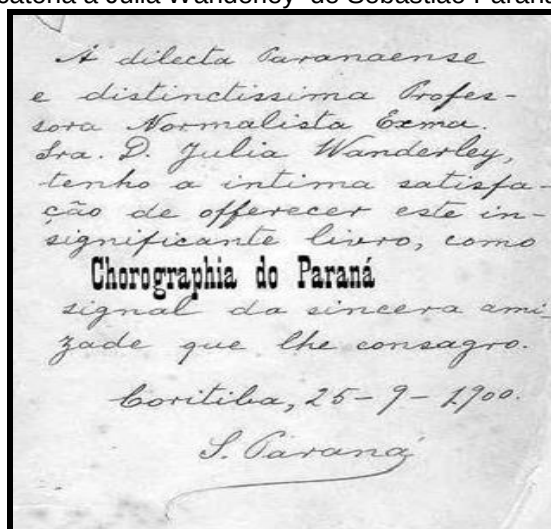
Fonte: Organizada pela autora tendo como base -Coleção Júlia Wanderley, Acervo da Fundação Cultural de Curitiba: www.utp.br/lep/n2/jornal/a_memoria.

O projeto esteve sobre a supervisão da proprietária Júlia Wanderley que projetou a construção de sua casa, a qual era muito elogiada. A construção do sobrado evidenciava as condições materiais da família que melhorava progressivamente.

Depois de pronta, a residência era visitada inclusive por engenheiros que, curiosos, queriam ver a perfeita solarização idealizada pela mestra. Dizem os que conheceram a casa, que esta era a mais perfeita existente na cidade em termos de aproveitamento da luz solar. Atualmente não existe mais, em seu local foi construído um edifício (DESTEFANI, 1972, p.13).

Muitos colegas de Júlia Wanderley, intelectuais³⁴ e políticos que ocuparam cargos de rotatividade no aparelho do Estado e atividades jornalística, frequentaram sua residência, os quais pediam conselhos uma vez que comungavam dos mesmos ideais políticos e educacionais. Desta forma, era muito comum dedicarem-lhe livros com intuito de que a mesma lêsse e emitisse a sua opinião. Assim o fez Sebastião Paraná, o qual teve seu livro adotado como oficial nas escolas Curitibanas.

FIGURA 11 - Dedicatória a Júlia Wanderley de Sebastião Paraná em 1900



Fonte: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>

³⁴ A Intelectualidade aqui entendida não somente como a produção do trabalho criativo, mas pela divulgação das instituições culturais como a escola, os jornais, revista, a política e outros diversos círculos. Para Gramsci, as ciências se atrelam a vida diária, para ele não existe trabalho puramente físico, em qualquer trabalho físico, inclusive o mais mecânico e degradado, existe o mínimo de qualificação técnica, existe o mínimo de atividade criativa. A concepção de intelectual, aqui defendida, não só aquele que realiza atividade com predominância dos aspectos intelectuais, mas aquele indivíduo que desempenha na sociedade a função de intelectual, trata-se da posição adotada na divisão social do trabalho. Intelectual não se reduz apenas ao trabalho com as letras e as humanidades, mas também todas as atividades ligadas direta e indiretamente ao processo de reprodução material da sociedade capitalista (GRAMSCI, 2000,v2).

Ao falar em Júlia Wanderley, não se pode dizer que sua condição de intelectual, atribuída pela elite letrada curitibana, não se deu apenas pela sua atuação como uma mestre em sala de aula, nem pelas condições materiais dadas, as quais possibilitaram seu êxito com bons resultados, durante toda a vida escolar, tão pouco pelo seu desempenho como a primeira colocação na Escola Normal ou, mesmo, pelo favorável número de alunas aprovadas, o que lhe rendeu uma gratificação.

A intelectualidade de Júlia Wanderley reside essencialmente na realização de um projeto político e educacional, ela se configurará como uma intelectual orgânica, que corresponde à função de dominação cultural, a qual procura atingir grupos sociais emergentes, forjados com crescimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas. Este grupo de intelectuais ligados às burguesias urbanas ascendentes encontram-se políticos, jornalistas, técnicos, professores e outros.

Em nome da comunidade geral, eles fazem seus apelos diretamente em nome de uma modernidade fundada em interesses de classe que deixam transparecer ao invés de disfarçá-los. [...] O intelectual orgânico como indivíduo atua em partidos político que representa seus interesses sociais, é o portador de um projeto “hegemônico”, baseado em valores anteriores e constrói outros novos” (GONZALES, 2001, p.90-3)

Romário Martins do mesmo círculo de amizade de Júlia Wanderley fez o mesmo que o colega Sebastião Paraná encaminhou um exemplar de seu livro História do Paraná, à Júlia Wanderley que recebeu o exemplar e não ficou alheia, publicou uma extensa matéria no Jornal “A República”, no qual apresentou sua opinião e teceu comentários e elogios a obra.

Accusando o recebimento de um exemplar da História do Paraná, importantíssimo livro de que sois autor, cumpre-me o grato dever de sumamente penhorada. Agradecer-vos a preciosa oferta (A REPÚBLICA, 12/11/1899).

Tanto o livro de Sebastião Paraná, como o de Romário Martins foram oficialmente adotados nas escolas paranaenses. A não utilização dos livros indicados pelo Estado incorria em severas punições, tanto para os professores da escola pública como para os das escolas particulares, os quais eram considerados

maus exemplos. Júlia Wanderley, em Relatório de 1905 da Escola Tiradentes, assim se pronunciou:

As minhas alunas, com grande proveito, tem sempre se utilizado dos seguintes compêndios oficialmente adotados: [...] O Brasil e o Paraná do Dr. Sebastião Paraná [...] História do Paraná de Romário Martins (WANDERLEY, 1906, p.22).

Em 1914, Júlia Wanderley foi elevada a terceira classe de Professores Normalistas do Paraná, visto contar com 20 anos de efetivo exercício, no Magistério Público do Estado, todos na Escola Tiradentes.³⁵ A professora Júlia neste ano viveu um momento de ascensão profissional e recebeu um aumento de 20% sobre os seus vencimentos, por meio do Decreto de 20 de dezembro de 1915 (FERRANTE, 1974).

Em 31 de agosto de 1917 a professora Júlia solicitou três meses de licença, a qual foi concedida mediante Decreto nº 608/1917 para tratamento de saúde. Para substituí-la interinamente no exercício da função de professora do Grupo Escolar Tiradentes foi nomeada a normalista Maria Nicolas. Mesmo tendo o afastamento concedido, Júlia vai a Escola Tiradente uma última vez e se despede para não mais voltar. Júlia faleceu dia 5 de abril de 1918 às 15 horas na cidade de Curitiba.

Após a morte de Júlia Wanderley houve um movimento em prol de homenageá-la. Um grupo de intelectuais, colegas normalistas e alunos da professora, se mobilizaram a fim de erguer um monumento visando perpetuar a sua imagem. Esse movimento recebeu adesão de Ponta Grossa, Paranaguá, Antonina, Morretes, Rio Negro, Lapa, bem como de Santa Catarina.

Sendo assim, além de buscarem adesão financeira para a construção e uma possível perpetuação da memória de Júlia Wanderley, muitas destas pessoas envolvidas nesta empreitada, se aproveitaram da situação para promoção pessoal, uma vez que alguns dos colegas de Júlia Wanderley eram políticos³⁶.

³⁵ Mediante Portaria n. 04 de 17 de janeiro de 1914, passou a funcionar um grupo escolar exclusivamente para o sexo feminino, constituído de quatro séries, com a denominação de Grupo Escolar “Tiradentes. Em 03 de janeiro de 1916 no mesmo edifício, passou a funcionar a Escola Intermediária anexa ao Grupo Escolar “Tiradentes” criada pelo decreto n. 710, de 18 de outubro de 1915 (FERRANTE, 1974, s/p).

³⁶ Dentre estes: Enéias Marques dos Santos, ex Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública do Paraná, Vitor Ferreira do Amaral, Romário Martins e também Lysimaco Ferreira da Costa, César Pietro Martinez e Sebastião Paraná (GAZETA DO POVO, 10/05/1927,p8; 13/05/1927, p.8).

Com o intuito da construção de um monumento à Júlia Wanderley, realizou-se uma carreata de autoridades políticas no Estado do Paraná e que se estendeu até o Estado de Santa Catarina. Este movimento foi determinado por intenções políticas para a edificação de uma imagem visando homenagear a professora, evidencia-se a ausência de familiares em todo este processo, o que denotou mais que uma simples homenagem, mas também um ato político para a consolidação de um ideário, um modelo de ser professor, uma verdadeira “patrícia” e “cidadã”, papel que deveria ser almejado por “todos”. Neste momento a mulher é convocada, pelo novo regime, a contribuir na formação de uma nação rumo ao progresso e ao desenvolvimento social para poucos.

FIGURA 12 - Solenidade de inauguração do Busto de Júlia Wanderley, 1927



FONTE: DESTEFANI, 2009.

Em 13 de maio de 1927, aconteceu a inauguração do monumento a Júlia Wanderley, na qual estiveram presentes, diretores, professores e alunos de várias escolas de Curitiba, em especial alunos da Escola Normal e da Escola Tiradentes. A Banda da Força Militar estiveram presente juntamente com várias autoridades políticas³⁷, momento de visibilidade e promoção pessoal (GAZETA DO POVO, 10/05/1927,p8; 13/05/1927, p.8).

³⁷ Estiveram presente na inauguração do monumento o Prediente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, Prefeito João Antonio Xavier; Lysimaco Ferreira da Costa, na qualidade de Inspetor Geral de Ensino, proferiu o discurso de homenagem (GAZETA DO POVO, 10-05/1927, p.8; 13/05/1927, p.8).

Todo este movimento objetivou a elaboração de um imaginário para consolidar um mito empreendido visando a legitimação de um regime político, um projeto, uma conduta, “[...] se atingirá não só a cabeça, mas o coração, isto é, as aspirações, as esperanças de um povo”. (CARVALHO, 1990, p10). Os símbolos, mitos têm caráter difuso, menos codificado e transformam-se em poderosos elementos de projeção de interesses e aspirações e medos. “É nele que as sociedades definem identidades e objetivos, definem inimigos e desta forma organizam seu passado, presente e futuro” (CARVALHO, 1990).

Era muito presente a influência do positivismo para o novo regime, sendo assim houve uma tentativa de associar a Mulher, por meio de alegorias femininas, a República. Este posicionamento ocorreu pela presença marcante de que Clotilde de Vaux³⁸ na obra de Augusto Comte, ela foi a responsável pela regeneração moral e o pensamento deste filósofo. A figura masculina estava associada ao Rei, e a figura feminina representava a República, a liberdade, a pátria, a humanidade. Com este mesmo espírito do positivismo, os republicanos paranaenses visavam consolidar o mito de Júlia Wanderley, a figura da mulher, associada à educação, aquela que conduziria ao saber.

[...] o imaginário apesar de manipulável, necessita, para criar raízes, de uma comunidade de imaginação, de uma comunidade de sentido. Símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultura no qual se alimentarem. Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elementos de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo (CARVALHO, 1990, p.89).

Após a morte de Júlia Wanderley, houve um esforço do grupo que ela fazia parte ideologicamente para transformá-la em mito, uma espécie de apóstola da educação, na tentativa de construir um modelo a ser seguido, uma “heroína paranaense”, uma “legítima” representante da educação do Paraná. Houve uma intenção de popularizar os seus feitos e consolidar o ideário de uma minoria para a

³⁸ Charlotte Clotilde Josephine Marie de Ficquelmont de Vaux, escritora francesa com quem Auguste Comte teve uma íntima amizade e apaixonou-se perdidamente, transformando-a em sua musa, alguém que permitiu aflorar todos os seus sentimentos e necessidades emocionais. Com a morte de Clotilde ele transformou-a em “gênio inspirador de uma nova religião” da produção de quatro volumes entre 1851 a 1854: Política Positiva ou Tratado de Sociologia Instituído a Religião da Humanidade (COMTE, 2000).

construção de uma identidade profissional docente, um mito criado com objetivo de efetivação do projeto republicano para a educação paranaense.

Os republicanos tentaram criar os seus referenciais de heróis selecionando aqueles membros que serviam de exemplo para todos, evidenciando-se uma necessidade de criar uma pessoa ideal, neste caso a figura de Júlia Wanderley e a sua trajetória vem ao encontro de uma necessidade de consolidação do novo regime e da propagação dos ideais vigentes, sua trajetória como educadora seria de grande importância e fortaleceria o projeto republicano para a educação no Paraná.

A difusão deste mito visou a manutenção dos propósitos da classe dominante e assim beneficiou o grupo político local, a medida em que divulgavam-na, também propagavam os seus próprios interesses e os valores que defendiam. Era preciso propagar os ideários republicano para além da elite, era necessário outras abordagens:

[...] Não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais universais, de leitura mais fácil, como imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos (CARVALHO, 1990, p13-4).

A representação de Júlia Wanderley apresentava a professora manuseando um livro, na base foi esculpida por João Turin³⁹ a figura de oito crianças de ambos os sexos lendo, sendo assim a escola mista passava a ser propagada como uma necessidade de forma ambos os sexos para a demanda da sociedade moderna.

FIGURA 13 - Busto de Júlia Wanderley na Praça Santos Andrade, Curitiba



Fonte: : Organizada pela autora tendo como base <http://www.flickr.com/photos/77407107@N08/page3/>

³⁹ **João Turin**, foi pintor e escultor paranaense, nasceu em 1878 e morreu em 1949. Considerado o precursor da escultura no Paraná, ele deixou um considerável acervo, muitas de suas obras encontram-se em locais públicos em Curitiba e municípios paranaenses. João Turin destacou-se e é reconhecido como escultor animalista, em seu currículo consta a premiação no Salão Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro em 1944 e 1947. Turin iniciou seus estudos na Escola de Artes e Ofícios de Antônio Mariano de Lima em Curitiba, foi aluno e professor e fez aperfeiçoamento no exterior. <http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=261>.

Desta forma, visou-se a consolidação do imaginário da professora, modelo a ser seguido pelas demais mulheres paranaenses, as quais deveriam contribuir para o desenvolvimento do país, por meio da educação e do magistério e, assim como a Júlia Wanderley, propagar os ideais republicanos o qual tinha a educação como processo de consolidação da nação e do desenvolvimento. Com este propósito de propagar o modelo de professora e o ideário republicano, Júlia Wanderley passa a ser nome de escola em Curitiba e Carambeí e nome de rua em várias cidades do Paraná⁴⁰.

Para a concretização deste processo, a imprensa foi fundamental na disseminação e consolidação de um modelo de educadora a ser seguido, métodos a serem utilizados, com o objetivo de homogeneizar a educação coerente com o projeto republicano, para o qual a educação deveria ser “[...] humanista, democrática e progressista” (TRINDADE, 1996, p.22). A imprensa foi primordial para a formação de uma consciência, sendo um veículo eficiente na efetivação do ideário republicano, apresentou-se como uma ferramenta de divulgação a serviço de uma elite letrada que comungava do mesmo projeto ideológico e que dominava este meio que esteve historicamente no Paraná vinculado ao Estado.

⁴⁰A Escola Júlia Wanderley de Curitiba foi criada por Decreto nº 2.267/46, com data de 29/01/1946, publicado no Diário Oficial de 04/02/1946, foi assinado pelo Interventor Manoel Ribas. A Rua Júlia Wanderley em Curitiba foi oficializada pela Lei nº517 de 2/07/1918, assinada pelo Prefeito João Antonio Xavier (DIÁRIO OFICIAL, 26/07/1918).

Em 1963 o governador do Estado do Paraná, usando da atribuição que lhe conferia a Constituição Estadual e em atendimento ao Protocolizado N ° 3507/63 decreto: “Artigo 1 – fica criado o Grupo Escolar “Júlia Wanderley” de Carambeí, município de Castro, em 05/04/1963. Com a criação da nova escola os alunos tanto da “Escola Carambeí-Pilatus” como os da “Escola Pilatus” passaram a estudar no Grupo Escolar Júlia Wanderley de Carambeí, criado pelo Decreto N ° 11343, de abril de 1963, do Exmo Sr. Ney Braga, Governador do Estado do Paraná (<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>)

CAPÍTULO II

A IMPRENSA E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DOS IDEAIS REPÚBLICANOS NO PARANÁ

[...] não são os pensamentos e os desejos dos homens que fazem a vida e as circunstâncias materiais, são as condições econômicas que formam a base de todas as manifestações intelectuais da sociedade humana. [...] As ideias e as ciências são sempre ditadas pela determinação de classe. São, ou reprimidas, ou então passam para o serviço dominante que as molda para seu uso, a fim de as monopolizar e explorar, tornando-se para as massas um meio de opressão, de mistificação e de justificação das classes dominantes. (MARX; ENGELS, 1978, p. 23-5).

A importância dos jornais está na sua especificidade como um veículo de propagação de ideias que representam determinados interesses, as informações veiculadas na imprensa orientam a uma percepção das relações econômica, social e política. A imprensa tem um papel importante na formação de opiniões, apresentando os projetos político-ideológicos da elite para o Estado, procura assentar suas ideias na sociedade, transformando seus interesses em interesses da “coletividade”(ZANLORENZI, 2006).

A imprensa periódica tem se apresentado como um elemento muito rico que tem promovido um avanço para a compreensão da história da educação. Ela se apresenta como um acervo documental com várias possibilidades de interpretação de uma determinada realidade, permitindo um avanço na compreensão de inúmeros fatores que consolidam uma sociedade, um mito, uma prática, um modelo, uma ideologia, manutenção de um grupo e uma infinidade de conflitos.

A imprensa configura-se como foro privilegiado, assegura a transmissão de informações, caracteriza-se como um formador de opinião visando interesses de um determinado seguimento da sociedade, apresenta-se como um aparato ideológico a serviço de um grupo e do Estado.

A imprensa e o seu desenvolvimento histórico “[...] é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista” (SODRÉ, 1999, p1.), mediante o controle dos meios de difusão de ideias e de informações, há uma tentativa a uniformidade.

Neste processo, surgem as organizações e as pessoas das mais diversas situações sociais, cultural, política que correspondem às diferenças de interesses e anseios. Há um traço aparente que comprova uma ligação entre o desenvolvimento da imprensa e o desenvolvimento da sociedade capitalista, a qual é dialética e perceptível mediante a influência que a difusão da imprensa exerce sobre a conduta dos indivíduos (SODRÉ, 1999). A imprensa paranaense esteve sempre atrelada às questões culturais, políticas⁴¹ e aos interesses do Estado, de um grupo econômico e disseminava ideais que correspondiam aos interesses destes segmentos.

A imprensa foi um marco para a sociedade, ela se apresentou como um espaço público para a discussão da burguesia de assuntos relacionados à sociedade civil e ao Estado. Desta forma, abriu caminho para uma comunicação especializada, o espaço público exigiu novas formas de exposições de idéias, gerando uma demanda pela troca de informação, de certa forma fomentou a necessidade do domínio da leitura e da escrita pela população de um modo geral (MELO, 2005). A imprensa é “[...] onde se formam as opiniões e as decisões políticas e onde se legitima o exercício do poder” (SOUSA, 2003, 51).

A imprensa se fez necessária em um cenário que apresentava uma distinção entre o campo e a cidade, era preciso considerar a dificuldade de locomoção pela precariedade dos meios de transportes, muitas vezes um indivíduo nascia e morria em uma mesma localidade. Este ambiente foi favorecido pela imprensa que atenuou um processo agravante de ausência de informação.

2.1 A modernidade e o desenvolvimento de Curitiba

Os ervateiros cultivaram novos hábitos e padrões culturais e sociais no cenário curitibano. Foi neste período que foram construídos os edifícios mais representativos do patrimônio da cidade de Curitiba. A erva-mate fomentou a criação de novas indústrias e dinamizou o comércio (PROSSER, 2004).

[...] a capital do Paraná mostrava aos visitantes sinais de *modernização* configurando as transformações pretendidas pelas

⁴¹ A cerca de 100 dias depois da data histórica de 19 de dezembro de 1853, especificamente em 1º de abril de 1854, a província conta com o seu primeiro jornal curitibano e paranaense. Zacarias de Góes de Vasconcellos, mandou vir do Rio de Janeiro o Candido Martins Lopes, tipógrafo e jornalista, este trouxe equipamentos. Desta forma, foi instalado com o nome de Typographia Lopes, na rua das Flores, nº 13, resultando daí o primeiro jornal paranaense (PILOTO, 1976; CARDOSO, 1969, p.209).

elites ao longo do século XIX. As ruas se abriam e se pavimentavam; surgiam novas identificações, todo o traçado da cidade se tornava mais compacto. A rua Quinze de Novembro, artéria central, estava nivelada e apresentava passeios em mosaico. A cidade deixava seu ar provinciano e adornava-se com sobrados mais leves e elegantes. Por toda a *urbe* e até fora de seu quadro, valorizavam-se os terrenos e surgiam novas construções (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p.65).

Em 25 de setembro de 1881, o Clube Curitibano foi fundado pela elite curitibana⁴², representou uma das instituições mais significativa na defesa da cultura regional, aceitava somente sócios paranaenses, esta instituição foi responsável pela divulgação de ideais abolicionistas, republicanos e educacionais, bem como assuntos econômicos e sociais⁴³. Todavia, esta vontade já era antiga:

Um fenômeno bem característico que, de 1875 em diante revelou entre os paranaenses uma grande tendência para o alargamento dos horizontes intelectuais da população, foi sem dúvida o afan extraordinário com que em todas as localidades da antiga província se foram organizando clubes e sociedades literárias, cada qual com a sua biblioteca (PROSSER, 2004, p.46).

A ideia de fundação do Clube Curitibano visou contrapor o desejo da burguesia opondo-se aos clubes criados pelos estrangeiros, buscaram com a criação do Clube Curitibano que este fosse uma sociedade que agregasse a juventude da elite local, para um convívio amistoso e “útil”, visando recreação e cultura. O Clube queria se distinguir pelo seu poder educativo sobre a mocidade da elite, o rigor dos costumes e da conduta, sempre quesitos indispensáveis aos que desejavam fazer parte do quadro de sócios. A vida em sociedade, os costumes, a educação e o trabalho eram fatores decisivos de inserção no clube, era um clube da elite e para a elite.

⁴² Referente ao Clube Curitibano indicamos a obra de Marcelo Pastre, intitulada Clube Curitibano: representações de lazer na formação da Sociedade curitibana, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP. Piracicaba: SP, 2009.

⁴³ Seu primeiro presidente foi o Comendador Ildephonso Pereira Correia (tornou-se Barão do Serro Azul em 1888), industrial bem sucedido, comerciante de erva-mate e madeiras, pioneiro no setor de transportes e negócios bancários na cidade. Transformado em Herói pela Lei Nº 11.863, de 15/12/2008 que inscreve o nome de Ildefonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, no Livro dos Heróis da Pátria, assinado pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva, publicado no DOU de 16.12.2008.

FIGURA 14 - Primeira sede do Clube Curitibano localizava-se em imóvel alugado na esquina da Rua Barão do Serro Azul (um dos fundadores) e São Francisco.



FONTE: PROSSER, 2004

Neste período, era representante do Clube Curitibano e redator do órgão, Cyro Vellozo que contava com os seguintes colaboradores: Padre Alberto José Gonçalves, Cunha Brito e João Ferreira Leite. Já em 1895 assume o “Club Coritybano”, com nova grafia, a direção literária de Dario Vellozo, filho de Cyro Vellozo, na redação Silveira Neto, Pe Alberto e João F. Leite, Leôncio Correia, Júlio Pernetta e Azevedo Macedo. Romário Martins contribuiu com esta revista que reuniu um grande número de colaboradores considerados os mais destacados intelectuais sobre assuntos paranaenses (PILOTTO, 1976). Este grupo atuaria na revista *A Escola*,⁴⁴ visando implementar um projeto de formação dos professores e disseminar métodos e práticas na tentativa de consolidar o projeto republicano para a educação.

De 1883 a 1889 há uma proliferação de jornais em Curitiba, o que não era diferente no restante do país, o influxo dos acontecimentos multiplicou os órgãos de imprensa por toda parte. Este período foi demarcado pelo combate a escravidão, a monarquia e o latifúndio. A imprensa passou a contar com inúmeros combatentes e figuras ilustres, políticos, homens de jornal e de cultura, membros natos da burguesia local.

⁴⁴ A ESCOLA: Revista do Grêmio dos Professores Públicos do Estado, 1906-1910, Júlia Wanderley fazia parte do Gremio de Professores e teve seu relatório publicado no primeiro exemplar de 1906, este relatório será analisado no terceiro capítulo. Todas as edições desta revista encontra-se no acervo da Biblioteca Pública do Paraná: divisão estadual.

Quadro III – Desenvolvimento da imprensa cronologicamente no Paraná

Década	Número de Títulos
1851-1860	1
1861-1870	1
1871-1880	2
1881-1890	13
1891-1900	33
1901-1910	28
1911-1920	12

Fonte: ANJOS. J.T dos, 2011

O final do Império e o início da República em Curitiba foi um momento que propiciou o aparecimento e desaparecimento de numerosos periódicos, os quais refletiam e influenciavam nas lutas políticas. Percebe-se que o crescimento de jornais se deu em momentos marcantes da história brasileira, na década que antecede a abolição da escravatura e a implementação de um novo regime, sendo a imprensa o elemento central de divulgação do mesmo. Os jornalistas eram porta-vozes produtores e divulgadores dos ideários republicano.

O início do século XX foi um período de evidente desenvolvimento de Curitiba e do Paraná. A capital apresentava grandes modificações, configurava-se um momento de ascensão da burguesia que se consolidava na cidade. No desenho urbano da cidade apresentam-se grandes mansões que foram construídas pelos ervateiros. “A erva-mate se constituía na atividade condutora de todo o conjunto da economia paranaense assumiu uma importância extremamente considerável” (PADIS, 1981, p.54).

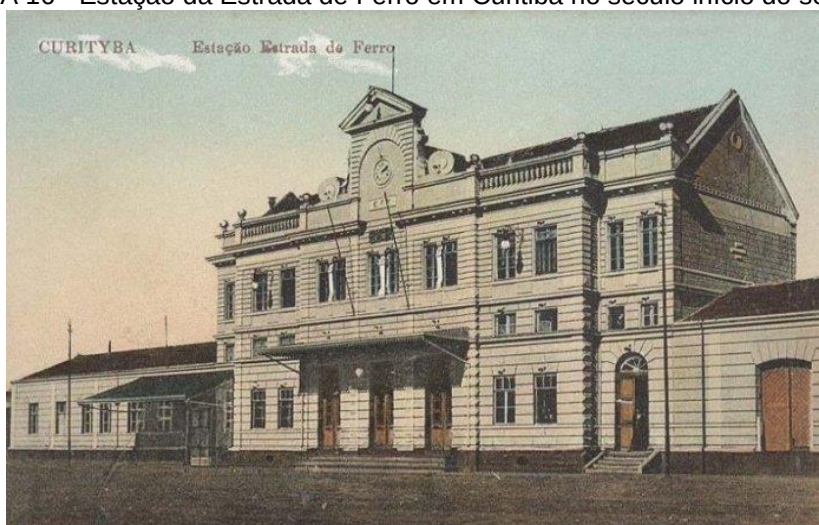
FIGURA 15 - Curitiba no início do século XIX coleção de Julia Wanderley



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Curitiba

A industrialização da madeira, nos primórdios do século XX, foi outro fator econômico relevante durante o ciclo da erva-mate, a partir da década de 1880, surgem fábricas de fósforos, sabão, velas, massas alimentícias e cerâmicas que faziam parte do cenário. Um dos principais fatores para o desenvolvimento da região foi a inauguração da Estrada da Graciosa e a Estrada de Ferro entre o litoral e o planalto.

FIGURA 16 - Estação da Estrada de Ferro em Curitiba no século início do século XX



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-cur-paran/curitiba.htm&usg=>

A década que se instaura a República assinala a vitalidade da imprensa periódica com o movimento de intelectuais, os quais têm na luta abolicionista e republicana a base de sua formação. Estes intelectuais, muitos maçons como Romário Martins, Dario Vellozo, Emiliano Pernetta, Júlio Pernetta e tantos outros que se embrenhariam em seguida no esoterismo e na luta anticlerical (PROSSER, 2004).

Os intelectuais daquele período imbuidos nos ideais republicanos “repensavam” sua função social e a “missão” destes perante a sociedade e acabavam na questão educacional, atrelada assim a educação do povo e o desenvolvimento da pátria, para eles era urgente e necessário o processo de nacionalização, industrialização, urbanização, os quais só poderiam ser enfrentados com um projeto educacional. Desta forma, o discurso proferido foi que a educação era um meio “privilegiado” para a consolidação da identidade nacional, bem como o desenvolvimento econômico.

Os membros desses quadros geralmente eram egressos ou possuíam relações com a classe dominante. A própria seleção e a educação superior já revelavam uma distinção e parte de uma estratégia da divisão social e política do trabalho própria das classes dominantes. A educação destes agentes no aparelho de Estado, quer na burocracia civil e militar, garantiam a especificidade desse segmento no conjunto da classe dominante. (OLIVEIRA, 2000, p. 101).

A atividade intelectual não estava dissociada da atividade política, todavia apesar deste movimento dos intelectuais frentes aos jornais e muitos deles se apresentarem como republicanos. O movimento em prol do novo regime no Paraná foi um pouco mais forte no litoral, especialmente em Paranaguá e Curitiba. Todavia foi incipiente se comparado com as outras províncias. O que denota isto é que os primeiros presidentes dos Clubes Republicanos das mais importantes cidades da província, como Paranaguá e Curitiba eram de outros estados, um de Pernambuco e outro de São Paulo⁴⁵ (CORRÊA, 2006).

O início da República em Curitiba foi um momento que propiciou o aparecimento e desaparecimento de numerosos periódicos, os quais refletiam e influenciavam nas lutas políticas. Percebe-se que o crescimento de jornais se deu em momentos marcantes da história brasileira, na década que antecede a abolição da escravatura e a implementação de um novo regime, sendo a imprensa o elemento central de divulgação e de crítica. Os jornalistas eram porta-vozes produtores e divulgadores dos ideários republicanos.

2.2 O Jornal “A República” e os ideais republicanos

O jornal “A República” surgiu em 1886 como órgão do Clube Republicano⁴⁶, com o objetivo de propagar o ideal antimonarquista, seu fundador foi Eduardo

⁴⁵ Próximo da Proclamação da República o movimento em prol do novo regime contava com a seguinte estrutura: 77 jornais, 273 clubes republicanos. Enquanto a elite participava das mudanças políticas, a população de um modo geral permaneceu alienada do processo em função de a maioria da população era analfabeta, era preciso também difundir o novo regime oralmente era preciso “preparar a opinião pública com alguns níqueis no bolso pra estradas de ferro, e com uma garganta para os discursos, também se podia abrir caminho para a República” (JARDIM, Silva, apud QUEIROZ, 1947, p.7).

⁴⁶ Em 22 de novembro de 1885 data de instalação do Clube Republicano; (Sociedade Político Literária) dentre os fundadores consta o nome de Afonso Guilhermino Wanderley, pai de Júlia Wandereley (MARTINS, 1995, p. 402).

Gonçalves⁴⁷, o qual contou com a colaboração de Álvaro Teixeira Ramos, Emiliano Pernetta, Rocha Pombo e Nestor Victor. Foram diretores do órgão e defensores do Partido Republicano paranaense como Leôncio Correia, João Pernetta, Romário Martins e Caio Machado. Todos, aqui mencionados, contribuíram com a trajetória da imprensa paranaense. Foram intelectuais que deixaram suas marcas na imprensa curitibana, dispuseram seu trabalho de jornalista e utilizaram da imprensa como um veículo de formação e informação, um meio eficaz à propagação de ideologias ou mesmo de ascensão social. Muitos destes agentes sociais supriram cargos de rotatividade burocrática na imprensa e na política, aos quais cabia o processo de modernização da sociedade e do Estado.

A elite estatal configurava o destino político de importantes segmentos da classe dominante. Muitos setores passaram da propriedade rural para funções no aparelho de Estado. [...] Um conjunto de famílias da classe dominante deslocava-se do controle dos meios de produção para o controle dos meios burocráticos dos diferentes ramos do aparelho do Estado (OLIVEIRA, 2000, p. 100).

A República foi um projeto político, alicerçado no projeto liberal de uma fração da classe dominante⁴⁸ dos proprietários rurais, foi produzida em meio ao processo histórico de composição das relações sociais capitalistas e da situação crítica do Estado burguês no Brasil⁴⁹. Os proprietários agrícolas não dispunham de mecanismo de dominação suficientes e adequados para a manutenção da ordem escravocrata em função da inserção do trabalho livre como força de trabalho definidora do ato produtivo.

Os proprietários tomaram consciência do impossível recuo da absorção da mão-de-obra livre, reconheceram-se como uma classe que carecia enfrentar

⁴⁷ São quase inexistentes os documentos que tratem de Eduardo Gonçalves. Há indícios de que ele era Paulista em função de uma estreita relação com as elites paulistas (CORREIA, 2006).

⁴⁸ Os pensamentos da classe dominante são também, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias de seu domínio (MARX & ENGELS, 1984, p.48).

⁴⁹ O Estado burguês sua formação se dá com o advento da Revolução Industrial que passa impulsionar a criação de um novo sistema de ensino capaz de promover a instrução das classes desprestigiadas economicamente visando, assim, atender a demanda da indústria nascente.

conjuntamente a existência da nova situação do país. Ainda que existisse mão-de-obra nacional, não atenderia a demanda, ou não apresentava possibilidades reais para a sua constituição, isto em função do preconceito para com o trabalhador nacional que não tinha as qualificações necessárias. Desta forma, optaram pelo incentivo a imigração como uma forma de mão-de-obra livre e com melhor qualificação (SALLES, 1980).

Esta nova realidade requer a reordenação legal da sociedade. O aparato jurídico de uma sociedade baseada no regime escravocrata não mais satisfazia as necessidade sociais alteradas com novas relações de produção. Era preciso “[...] instituir uma sociedade instrumentalizada, no sentido de assegurar o movimento histórico de reprodução e ampliação do capital no país” (SALLES, 1980, p.8).

A República se apresentou um projeto político pautado em uma concepção liberal da minoria da classe dominante dos proprietários rurais, foi produzido em meio ao processo histórico de construção das relações sociais capitalistas e da urgência do Estado burguês no Brasil. Era preciso redimensionar o Estado, o qual deveria agir como mediador dos conflitos sociais inerentes ao processo de dissociação entre o capital e o trabalho (SALLES, 1980).

O Partido Republicano Paulista que influenciou o Partido Republicano no Paraná negava a monarquia como expressão dos interesses de propor a República fundamentada no ideário liberal que tinha como propósito minimizar a luta de classes por meio de um Estado que aparentasse ser representante de uma identidade social. O Estado, neste projeto de governo, deveria instrumentalizar os seus múltiplos aparelhos com objetivo e necessidade de dominação dos desprestigiados economicamente, visando interpretar e minimizar os conflitos entre capital e trabalho. Com este intuito, os republicanos têm na Escola o grande instrumento para viabilizar este processo de alienação da classe trabalhadora.

Todo o sistema de ensino da sociedade capitalista assenta no racionalismo burguês, ou seja um idealismo ou iluminismo que esclarece os espíritos, a massa e a matéria. Neste sentido, o princípio da “revelação” está no seio das escolas burguesas tanto laicas, como religiosas. Toda a sociedade dividida em duas classes é necessariamente idealista: a elite esclarecida dita as normas, e a massa bruta deve segui-las sem discussão (MARX; ENGELS, 1978, p.35).

O Estado republicano rearticulava as relações de dominação por meio do controle do mesmo, o qual impulsionava a pequena fração da classe dominante como sujeitos políticos que se posicionavam de maneira alternativa frente ao social. O partido foi o instrumento dessa nova atitude e sua proposta de consolidação da forma republicana de governo. A República se apresentou como:

[...] a melhor garantia para a manutenção da paz e da ordem, para o desenvolvimento fecundo do trabalho, para a criação da riqueza, bens morais e bens materiais acumulados constituem o cabedal de uma nação (SALLES, 1980, p.11).

É inevitável o movimento do capital, ele se realiza por meio do inter-relacionamento das diversas economias nacionais sob o domínio das relações capitalistas de produção.

A substituição do trabalho escravo pelo livre, a mecanização de operações de beneficiamento do café, a construção de estradas de ferro necessária para o escoamento dos produtos, o financiamento e a comercialização da produção crescente em decorrência do desenvolvimento do sistema comercial subsidiado por casas exportadoras e redes bancárias que propiciaram as condições ideais para que o café impulsionasse o desenvolvimento capitalista no Brasil (SALLES, 1980).

O Estado republicano tinha a tarefa de conter a luta de classes e instituir uma ordem social que fosse capaz de conciliar capital e trabalho e a República deveria ser a garantia harmonia e a ordem. Apenas uma sociedade que reúne paz e a ordem, possui as condições objetivas para a reprodução do capital. O trabalho, em razão de ser condição para a ampliação e reprodução do capital, precisava ser redimensionada sua noção ideológica. Sendo assim, o discurso republicano defendeu o trabalho capaz de criar riquezas, orientação pautada na ideologia liberal, na qual o trabalho era e é condição intrínseca ao homem que, ao se desenvolver, permite a criação dos bens morais, recupera e eleva o sentido ético dos indivíduos e dos bens matérias. A acumulação desses bens morais e materiais formam uma nação (SALLES, 1980).

A forma republicana de governo revestiu-se da noção de progresso, sendo esta expressão do desenvolvimento do trabalho, o qual necessitou ser recuperada em consequência do próprio processo social de produção. Todavia, o progresso, nessa sociedade devia ser instaurado, porém, com a harmonia como seu princípio

norteador, o interesse da classe aparece como interesse da nação, no qual a ordem deve assegurar a estabilidade social indispensável para a reprodução do capital. A República era a forma pela qual se permitiria a instauração da ordem burguesa, levando em conta a situação nacional no quadro do sistema capitalista.

O Jornal curitibano “A República” foi um jornal fundamental no processo de disseminação do pensamento republicano e consolidação da República. Primeiramente, este jornal foi um órgão oficial do Partido Republicano Paranaense, após o advento da República passou a ser o órgão oficial do Estado. Neste jornal eram feitas as publicações de todos os atos oficiais, foi assim até o ano de 1912.

O Jornal “A República” contou como redator chefe Vicente Machado, Vicente Machado da Silva Lima que era bacharel em direito, formado em São Paulo durante o Império, foi líder estudantil, pregava com desembaraço o abolicionismo e as ideias republicanas, isto já denotava suas ambições políticas. Foi Promotor Público de Curitiba, Secretário de Governo em 1882, nomeado por Carlos Carvalho. Foi Juiz municipal, Deputado provincial nos biênios de 1886-87 e 1888-89. Com a proclamação da República foi Deputado estadual em 1891, 1896, 1900-01, 1902-03. Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Federal, Chefe de Polícia, Professor, Senador e Jornalista (WACHOWICZ, 1969).

Em matéria assinada por este redator, ele apresentou e emitiu juízo competente sobre Júlia Wanderley Petrich, como podemos perceber ela tinha uma rede de relacionamento com figuras ilustres daquele momento, ela comungava dos ideais republicanos.

Percebe-se que no ano em que apresentou a Júlia Wanderley em matéria no jornal “A República”, Vicente Machado era uma figura ilustre, republicano, já tinha exercido vários cargos públicos, era uma personalidade pública daquele momento, ele não poupou adjetivações a professora:

Pertence à erudita e ilustrada professora normalista exa sra. d. Júlia Wanderley Petrich a abalisada opinião que expõe sobre a História do Paraná [...]Por este motivo que externamos com sinceridade e verdade é que nos sentimos satisfeitos com a digna apreciação da nossa ilustre patricia exma. sra. d. Júlia Wanderley Petrich, a qual nos reportamos publicando-a (A República, 25/11/1899, s/p.).

Desta forma, Júlia vai-se legitimando e sendo legitimada na sociedade curitibana como uma intelectual e consolidando uma rede de relações com jornalistas, políticos, intelectuais como Romário Martins que foi seu colega de escola de quem recebeu a obra *História do Paraná*, para apreciação, o que fez um parecer acerca do livro publicado no Jornal A República:

Ilustre cidadão Romário Martins. [...] accusando o recebimento de um exemplar da História do Paraná [...] que tão grande é a sua importância tão útil o sem fim, tão dignificadores e bellos são os seus ensinamentos cívicos. Reunindo o útil ao agradável, é, pois, um trabalho duplamente apreciável: por um lado, o estylo simples, claro e correcto com que narra todos os factos, constitue uma das suas principais recommendações; porquanto, tornando-o accessível a todas as intelligencias [...] por outro, fornecendo-nos conhecimentos históricos acerca do nosso Estado, e, dando-nos a conhecer a fibra patriótica de que eram dotados os nossos dignos antepassados, inspira-nos a pratica das mais belas e alevantadas acções, estimula-nos para a lucta das ideias grandiosas, leva-nos enfim a essas superiores regiões onde abundantemente respira-se oxygenada e pura atmosphaera do mais acrysolado amor da Pátria (A República, 15/11/1899, s/p).

A imprensa se apresentou como o principal meio de divulgação e disseminação de ideias, palco privilegiado de disputas, de interesses políticos, de legitimidade intelectual. Os jornais se notabilizaram como um veículo de uma elite letrada para a elite letrada, percebe-se que a imprensa paranaense se apresentava como uma formadora de opinião.

Com a proclamação da República, a imprensa brasileira passou por transformações, “[...] acentuam rapidamente o acabamento da fase industrial, relegando ao esquecimento a fase artesanal” (SODRÉ, 1999, p.355). Na virada do século XIX para o XX, consolidou-se o capitalismo e a valorização das conquistas científicas e das técnicas. Neste contexto, a imprensa foi o espaço em que os embates aconteceram com mais visibilidade. “[...] Em ritmo acelerado, das gráficas artesanais do Império a foros de indústrias da República”. (MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina, 2006, p.37).

A reforma eleitoral proposta pelos republicanos não foi muito diferente da Lei Saraiva, no Império, o voto entendido como função social antes que um direito, era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. Tanto no Império como a República ambos excluíram os pobres, seja pela renda,

seja pela exigência da alfabetização. Assim, ficou excluída da sociedade política a grande maioria da população.

A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se este direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização (CARVALHO, 1987, p. 44-5).

Os acontecimentos históricos não se deram de forma instantânea e estática, as condições políticas “evoluíram”, mudaram-se os personagens, os problemas se sucederam. A partir da República consumada, o problema essencial era o da estrutura do Estado.

Neste momento específico, a imprensa recebeu os reflexos da realidade, influi sobre ela, porque atravessava a complexidade da fase política, explicava enganos individuais, justificava mudanças de posição das figuras mais destacadas, os quais se refletiam de imediato na imprensa (SODRÉ, 1999). Pelos jornais em tom de euforia se anunciou o novo governo:

[...] O Povo, exército e armada vão instalar governo provisório que consultará nação convocação constituinte, Aclamações gerais republicanas, Viva o exército e a armada! Viva o povo! Viva a República Brasileira! (PILOTO, 1976, p.20).

Apesar da expressão, “o povo” que se configurou em uma generização, os republicanos não conseguiram a adesão do setor pobre da população, sobretudo dos negros (CARVALHO, 1987). Neste período as cadeias da capital do país, Rio de Janeiro, apresentava os presos como radicalmente monarquistas:

Passadores de moedas falsas, incendiários, assassinos, gatunos, capoeiras, mulheres abjetas, são ferventes apóstolos da restauração. Eram monarquistas e liam romances de Cavalaria. Esta Extraordinária revelação confirma o abismo existente entre pobres e a República e abre fecundas pistas de investigação sobre um mundo de valores e ideias radicalmente distinto do mundo das elites e dos setores intermediários (CARVALHO, 1987, p.31).

Durante quase dez anos de implantação do novo regime eram sucessivas as agitações na capital do país, guerras civis nos estados do sul, riscos de fragmentação do país, economia ameaçada pela crise do café e pela dívida externa. Tudo isto porque a Monarquia caiu no seu auge de popularidade com segmentos desprestigiados economicamente, em partes como consequência da abolição da escravidão. “A abolição deu ensejo a imensos festejos populares que duraram uma semana e se repetiram no ano seguinte, cinco meses antes da proclamação da República” (CARVALHO, 1987, p. 29).

O movimento republicano foi constituído de uma frente ampla de interesses, que abrangia escravocratas e abolicionistas, militares e civis, fazendeiros, estudantes, profissionais liberais e pequenos comerciantes. A ideia de povo, de pátria tinha o mérito de unir a todos, evitando assim embaraços. (CARVALHO, 1987).

2.3 O Projeto educacional da República e a Revista “A Escola”

Alguns integrantes da elite curitibana integrantes do Clube Curitibano, fizeram parte da revista denominada “A Escola”, juntamente com o Grêmio de Professores Públicos do Estado do Paraná, periódico produzido em 1906 até 1910, o qual tinha como editor chefe Sebastião Paraná⁵⁰ e, posteriormente, Dario Vellozo⁵¹, este via na educação como o principal caminho para “transformar” a sociedade ao desenvolvimento e ao progresso. Sua vida desde cedo esteve relacionada ao mundo da imprensa e da literatura, trabalhou no jornal mais antigo

⁵⁰ A relação de Sebastião Paraná era desde a juventude, ele foi colega de Júlia Wanderley no Colégio Curitibano, assim como outras personalidades históricas do Paraná. Ele Foi docente e diretor do Ginásio Paranaense, Superintendente Geral do Ensino, escritor e político (Deputado Estadual) influente no Estado: editor da revista A Escola e fundador do Jornal a Tribuna. (ARAUJO, 2010, p. 48-9).

⁵¹ Dario Persiano de Castro Vellozo nasceu no Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1869, e mudou-se para Curitiba no ano de 1885, com 16 anos, na companhia do pai e do irmão. Vellozo foi poeta, tipógrafo e professor de História, fundou e teve participação na criação de várias revistas e jornais, foi um dos participantes da fundação do IHGPR (Instituto Histórico e Geográfico Paranaense) e criou o INP-Instituto Neo-Pitagórico (GONÇALVES JR, 2010).

⁵² Este amigo pessoal de Júlia Wanderley, bem como os irmãos Souza que tiveram êxito juntamente com Júlia na Escola Normal, os quais receberam como ela as distinções por mérito de bom desempenho naquela instituição.

do Paraná, o Dezenove de Dezembro. Vellozo defendeu a República e o lugar do Estado no cenário nacional.

Na capa de edição da revista “*A Escola*” já encontramos pistas da veiculação da presente revista com o Estado, uma vez que seus agentes estavam diretamente atrelados a revista, constou em seção permanente os nomes dos membros da Instrução do Paraná: Diretor Geral Arthur Pedreira de Cerqueira; Inspetor da Capital, Sebastião Paraná; Secretário José Conrado de Souza, como diretor do Grêmio Presidente Francisco Guimarães, primeiro Secretário Veríssimo de Sousa e segundo Lourenço de Souza e Tesoureiro Brasília da Costa.

A imprensa se apresentava como um instrumento ideológico a serviço da ordem social vigente e da manutenção das desigualdades, naturalizando-as. Sendo assim, foi de fundamental importância a compreensão deste processo uma vez que pode-se encontrar pistas para o desvendamento e a compreensão da realidade de um dado momento, sendo ela capaz de consolidar práticas sociais, métodos educacionais, capaz de convalidar condutas, legitimar práticas, definir modelos, divulgar anseios, visando com isto um controle da sociedade para melhor atender os interesses do capitalismo que se instaura.

As informações veiculadas na imprensa fornecem subsídios para compreender o contexto, o cenário, os personagens, os interesses e as práticas sociais conduzindo a uma interpretação da realidade evidenciadas mediante as contradições presentes na sociedade uma vez que ela apresenta o aparente, invisibilizando as reais condições da maioria da população marginalizada que vivia nos arredores das cidades.

Um das práticas realizadas na imprensa paranaense foi de classificação quanto ao mérito de alunos, evidenciando assim o êxito destes, os bem sucedidos, os méritos, uma forma de forjar modelos a serem seguidos.

A cada final de ano letivo, durante todo o período da Primeira República brasileira, os periódicos curitibanos noticiam os resultados dos exames finais dos cursos primários das escolas públicas e particulares. Nomes femininos constam freqüentemente dessas listagens que asseguraram seus “conscienciosos conhecimentos”, asseverando estarem as educandas habilitadas à matrículas no Gymnasio Paranaense na Escola Normal (TRINDADE, 1996, p. 31).

Apresenta-se aqui uma prática em que a sociedade adotou divulgar na imprensa resultados de exames finais, esta postura, de certa forma, acirrou a competitividade, a individualidade, características essenciais do liberalismo. Pode ser percebido, especialmente, se considerar o caráter de universalidade e sedução que são atribuídos ao princípio do individualismo uma vez que, desta forma, impulsionou o desejo do homem na direção da autonomia (SANTANA, 1996).

A educação e o projeto educacional republicano não foi deixado de lado, muito pelo contrário, a imprensa tomou cabo das discussões educacionais fundamentadas na ideologia liberal e nos princípios filosóficos do positivismo. A revista foi uma divulgadora de métodos e técnicas, modelos, práticas docentes, dentre outros. O periódico “A Escola” se propôs ser um mecanismo eficaz, visou a reprodução de uma ideologia vigente e a homogeneização da educação no Estado, apresentou-se, naquele contexto, como uma ferramenta de formação de professores uma vez que era insuficiente o número de professores formados, o que dificultava a implementação do projeto republicano⁵² para a educação no país.

[...] falta de pessoal sufficientemente instruído e expressamente educado para o mister do professorado [...] Enquanto a Escola Normal não houver fornecido um grande contingente de competentes educadores, será impossível uniformizar os métodos de ensino, medida que carecemos adotar (A ESCOLA, 1908, p. 15)

Com o advento da República, o contexto privilegia a circulação de ideias, há uma sensação de liberdade, ao menos para a elite. Esta sensação orientava a livre circulação de ideologias que impulsionaram a proliferação da circulação de inúmeros periódicos como revistas, jornais e boletins.

Para a ideologia do novo regime, a educação era o mais eficiente instrumento para a construção do Estado republicano “democrático”, um regime político que se definia como sendo do “povo” e para o “povo”, deste modo necessitava de uma “sólida” organização escolar capaz de oferecer uma formação política, mais completa possível, a “todos” os cidadãos. No discurso do novo regime,

⁵² A educação é um processo social de formação de gerações, subsidiada em fundamentos práticos-teóricos de uma dada sociedade, com conteúdos determinados pela produção de suas relações sociais e se expressam num projeto político. Nesse sentido, um projeto de educação para o país pode assumir diferentes conteúdos e objetivos em virtude do movimento histórico. (CAVAZOTTI, 2003, p.68).

o “povo” passou a ter um “papel político” como “dirigente” do Estado, o qual tem como interesse e dever a difusão da educação popular (REIS FILHO, 1995).

Todavia a educação neste momento é vista como um serviço que exige grande dispêndio de recursos, sendo difícil a expansão da rede escolar com quantidade e qualidade de ensino para atender a crescente necessidade da população. As escolas particulares só podiam assumir quando contava com uma clientela economicamente capaz de “retribuir com taxas compensadoras”, porém, a maioria da população era carente do ponto de vista educacional e também de recursos econômicos (REIS FILHO, 1995, p. 204).

Os republicanos atribuíram ao Estado a função de criar e manter escolas nos diversos níveis, estas escolas teriam a função de preparar o futuro cidadão para que desempenhasse o papel político que o novo regime destinou aos brasileiros. O novo regime conferiu a tarefa primordial da escola a educação cívica, entendida como a compreensão fundamental dos cidadãos, deveria acontecer não apenas no plano de estudo da escola, mas também pelo “[...] rol de disciplinas como: História do Brasil, Geografia do Brasil, Economia Política, Educação cívica”, que teriam o papel de ampliar o quadro de informações sócio-políticas indispensável ao exercício da cidadania (REIS FILHO, 1995, p.204).

O sentido da ideologia dos grupos dominantes, dos quais se encontravam os membros da revista “A Escola” é a elaboração da “[...] falsa consciência que conduz à necessidade de esconder as verdadeiras relações de classe e, desta forma, garantir seus reais interesses, por meio de uma representação falsa e falseadora” de uma concepção particular do mundo que pretende revelar a todas as classes como uma verdade universal que surge como uma resposta às condições sociais concretas que se determinam, sendo a própria dinâmica da realidade que se localiza as condições que a determinam (CURY, 1978, p.6-7).

A elite pensante tinha a função de unificar os conceitos para criação de uma “nova cultura”, que não se reduz apenas a formação de uma vontade coletiva, capaz de adquirir o poder do Estado, mas a difusão de uma “nova” concepção de mundo e de comportamento. Torna-se fundamental o papel das instituições privadas da sociedade civil como a igreja, escolas, sindicatos, jornais, família e outros, como entidades consolidadoras de uma nova vontade e moral social.

Além de procurar fixar seu modo de sociabilidade através de instituições determinadas, os homens produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia (CHAUÍ, 1980, p. 8).

Uma destas instituições determinadas é a educação que torna-se protagonista do debate junto a imprensa periódica, por meio de uma elite letrada que tinha como objetivo de “conduzir” a população brasileira ao “progresso” e ao “desenvolvimento” moral, econômico e social. A escola tinha um papel fundamental neste momento do país, era urgente a necessidade de elevação do nível moral da nação que se encontrava mergulhada nas trevas, era preciso a emancipação do espírito cativo da ignorância (BASTOS, 1975).

Extraordinários são os serviços que presta a escola à civilização dos povos. Mais do que isso: a escola é o plinthe inabalável e inevitável sobre que se alteia, majestoso e bello, o monumento altaneiro e deslumbrantíssimo da civilização (ESCOLA, 1906, p.3).

O projeto pedagógico que visava “regenerar” o país estava baseado nos parâmetros do liberalismo. Setores liberais atuaram mediante a imprensa, educação e partidos, buscando, nesses campos, produzir novas elites dirigentes e formar a consciência nacional, uma tentativa de conquistar o “coração e a mente” da população (CARVALHO, 1990). A imprensa apresenta-se como agente da história capaz de manipular interesses, seus agentes são dotados de consciência que se determina na prática política (CAPELATO, 1989).

A revista “*A Escola*”, periódico do grêmio de professores público do Paraná, ocorreu em Curitiba no período de 1906 a 1910, com duração de quatro anos. Sob a direção de Sebastião Paraná de fevereiro a julho de 1906, quando assume então Dario Vellozo até dezembro de 1910 (MARACH, 2007).

Em 1906, data de criação da revista “*A Escola*”, a cidade apresentava um certo progresso, há uma efervescência econômica, elementos que entrevê aspectos do perfil intelectual da cidade em função do momento econômico fomentado pelo ciclo da erva-mate.

A revista A Escola contou com um diversificado número de colaboradores, alguns se sobressaíam em função do número de matérias apresentadas, são eles: Dario Vellozo, Emiliano Perneta, Azevedo Macedo, Bandeira, Nestor Castro, Leôncio Correia, Rocha Pombo, Nestor Vitor, Antonio Braga, Generoso Borges, Domingos Nascimento, Cônego Braga, Serafim França, Ricardo de Lemos, Ermelino de Leão, Alluizio França, Júlio Perneta, Claudino dos Santos, Carvalho Mendonça, Chichorro Junior, Romário Martins, Lucio Pereira.

[...]outros igualmente aparelhados para os prelios gloriosos da inteligência [...] As pennas brilhantíssimas destes eximios litteratos e scienistas são suficientes para impor e recommedar esta revista, que procurara cumbir o ser dever em prol da expansão intellectual da terra paranaense (ESCOLA, 1906, p. 17).

As primeiras décadas do século XX, o centro urbano apresentava uma época de entusiasmo capitalista em Curitiba, um reflexo do que vive o país, ratificado pelas realidades urbanas visíveis, por meio do crescimento econômico, da industrialização e do grande fluxo de imigrantes. O discurso nas academias, institutos e centros de letras paranaenses contrastava com os problemas de desarmonização entre a cidade e o campo, o aumento demográfico nos centros urbanos decorrentes da imigração, bem como a consolidação do trabalho livre. Um processo denominado de modernização, ao menos para a burguesia nos centros urbanos, a imagem da cidade “moderna, limpa, ordenada e iluminada” fazia parte desse momento de repensar a sociedade pelas classes favorecida uma vez que a maioria da população encontrava-se nas imediações desprovidas de toda a sorte (MARACH, 2007, 15).

FIGURA 17 – Urbanização de Curitiba, primera década do século XX



Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Curitiba

Os escritores da Revista “A Escola” tinham a crença no futuro, aspecto fundamental para compreensão do projeto que visava a longo prazo “reparar” o presente, sabendo que os frutos deste trabalho não seriam saboreados a curto prazo, mas seus efeitos se refletiriam ideologicamente na geração vindoura e na sociedade de um modo geral. Este pensamento impulsionou os intelectuais do periódico aqui apresentado, os quais objetivavam uma “interferência” social, por meio da educação. Desta forma, seria possível “civilizar” a nação em conformidade às necessidades do mundo moderno, o sistema capitalista exigiu uma capacidade “intelectual” crescente de “todos”, incluindo assim o sistema escolar, as sociedades de agrárias passaram a industrial, era preciso instruir a população para atender esta nova demanda.

[...] é certo que com o desenvolvimento do maquinismo, a ciência e a técnica se incorporam à máquina, é certo também que o desenvolvimento desta introduz uma série de exigências de qualificação da força de trabalho que traz consigo a aparição, consolidação e auge do sistema escolar institucionalizado. Outra mais complexa: se é certo que com o desenvolvimento do maquinismo se incorporam à máquina todas aquelas habilidades, isso não faz mais que afetar a força de trabalho, e não a capacidade criadora do homem (MARX, ENGELS, 2011, p.12).

Os escritores de “A Escola”, na condição de elite pensante, encabeçaram este projeto, de um periódico educacional, que visou moralizar a população, tornando-os não apenas autossuficiente, mas devia encaminhar a população para a “civilização”, livrando-a da ignorância e “revelar” a concepção de mundo coerente com a lógica do mundo moderno.

[...] a boa escola compõe-se essencial e indispensavelmente de muito requisitos: deve ser moralmente atractiva, intellectualmente atractiva, e até materialmente atractiva; deve ensinar o mais possível, o melhor possível, e no menos tempo possível; tem obrigação impeterível de semear na infancia os sentimentos christãos que se apreendem na prática do amor mutuo, e não na letra morta de phrases decoradas; incumbe-lhe ser immaculada até da mais tenue sombra de sevicias; tem de dar conta ao Creador e tambem à sociedade do como conciliou ou deixou de conciliar o tres elementos de cada um dos individuos que se lhe confiaram: o entendimento, o coração, o corpo (ESCOLA, 1906, p.3).

Era constante o debate, na primeira metade do século XX, na imprensa sobre os métodos mais adequados a serem utilizados para a implementação do projeto educacional. Todavia, esta preocupação não era visando a emancipação dos indivíduos, ou mesmo a libertação destes das condições opressoras, uma vez que para isto era fundamental a formação de uma consciência emancipadora.

Não se pode negar que a educação, a ciência e a extensão do conhecimento são fundamentais no processo de formação da consciência, desta forma somente pela razão se poderá conseguir esta emancipação (MARX; ENGELS, 2004). Entretanto, o projeto da revista “A Escola” não se direcionava a este propósito emancipador, coube a educação neste projeto republicano o papel de naturalizar as desigualdades e a manutenção delas.

A escola burguesa é um molde que prepara para a fábrica e os escritórios, um instituto de treino para a prisão assalariada: A criança esta limitada a um único trabalho que é estudar, empalidecer com os rudimentos da gramática de manhã e de tarde, durante 10 e 11 meses por ano. [...]A escola coloca a teoria antes da prática (MARX; ENGELS, 1978, p. 37).

O ensino esteve em pauta como um dos pontos mais frequentes durante o século XX. Vários seguimentos da sociedade como personalidades políticas, artistas e até mesmo militares debatiam sobre esta questão. Os intelectuais a frente da revista “A Escola” acreditavam que a educação seria a grande solução para os diversos problemas da vida moderna, tornar-se-ia viável o controle da população, a qual não poderia ser banida, já que o desenvolvimento do país dependia da sua força de trabalho.

O sistema de ensino é entendido, assim, como uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos no sistema, única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim, aproveitá-la. Dito de outra forma: reproduz o sistema dominante, tanto a nível ideológico quanto técnico e produtivo (MARX;ENGELS, 2011, p15).

Os Colabores da Revista “A Escola” tinham como ideal a civilização da população, o que significava “[...] atribuir-lhe distinções e mantê-la sob controle” (MARACH, 2007, p.46). Caberia à educação o papel de “moldar o indivíduo, como

vaso de barro”. Este ideal não era apenas do grupo da revista, era uma crença que inspirava sobretudo a base ideológica da República (MARACH, 2007).

Este periódico do início do Século XX se propôs a ser um ponto de orientação dos professores, uma espécie de bússola para educadores, apresentava propostas, currículos, sugeria métodos e legitimava prática docentes, apontava modelos de condutas a serem seguidos.

É forçoso que mestre, o educador da infância não descumpra os seus deveres, mas os exercite sem vacilações nem esmorecimento e dinamistizado por energias masculinas, afervorado do mais intenso desejo de bemfazer, propellido pelos dictames de uma consciência perseverantemente ajustada à rectilínea do bem. (ESCOLA, 1906, p. 3).

A revista periódica “A Escola” teve um papel fundamental quando se propôs ser uma formadora de opinião para o quadro de professores do Estado, mas também no processo de personificar referências de práticas educativas, modelos a serem seguidos, métodos e materiais didáticos a serem utilizados. Na edição de 1906, em seu primeiro número, não foram poupadas adjetivações a professora Júlia Wanderley Petrich que foi apresentada como um modelo de educadora:

Trabalho dedicado à inteligente(a) e preparadíssima professora normalista, exma d. Júlia Wanderley Petrich, digna directora da Escola Tiradentes, e que já tem educado uma geração de ilustres professores (ESCOLA, 1906, p.5).

Na mesma edição de 1906, mais um admirador de Júlia Wanderley fez alusão a professora, o Cônego Braga que de forma apologética escreveu :

A frente dessa pleiade illustre, civilizadora e patriótica, devemos considerar inquestionavelmente em primeira plano a Exma. Sra. D. Julia Wanderley Petrich, respeitável e emérita directora da Escola Tiradentes, por ser grandemente instruída em todos os ramos do ensino a seu cargo, de modo que ella pode hobrear e competir com os mais inteligentes e preparados da Capital Federal ou de S.Paulo. O que muitissimo nos honra devêra gloriar-nos si não formos tão escravizados apreciar quanto é importado (ESCOLA, 1906, p.7).

O grupo de editores da revista “A Escola” preconizava um novo conceito de educação, o qual objetivava encaminhar o indivíduo para as profissões mais condizentes com a sociedade em desenvolvimento, com isso, passaram a divulgar a

formação técnica, publicaram currículos dos cursos de forma apologética a formação profissionalizante, tais como Escola do Comércio, Escola Normal, Escolas Agrícolas.

A revista escola, por meio de seu grupo de editores, orientava no sentido de que precisaria ser revista a forma como pais e alunos das camadas menos prestigiadas economicamente viam a escola, era preciso uma reformulação neste sentido. Agora se discutia uma educação para a classe trabalhadora, para os menos abastados economicamente. Os membros da revista em questão pretendiam fazer com que este segmento da sociedade marginalizado não enxergasse a escola como mero degrau rumo à ascensão social, mas núcleo cívico em que seria ensinado o necessário para fazer do indivíduo um cidadão defensor da nação e da própria subsistência (MARACH, 2010).

A pátria não é ninguém: são todos, e cada qual tem no seio della o mesmo direito a ideia, a palavra, a associação. A pátria não é um systema, nem uma forma de governo, é o ceo, o sol, o povo, a tradição, a consciência, o lar o berço, os filhos e o múmulo dos antepassados, a communhão da lei, da língua e da liberdade [...] Estamos a trabalhar esforçadamente pela instrução da infância e pelo levantamento moral da classe dos seus educadores é nosso desejo cordial cumprirmos a nossa missão com o maior devotamento e solícitude, certos como estamos de que assim prestaremos serviços de real valia ao progredimento e prosperidade do nosso querido Estado do Paraná (A ESCOLA, 1906, p. 60).

O povo foi convocado para contribuir e solidificar o novo regime e a educação faria a instrução necessária e o levantamento moral dos cidadãos, era constante o discurso entusiasta pela educação que sintetizava expectativas de controle e modernização social. O nacionalismo se apresentava como a forma eficaz de valorização da pátria, desta forma “forjou-se um projeto político autoritário: educar era demoldagem de um povo “[...] conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia como elite com autoridade para promovê-los” (CARVALHO, 1989: p. 9).

O grupo a frente da revista desejava acordar a juventude pobre das escolas para a importância de outras profissões, as quais acreditava que se tornariam gradativamente mais importantes diante dos novos tempos, não para os alunos, mas para a nova ordem vigente, ou seja, formação da força de trabalho. A elite intelectualizada integrante da revista “A Escola” defendia então uma educação voltada para o mercado de trabalho, orientava no sentido de uma formação

aligeirada, uma vez que se tratava de formar os pobres para o mercado de trabalho, desta forma naturalizando as desigualdades e a manutenção da hegemonia da burguesia.

Muitas vezes poderia ser um industrial progressista, um comerciante empreendedor, se faz um doutor que, em 75 % dos casos, não se destacará uma pollegada da linha das mediocridades diplomadas (ESCOLA, 1906, p. 135).

A revista orientava a formação da agricultura e outras atividades ligadas ao setor primário, atividades consideradas como único meio de garantia do alimento necessário para abastecer a população. Defendia também, profissões que considerava fundamentais para a demanda daquele momento, as quais estavam relacionadas “[...] ao comercio, a indústria, à agricultura e a pecuária” (MARACH, 2010, p.58). Contrapondo assim, as profissões liberais pertencentes à burguesia como medicina, direito, engenharia.

Os intelectuais da revista “*A Escola*” objetivaram dar subsídios pedagógicos aos professores, evidenciaram a função da escola, a postura do professor frente aos alunos, métodos e condutas a serem adotados, visando assim conduzir o povo, por meio da educação, cada indivíduo no papel em que se acreditava, estaria de acordo com as habilidades naturais destes, que certamente não condizia com a educação tida pelo grupo de intelectuais da mencionada revista. Desta forma, visou-se satisfazer os anseios do governo, que pretendia ideologicamente “instruir” o povo.

Motivados ideologicamente pelo espírito da civilização e da modernidade⁵³, a elite letrada se evidenciava pelo desejo de secularização da sociedade. Desta forma, há uma ênfase no discurso pela valorização do povo, bem como pelo o espírito científico, a laicização do Estado e a concepção evolutiva da sociedade.

Na edição da revista de 1906 foram prestigiados e referendados pelas suas práticas educativas alguns professores⁵⁴, desta forma coube a publicação de três

⁵³ A modernidade para Marx é resultado de um longo processo de construção material, pautada nas ideias e valores abstratos como individualismo e liberdade de acordo com as interpretações liberais. É a decomposição da estrutura feudal impulsionada na expropriação dos meios de trabalho, visando assim a acumulação do capital e, com isto, revolucionar as estruturas de organização das relações sociais. Marx ao se referir a modernidade fez alusão mais do que o marco histórico arraigado em torno das idéias e valores abstratos disciplinada, racional e prospectiva a uma gama de transformações revolucionárias nas relações econômicas, políticas da sociedade as quais possibilitaram a confirmação do modo de produção capitalista (MARX, 1982).

⁵⁴ Cumpriram o que determinava o Regulamento da Instrução Pública os professores Brazílio Costa, Julia Wanderley, Lourenço de Souza, Vidal Natividade, Raymundo Ramos, Antonia Reginato, Elvira Faria, Leonor Machado, Alexandrina Pereira, Amélia França Gomes, Itacelina Teixeira, Olivina Caron,

relatórios, sendo publicado primeiro o da Júlia Wanderley Petrich, referente a 1ª cadeira de 2º grau para o sexo feminino da Escola Tiradentes. Este relatório será analisado na sequência com o propósito de compreender a prática pedagógica desta professora, uma vez que foi evidenciada pela revista como uma referência docente e intelectual daquele momento. Sendo assim, buscar-se-á, no próximo capítulo, evidenciar as contradições presentes neste documento que se apresentava como um subsídio, o qual possibilitará uma maior compreensão da realidade educacional da época.

III CAPÍTULO

O RELATÓRIO DE JÚLIA WANDERLEY PUBLICADO NA REVISTA “A ESCOLA” EM 1906

[...] as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, moral, a religião, a metafísica e a qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciências a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94)

No governo republicano a educação popular tornou-se umas das bandeiras dos liberais republicanos. Muitos adeptos do novo regime que atuaram direta ou indiretamente na política educacional estiveram envolvidos com as escolas, apesar do esforço por parte dos intelectuais da educação que visaram promover a criação de escolas públicas e de qualidade, a realidade de escola democrática e gratuita se apresentava muito distante. O que realmente se evidenciou foram as contradições no sistema educacional, a demanda escolar desenvolveu nas zonas de intensa produção capitalista. O desenvolvimento do sistema escolar não ocorreu de forma satisfatória, tanto quanto a quantidade e a qualidade. A única escola que se expandiu foi a mesma que educava as elites e que era controlada pela mesma (SOUZA, 2009).

O início do regime republicano, o panorama geral do ensino no Paraná era de 199 escolas de nível primário, destas 19 eram particulares e 180 públicas. O nível secundário estava presente com o Ginásio Paranaense e a Escola Normal, estes criados e mantidos pelo governo. Sem deixar de mencionar que existiam também os Cursos Mercantil e a Escola de Artes e Indústria, os quais eram subsidiados pelo Estado. Completavam o quadro escolar os estabelecimentos privados. As escolas estavam distribuídas por 130 localidades, entre cidades, vilas povoadas, colônias e bairros, apesar do maior número delas encontrava-se em

Curitiba e Paranaguá, em função de uma ser a capital e a outra por ser cidade portuária (OLIVEIRA, 1994).

O regulamento de 1892 realizou a distribuição das escolas mediante índices de frequência e média escolar. Nas cidades e vilas determinou-se uma frequência média de 60 alunos nos povoados e colônias, nos bairros 40 alunos pela extensão de uma légua quadrada. Os professores foram classificados em 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª classes, se condicionou o número de alunos aprovados em exames e os correspondentes vencimentos (OLIVEIRA, 1994).

Neste período existiu uma tentativa de valorização do professor e o início de profissionalização do magistério que se configurou como aspecto significativo das transformações educacionais no final do século XIX e início do século XX. A importância da educação popular com a República se apresentava pela representação do professor, quando este passou a ser responsável pela formação do povo, o formador da sociedade, com a missão cívica e patriótica. “Era pelo professor que se poderia reformar a escola e levá-la a realizar as grandes finalidades da educação pública” (SOUSA, 1998, p.61).

Assim, foi se construindo a figura do mestre-escola, a figura do apóstolo da instrução, profissionais de reconhecida competência, conscientes de sua missão, formados pela Escola Normal, considerada um “[...] templo de luz, o viveiro de onde saíam os heróis anônimos da República” (SOUSA, 1998, p.62).

Em 1890 foi sancionada, pelo Decreto nº 85⁵⁵, a criação do cargo de Superintendente Geral do Ensino do Paraná, a quem competia a fiscalização de todos os atos ligados a este setor, a ele competia também as atribuições de Diretor do Instituto Paranaense e da Escola Normal (OLIVEIRA, 1982).

A Diretoria Geral da Instrução Pública foi um órgão executivo com ação administrativa em todo o Estado e todos os tipos de escolas primárias, por intermédio dos inspetores de distritos. A atuação dos inspetores era muito restrita e quase sempre o seu papel era de fiscalização do professor (REIS FILHO, 1995).

⁵⁵ Sancionado em maio de 1890 pelo Governador Américo Pereira.

3.1 O pensamento educacional de Júlia Wanderley no relatório Publicado em 1906 na revista A Escola.

Os relatórios dos professores, de certa forma, poderiam levar a uma aproximação das reais condições da educação no Paraná, uma vez que o professor estava imerso ao cotidiano da escola. Todavia, estes documentos devem ser considerados como inseridos no conjunto nacional e particular porque não traduzem, mas apresentam pistas das especificidades regionais e apresentam as contradições contidas na sociedade (MIGUEL, 2006).

O Relatório analisado como os demais documentos desta pesquisa se apresentam como “vestígios” que auxiliam no processo de percepção da educação do período, bem como a formação do professor, seja pela educação institucionalizada, por meio da Escola Normal, seja pelo modelo de professor apresentado e exaltado como ideal pelo Estado e, ainda, a função que o Estado atribuía ao profissional da educação.

O relatório da professora Júlia Wanderley caracterizado como um documento oficial que pode traduzir um posicionamento de uma determinada fração da sociedade, mas não traduz as reais condições da educação no Paraná, tão pouco a situação dos professores, das escolas e dos alunos. Mesmo ele sendo um relatório de uma professora, não contemplava a realidade local, isto acontece porque a professora estava ligada a um grupo político e defendia os interesses deste grupo que assumiu o poder local. Neste contexto, estava inserida a, revista “A Escola” vinculada ao movimento republicano que, de certa forma, estava atrelada ao Estado mediante seus agentes. Sendo assim, é coerente pensar que não se publicaria algo que não fosse harmônico com os ideais preconizados pelo grupo que defendia dos interesses do Estado e que visou consolidar o novo regime.

O relatório de 1905 da Professora Júlia Wanderley publicado em 1906 pela revista “A Escola” é um documento que possibilita uma reflexão acerca da educação e dos ideais contidos na prática cotidiana desta educadora, a qual era tida como um modelo ideal de professora para o Estado. Desta forma, temos que entendê-la como uma agente do Estado que tenta efetivar o projeto educacional oficial do Estado. O relatório de Júlia Wanderley se constitui em conjunto oficial de determinações aceitas como passíveis de aplicação em um determinado momento e realidade.

O periódico “A Escola” atendia aos interesses do Estado para controlar o processo educativo da escola pública, ela se apresentava como um mecanismo capaz de realizar “promoção” social, um meio capaz de reprodução de uma ideologia visando uma conformação social a serviço de uma elite letrada que mascarou as suas reais intenções, as contradições presentes na sociedade.

Esta revista apresentou-se ideologicamente como uma possibilidade de investigação de uma realidade aparente na busca da totalidade dos fatores determinantes ao contexto em que estava imersa, bem como os seus agentes, o projeto educacional que estes defendiam. O periódico “A Escola”, por meio de seu grupo de editores, via na educação a possibilidade de “civilizar” os cidadãos da República conduzindo-os ao “progresso” da nação. Para este grupo, a escola tinha o papel fundamental de preparar intelectual e moralmente os alunos para que estes assumissem e desempenhassem seu papel na sociedade.

É a escola primária uma instituição supernamente civilizadora. Oficina do Espírito infantil, é nesse recinto bemdito que a intelligencia dos pequenos seres, ainda não desabrochada para o conhecimento, se vae desenvolvindo e inundando da luz cambiante e redemptora da instrução (ESCOLA, 1906, p 2).

Em 1905 era Diretor Geral da Instrução Pública do Estado Arthur Pedreira de Cerqueira, a quem Júlia Wanderley encaminhou o relatório do ano letivo de 1905, em cumprimento ao que determinava o art. 62 n. II do Regulamento da Instrução Pública, o qual foi publicado na revista “A Escola”. No mencionado documento, foi relatado os principais acontecimentos ocorridos durante o ano letivo em curso nas aulas da 1ª cadeira para o sexo feminino da Capital, sob sua regência.

Em obediência ao disposto no n. II do art. 62 do regulamento vigente da instrução do Estado. Cabe-me o dever de, por intermédio do ilustre cidadão Dr. Inspector Escolar da Capital, relatar à V. Exa. Os principais acontecimentos ocorridos durante o ano letivo findo, nas aulas da 1ª cadeira para o sexo feminino da Capital, sob minha regência (WANDERLEY, 1906, p 17).

Júlia Wanderley além de professora da Escola Tiradentes era Diretora da mesma e tinha um papel central na estrutura hierárquica burocrática. O Diretor era o elemento fundamental para a organização escolar, era o responsável pela escola perante o governo, era o interlocutor da escola com a administração do ensino. A

identidade do Diretor como autoridade do ensino, não podia ser minimizadas, uma vez que representava, juntamente com os professores, “[...] o primeiro corpo profissional do magistério público dotado de identidade”(SOUZA, 1998, p.78). A autoridade do diretor foi construída sobre a “encarnação do poder do Estado”, sendo o diretor um legítimo representante do governo, no âmbito de sua competência (SOUZA, 1998, p.78).

Sobre o papel da educação, a professora Júlia Wanderley em seu discurso apresentava de forma coesa e coerente com o discurso do Estado republicano que compreendia a educação como instrumento indispensável para formar o povo, uma educação com a finalidade explícita de criar o espírito nacional, sendo a escola capaz de conduzir a população nacional a “civilização”. A escola devia formar, não o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja e a sociedade o formará conforme o interesse do país.

A educação promovendo o desenvolvimento físico, intellectual e moral da criança, é incontestavelmente a fonte principal do engrandecimento dos povos. A instrução esclarecendo-lhe o espírito e fornecendo-lhe a luz do saber, completa o seu aperfeiçoamento, colocando-a na altura dos mais elevados destinos. Em educar a criança, desenvolvendo-lhe as faculdades, formando-lhe o caráter, aperfeiçoando-lhe o coração e ministrando-lhe conhecimento, consiste, pois, a grande obra do preceptor. A ele compete, não só pela palavra que instrui, como também pelo exemplo que moralisa, encaminhar os vacilantes passos daqueles que quem tudo espera a nossa sociedade (WANDERLEY, 1906, p. 18).

Neste momento, a ideologia preponderante foi de que a escola era vista como um espaço de disciplinamento da força de trabalho, a escola era um dos locais legítimos, a alfabetização não passava de um fetichismo em seu lugar mesmo o que era imperativo para a escola republicana, era formar o indivíduo para as novas demandas da sociedade. Na República três temas emergiram: A construção do Estado Nacional, a formação do trabalhador para o capital e a transformação do súdito em cidadão (NORONHA, 2009).

O discurso ideológico dos republicanos era para que se incutisse no povo o sentimento nacionalista, pela educação se pretendia formar o trabalhador. A preocupação com a educação estava pautada em fatores econômicos, uma vez que a indústria no Brasil teve relevância no final do século XIX, evidencia-se neste período em que o capitalista se instalava de forma gradativa.

Para que se tivesse conhecimento da vida escolar era preciso relatar ao Diretor Geral da Instrução Pública a situação dos alunos, os professores eram constantemente vigiados. Julia Wanderley, ao falar da frequência de seus alunos, dizia que era satisfatória. Contudo, é sabido historicamente que as anotações de faltas registradas pelos professores que lançavam em seus livros e relatórios uma frequência irrereal para evitar fechamento de suas aulas, diminuição do salário (MIGUEL, 2006).

O Decreto de 1901 determinou o funcionamento das escolas sujeito ao mínimo de frequência dos alunos, a ascensão dos professores se constituiu pelo tempo de exercício efetivo, não sendo mais a classificação das escolas a forma de promoção funcional.

Cabe aqui observar que a Escola Tiradentes não era uma escola periférica, a clientela que frequentava esta escola não se apresentava como alunos desprestigiados economicamente. A escola era bem situada em Curitiba e estudar nesta escola era sinônimo de prestígio e, mais ainda, ser aluna da professora Júlia Wanderley era uma deferência ao currículo do aluno. Desta forma, cabe aqui dizer que este estabelecimento, não retratava as condições de educação da população pobre das imediações, tão pouco o relatório retratava a situação da educação no Paraná.

No relatório a professora esclarece que as aulas do estabelecimento em que era responsável funcionavam regularmente de 16 de janeiro, época de sua reabertura até o dia 30 de novembro, data de encerramento dos trabalhos escolares. A frequência das alunas da Escola Tiradentes “tem sido sempre a mais satisfatória possível” (WANDERLEY, 1906, p.20). Em livro especial relatava que fazia as anotações diariamente sobre cada aluna, marcando as faltas, escriturando as notas e fazendo outras observações sobre a aplicação e o comportamento de cada uma (WANDERLEY, 1906).

Neste momento, a educação apresentava um índice elevado de evasão escolar que ocorria por várias razões, dentre elas as ligadas ao sustento familiar, as dificuldades de comunicação e locomoção que impediam o acesso a escola. Ignorando estes fatos o governo, por meio do Regulamento de Ensino Obrigatório de 1891⁵⁶, tentou solucionar a situação, através da obrigatoriedade de ensino, elevaria

⁵⁶ Regulamento de Ensino Obrigatório. In: PARANÁ, Leis, Decretos. 1891, p.369 -76.

o índice de frequência, mas para o cumprimento do regulamento o Estado não proveu número de escolas suficientes, nem ampliou o quadro de professores para o cumprimento da regulamentação, pela população, da imposição legal, situação esta agravada pela miserabilidade em que vivia a maioria da população (OLIVEIRA, 1982).

A cidade de Curitiba não era diferente da cidade de São Paulo que apresentava um panorama de pobreza, uma massa de trabalhadores pobres aglutinando-se no espaço urbano, os quais vendiam sua força de trabalho por preços que aviltavam qualquer ser humano, quando dedicavam-se a outras ocupações pela sobrevivência. Sem nenhuma alternativa no mercado de trabalho, ex-escravos e seus familiares viviam desempregados ou agregados a famílias com condições financeiras onde trabalhavam sem nenhuma regulamentação em trabalhos domésticos não-remunerados (PATTO, 1999).

O movimento abolicionista foi uma falácia, utilizou-se do lema da Revolução Francesa liberdade, igualdade e fraternidade, mas seu caráter humanitário não passou de um engodo promovido “[...] principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca. A abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte” (PATTO, 1999, p. 171) a sociedade recebeu este legado, apesar dos dirigentes do país e intelectualidade letrada serem indiferente a ele.

A primeira década da República foi um período conturbado com muitos conflitos sociais como movimentos grevistas, a Guerra de Canudos (1896 - 1897), a Revolta da Chibata,⁵⁷ a Guerra do Contestado (1912-1916), estes conflitos resultam em práticas punitivas e coercitivas.

[...] a piedade simpatia pelos deserdados da fortuna, pelos humildes, por aqueles que os maus fados haviam irremediavelmente fixado no fundo dos estratos da sociedade, começa a converter-se em inquietude quando a desarticulada massa ameaça ultrapassar os limites e transformar-se em classe social (PINHEIRO, 1984 apud PATTO, 1999, p. 172).

O pensamento republicano estava arraigado nos princípios liberais e no cientificismo, os intelectuais estavam imersos na ideologia do “progresso” e na

⁵⁷ Em 1910 Marinheiros negros e mulatos rebelaram-se contra o uso do chicote como instrumento de punição na Marinha (PATTO, 1999, p. 172).

missão “redentora” da educação, sendo ela um eficiente instrumento para a edificação da república e da democracia, bem como o disciplinamento e a ordem. A elite pensante inspirada nos moldes europeus pedia a “[...] disseminação das escolas, da instrução: o pão da instrução pública parece-me que é aquele que o Estado deve distribuir com mais generosidade” (PEREIRA, 1986, p.5)

A República buscou uma identificação com a educação, tendo esta a missão da divulgação de um ideal cívico e o moralismo patriótico e, ainda, uma conformação ideológica. Houve uma preocupação direcionada a divulgação do nacionalismo e do patriotismo visando assim a popularização da educação a qual seria sua base. Para tanto, era preciso a consolidação de mitos e festividades cívicas para promover a admiração pelos grandes vultos e heróis do passado que deveriam ser exemplos e inspiração para as novas gerações. Era preciso enfatizar as glórias nacionais, os feitos heróicos e os personagens ilustres, os quais seriam matéria-prima nas salas de aulas (TRINDADE, 1996).

A educação teve neste contexto caráter moralizante e cívico, os quais foram amplamente propagados pela escola de diversas formas, com a utilização de símbolos patrióticos, festividades, calendário cívico dentre outros.

De conformidade com o Art. 5 do Regulamento interno das escolas e com fim de incutir no espírito das minhas alunas os edificantes sentimentos de amor à pátria e de homenagem e respeito aos grandes vultos consagrados na nossa história faço ligeiras preleções nas vésperas dos dias de festa nacional, explicando, em linguagem precisa e clara, o fato histórico que se deve comemorar com todo o entusiasmo e patriotismo. [...] Com justo intuito de prestar merecida homenagem aos grandes luminares da sciencia pedagógica, lembrando também com admiração e respeito as beneméritas autoridades do ensino público do Paraná, institui nesta escola uma galeria pedagógica e outra cívica onde figuram os retratos d' esses ilustres personagens cujos nomes constantemente apontados as crianças, servem de edificante modelos de saber e de virtudes. (WANDERLEY, 1906, p.20 -22).

O nacionalismo surgiu no Paraná como um processo de legitimação da República, por meio do universo simbólico. Este início estava atrelado por parte do Estado a preocupação com a modernização resultante dos princípios e moldes do desenvolvimento, no qual o trabalho, o civismo, a disciplina, a higienização e o nacionalismo foram eleitos pela sociedade local com valores de sua tradição (NASCIMENTO, 2008)

No ideário republicano a mulher era vista como progenitora das futuras gerações, a Professora Júlia Wanderley buscou garantir uma formação que contemplasse não apenas a inteligência e o espírito, mas também ao corpo e os seus sentidos, introduzindo em suas aulas o exercício físico, na defesa de um corpo saudável, ministrava as alunas um sistemático método aplicado a educação física (TRINDADE, 1996).

O exercício físico deveria alternar os estudos, a atividade física “[...] proporcionava equilíbrio e o equilíbrio é a primeira condição para a ordem” (VALDEMARIN, 2006, p.98). Sendo assim, a ginástica é o contrapeso indispensável ao trabalho intelectual. Imbuída neste espírito Júlia Wanderley defendeu este posicionamento como pode ser observado em seu relato:

Encarando a educação sobre o seu tríplice aspecto e considerando a criança como um composto de corpo e de alma, não deverá o professor esquecer-se da sua natureza física, tratando em primeiro lugar dos cuidados que devem ser dispensados ao corpo. Meus sana in corpore sano e por isso deve o professor especial atenção tratar da educação física dos seus alunos, afim de conservar-lhe a saúde, desenvolvendo-lhes os músculos e robustecendo-lhes os membros. A educação dos sentidos é também da mais alta importância, e para isso deverá o mestre dirigir sempre os necessários exercícios, na aula, nos passeios e em todas as ocasiões oportunas (WANDERLEY, 1906, p.19).

Para a Professora Júlia Wanderley os exercícios físicos ajudavam a desenvolver o grupo de faculdade que constituíam a inteligência, auxiliando na percepção, atenção, na memória e na imaginação.

Ao mesmo tempo que dirige esses exercícios físicos, deve o mestre especialmente tratar da educação intelectual de seus discípulos, exercitando e desenvolvendo com igual solicitude esse precioso grupo de faculdades que constituem a inteligência. A percepção, a atenção, o juízo, a memória e a imaginação serão assim igualmente aperfeiçoadas e harmonicamente desenvolvidos (WANDERLEY, 1906, p. 19).

Cabe aqui informar, que a educação física, era uma novidade no Paraná, todavia o Decreto nº 1920 de 1873 e a Reforma do ano seguinte normatizava a

introdução da ginástica no currículo da Escola Normal e das escolas anexas masculinas e feminina em Niterói.⁵⁸

A educação física no século XX, se apresentou como regeneradora da raça, um meio de preparação para o trabalho. Era preciso que os alunos cultivassem um corpo belo, saudável, higiênico em contraposição aquele considerado feio, fraco, doente, sujo e preguiçoso.

No projeto de formação do Estado Nacional a educação escolar tinha uma “missão civilizadora”, que era a de padronizar a República, constituída por uma população desigual e complexa. A perspectiva liberal na pedagogia se concentrou no esforço de transformar súdito em cidadão⁵⁹ e em trabalhador. O civismo e o nacionalismo eram temas constantes e a escola era colocada como uma medida “profilaxia social” na formação do “homem novo” (NORONHA, 2002, p.60).

Podemos perceber característica deste posicionamento tanto na revista “A Escola” quanto no relatório da Professora Júlia Wanderley para quem o professor devia instruir e conduzir seus alunos a luz, sem deixar a educação moral, a qual deveria ser contemplada por meio da prática e do exemplo que o professor precisava demonstrar, sua vida deveria ser um modelo de boa conduta.

No vastíssimo campo da moral, que tendo por objetos as ações humanas, estuda e dirige as faculdades que os presidem – a sensibilidade e a vontade, o preceptor desempenhará preponderante papel aperfeiçoando o caráter e o coração de seus alunos, porque, como é sabido, o sentimento moral unificando o ensino, eleva o mestre e dignifica a escola. Nas lições, nos passeios, a propósito de todas as ocorrências, cumpre ao mestre o imperioso dever de despertar-lhes a consciência moral, incutindo-lhes no animo das idéias do dever e do bem; os sentimentos da dignidade e da honra (WANDERLEY, 1906, p.19).

Os professores tinham um papel fundamental para a construção do novo regime, tinham como missão a execução do projeto educacional, civilizar a nação que estava se formando. Eles representavam o nexo fundamental por meio da instrução disciplinada dos homens e cidadãos. Os professores eram submetidos a

⁵⁸ Todavia, esta proposta encontrou certa resistência em sua implantação tanto no interior da escola como pela comunidade. (VILLELA, 2002).

⁵⁹ Terminologia utilizada por Saviani “escola redentora da humanidade” que é a escola convencional e surge com o liberalismo que se propõe converter os “súditos em cidadão” (SAVIANI, 1983, p.30).

rígidos controles quanto a moralidade, quanto a competência, eles deveriam servir de modelo de conduta para seus alunos.

Apesar do discurso dos republicanos em favor da instrução, os quais tinham a educação como a ferramenta eficaz capaz de conduzir o país ao desenvolvimento, ao progresso e a consolidação da nação. A ênfase do discurso da elite letrada era em prol da difusão do ensino popular, à lei e a autoridade seriam elementos indispensáveis para se obter a ordem e o progresso. Mas, estas intenções de democratização do ensino ficaram apenas no âmbito do discurso, sendo as escolas isoladas, urbana ou rural a instituição que atendeu a população pobre, a escola rural recebia filhos de imigrantes, pequenos proprietários de terra, os quais não tinham recursos, neste período de difusão da educação, a escola noturna aparece como uma única opção ao trabalhador, como tentativa de uma educação popular. Entretanto, evidencia-se problemas de matrículas, evasão, muitas faltas resultante da carga horária diária de aulas de segunda a sábado, início das aulas muito cedo, no período da manhã, e o cansaço pela rotina estafante de trabalho dos alunos do noturno (PEREIRA, 1986).

A regulamentação jurídica ocorreu para gerir a desigualdade social, por meio da racionalidade burguesa, quanto o discurso liberal da homogeneização que buscou legitimar as desigualdades sociais por meio da ideologia da igualdade natural entre os seres. A partir deste discurso, as desigualdades são entendidas como um atributo natural de cada indivíduo e não característico de classe (NORONHA, 2009).

Era preciso considerar o quadro de pobreza em que vivia a maior parcela dos paranaenses, com dificuldade de vestimenta para irem a aula, a precariedade das estradas e o trabalho das crianças na lavoura, os quais ajudavam a família o que culminava na evasão escolar. Um outro fator importante na baixa frequência dos alunos eram os castigos corporais, não tolerados por alunos e por seus pais. Muitos pais tinham o entendimento de que as noções básicas de cálculo e escrita eram suficientes (MIGUEL, 2006).

Apesar da Professora Júlia Wanderley não demonstrar descontentamento, em seu relatório quanto as condições de trabalho, havia uma insatisfação por parte dos professores com os baixos salários, o não ressarcimento de gastos destes com a instrução pública com a tabela de aluguel de sala, aquisição de móveis e utensílios, a falta de materiais para os alunos pobres, falta de mobília dentre outras, além das

severas punições aos professores que se não trabalhassem com os livros oficiais e a falta ao trabalho dentre outras (MIGUEL, 2006, NASCIMENTO, 2008).

O século XX, em suas primeiras décadas, foi um período marcado pela preocupação nos centros urbanos com salubridade e higiene uma marca registrada pelo poder público direcionando alguns pontos importantes: infra-estrutura e saúde pública, para o processo de infra-estrutura incluíam-se alargamento de ruas e novas posturas de urbanização. Denota-se a reconfiguração da estética espacial, uma reordenação arquitetônica espontânea no quadro urbano fomentada pelos poderes públicos, as ruas no centro da cidade receberam mais árvores ornamentais e foram criadas praças e logradouros públicos, apresenta-se uma nova cultura urbana com o alargamento de ruas, logradouros e praças na capital do Estado que se contrapunha a miserabilidade das periferias.

A Escola Tiradentes fazia parte destas construções imponente, bem localizada em Curitiba, sobre o espaço físico deste estabelecimento, a higiene escolar era alvo de constante atenção. Deveriam ser observados a manutenção dos prédios, móveis com o objetivo de garantir uma convivência saudável, quanto ao ambiente escolar assim relatou a professora Júlia Wanderley:

Funcionam as aulas d'esta cadeira nuns dos vastos salões do próprio estadual denominado Escola Tiradentes, sito a rua conselheiro Barradas, esquina da Rua Barão do Serro Azul. Este prédio edificado em solo isento de infiltrações umidade e construído no centro de vasto jardim, onde as crianças podem fazer exercícios ao ar livre compõe de duas espaçosas salas cujas as janelas altas e numerosas permitem constante renovação do ar, oferecendo ainda a vantagem de fazer a luz entrar pelo lado esquerdo. De formato retangular, espaçosa, clara, arejada e bem ventilada a sala em que freqüentam as aulas desta cadeira oferece, pois todas as condições higiênicas exigidas para tal fim [...] Por autorização do Dr. Vice-Presidente do Estado, então em exercício em Agosto do corrente ano foram executados os reparos de que carecia este prédio que se acha hoje em excelentes condições de solidez e asseio (WANDERLEY, 1906, p.20).

Diferentemente de outras escolas da cidade e das imediações, a escola em que Júlia Wanderley trabalhava, apresentava excelentes condições de instalação, sua construção foi financiada pela sociedade propagadora da erva-mate, sua clientela não se configurava como desfavorecidos economicamente, mas este universo era singular diante da precariedade em que se apresentavam as demais instituições escolares.

A República não foi diferente do Império, a situação era precária conforme relatado abaixo:

[...] Ensino sem escolas ou escolas sem ensino, sem hygiene, sem mobilia, sem materiaes com que se ensaie um methodo qualquer; professores, em sua maioria, rotineiros e mal apropriados a missão honrozissima a que farão arrastados: é o que em geral a província conta sem grandes esperanças de uma salutar reacção (MACHADO d'OLIVEIRA, 1884, p.13).

O discurso vinculado na revista “A Escola” delegava à sociedade o encargo da instrução e do desenvolvimento humano, os quais deviam ser de responsabilidade dos pais, este discurso é legítimo da ideologia liberal:

Nos estabelecimento de ensino particular também é animador o movimento de alumnos de ambos os sexos, que os procuram com visível sofreguidão, certos de que a myopia do espírito é dos maiores males que mais rebaixam as creaturas humanas. São já inúmeros os collegios e escolas particulares que estão prestando reaes benefícios à intrução e à educação da mocidade coritibana. Os directores de alguns desses templos de luz e de progresso são dignos dos mais cordiaes encômios e louvores, não só da colletividade como também do egrégio poder dirigente do Estado. Todos os que concorrem para a manutenção de uma escola particular de ensino contribuem efficaamente para a desenvolução geral da humanidade, para o consequimento de um grande fim social, para a satisfação de uma necessidade pública e privada. Quem abre uma escola procura em primeiro logar altear o nível intellectual de sua pátria, illuminando o espírito da infância, emancipando-o dos prejuisos que anniquilam, taes como a superstição, o fanatismo, o orgulho, a inveja e tantos outros. A instrução interessa em igual ao indivíduo e à sociedade. Na família o zelo dos Paes olha attentamente para a educação e instrução da prole. Não escapa à vigilância solicitude paterna a superioridade manifesta do homem instruído e bem educado sobre aquele que vegeta nas trevas da ignorância (A ESCOLA, 1906, p 98).

Apesar do discurso do Estado em favor da escolarização e expansão para a população, esta democratização não saiu do nível do discurso, na realidade a escolarização se apresentou de forma limitada nas primeiras décadas do novo regime. Na prática, o sistema educacional não correspondeu ao projetado e idealizado pelos republicanos. Era frequente no discurso oficial a convocação da sociedade e das famílias, as quais deveriam ser parceiras competentes da escola

para que esta atingisse o propósito de ‘formação’ do indivíduo e a reforma nacional da sociedade.

Os relatórios dos professores foram importantes uma vez que eles deram voz ao professores e permitiram a contraposição entre os documentos oficiais e os não oficiais, eles desmascaravam e apresentavam as condições da educação no Estado, contrastando as intenções legais com as reais necessidade da instrução pública paranaense (MIGUEL, 2009).

Em muitos relatórios de professores, que não tiveram a mesma visibilidade que o da Professora Júlia Wanderley, apontavam a falta de tudo, menos do professor que deveria assumir todos os encargos, bem como em muitos ofícios e mesmo relatórios revelaram que o governo não cumpria o regulamento e em muitos casos era o professor que custeava os materiais indispensáveis para o desenvolvimento de suas aulas (WACHOWICZ, 1984 p.134-135).

A grande maioria dos relatórios de professores não eram divulgados, os divulgados eram aqueles em que o discurso era coerente com o do Estado, os quais tiveram visibilidade na tentativa de transformá-los em modelo de conduta, de prática educativa, de reprodução de procedimentos a ser seguido pelos demais.

Ao descrever a respeito do mobiliário da escola, em que era responsável, a professora fez uma descrição do que havia em seu estabelecimento, este era um procedimento rotineiro nos relatórios confeccionados pelos professores ao Diretor da Instrução Pública.

*A mobília desta escola consta de uma mesa de imbuia, uma cadeira de braços, também de imbuia, um grande estrado de pinho, um quadro negro sobre cavalete, dous cabides de pinho e 20 bancas-carteiras. Além d'este objetos que pertencem ao Estado, **fiz aquisição de outro utensílios** para esta escola que também possui – globo e mapas geographico; talha para água, bacia, relógio de parede e outros objetos de menor importância (WANDERLEY, 1906, p.20, **grifo meu**).*

Mesmo a escola sendo bem situada e com uma clientela prestigiada, com uma diretora e professora com boa representação política, em sua fala evidencia-se que alguns utensílios foram adquirido as suas custas, dentre estes materiais didáticos e demais materias de uso contínuo. Mesmo a escola tendo um certo prestígio, bem como a sua diretora, percebe-se a ausência do Estado em suprir todas as necessidades daquele estabelecimento, principalmente pedagógicas. Na

fala da professora Julia Wanderley fica subentendido o descaso com as condições materiais de funcionamento desta escola e a precariedade de materiais didáticos.

A determinação oficial do Estado do Paraná era pela utilização dos métodos oficiais, os professores deveriam ministrar suas aulas utilizando o método individual, misto ou simultâneo ou mútuo, sendo no individual o professor deveria ensinar cada aluno de acordo com o seu estágio de adiantamento dos conteúdos, no método misto, simultâneo ou mútuo as aulas se destinariam a todos os alunos ao mesmo tempo, com posterior explicação individualizada para os que não haviam compreendido o conteúdo. O método de ensino dos conteúdos foi Regulamentado em 1890, 1891 e 1892 todos determinavam o método intuitivo (OLIVEIRA, 2005-06).

O processo de ensino deve ser intuitivo, visando desenvolver no aluno a faculdade de observação, habituando-o a pensar por si mesmo. Exercitando-lhe a memória, cumpre evitar que ele decore automaticamente, como papagaio, transmita-se-lhe a idéia, para ele reproduzir por suas próprias palavras, quando possível, sem se escravizar às palavras do livro (PARANÁ, Decreto nº 263/1903).

Neste método, o conhecimento seria de forma mais natural, a intuição pelos sentidos é o que mais se adequou aos propósitos do novo regime para a instrução elementar, um método de ensino popular. Desta forma, foi amplamente difundido por meio de lições de coisas, este método respondia a finalidades políticas e racionais ao novo momento político (SCHELBAUER, 2003).

3.2 O método intuitivo como fundamento pedagógico de Júlia Wanderley

Quanto ao método adotado no relatório aqui abordado, consta a adoção do método intuitivo, o qual, segundo a professora Júlia Wanderley, apresentava vantagem pois era método oficial do Estado para a instrução popular, quanto a utilização deste método assim relatou :

*Aplicando uma vez o método indutivo ou analítico e outros o dedutivo ou o sintético, procuro sempre tornar intuitivo e claras as explicações dadas, para que alunos possam assim compreender assimilar e reter a lição ministrada. **Para as classes mais atrasadas, o método intuitivo** é sempre de grandes vantagens. A lição partindo das partes para o todo, do simples para o composto, deve basear-se em*

*princípios conhecidos e concretos, cumprindo abandonar por completo todo sistema fundado em princípios abstratos. Manifesto-me ostensivamente contra o ensino ministrado exclusivamente pela memória em prejuízo das outras faculdades da inteligência que assim sem exercício, ficarão inevitavelmente atrofiadas. Não devemos, pois abusar da memória; todas as preciosas faculdades da inteligência devem ser harmonicamente exercitadas e desenvolvidas. A experiência tem muitas vezes prejudicial, habitua os alunos a ler sem compreender, a estudar sem assimilar, transformando-o numa máquina de material e repetição e tornando-o assim um ente nulo, incapaz de raciocinar e resolver (WANDERLEY, 1906, p.23 – **grifo meu**).*

O método intuitivo se apresentou como inovação metodológica e a propagação do ideário liberal republicano, foi uma estratégia de intervenção na sala de aula, mudanças das práticas pedagógicas, adequação da escola ao projeto de modernização da sociedade (VALDEMARIM, 2006).

Este método de ensino era baseado em Pestalozzi⁶⁰ que foi considerado o criador da “*escola popular*”, escola esta que visou às camadas sociais desfavorecidas economicamente, contrapondo a um período de educação elitizada. Ele preconizou uma proposta de educação “integral”, subsidiada em uma pedagogia intuitiva, atrelada a formação moral e religiosa com possibilidades de uma redenção social pelos mais pobres, através do ensino profissionalizante.

Pestalozzi em sua proposta limitou as inúmeras dimensões do sujeito e a multiplicidade de fatores, visou assim uma formação unilateral, sujeitos para o mercado de trabalho apenas. Ele estava vinculado a tradição humanista, ao iluminismo, era fortemente influenciado pelo Romantismo, sem deixar de ser espiritualista, tradicionalista e liberal ao mesmo tempo (CAMBI, 1999).

O método intuitivo⁶¹ se popularizou com a tradução de Primeiras Lições de Coisas, adaptado e trazido às condições brasileiras por Rui Barbosa em 1886⁶². Este manual foi oficializado a sua utilização na formação de professores por meio das escolas normais e depois nas demais escolas de um modo geral. A lição de

⁶⁰ No dia 12 de janeiro de 1746 nasce Jonann Heinrich Pestalozzi, em Zurique, filho de cirurgião Johann Baptist Pestalozzi, descendia de italianos que emigraram para a Suíça no século XVI, e sua mãe, Susanne Hotz vinha de uma família de médicos. Seu pai falece no ano de 1751 Pestalozzi e os irmãos são criados pela mãe e pela governanta Magd Bárbara Schmid, a “Babeli” como chamavam, em meio a muitas dificuldades financeiras (INCONTRI, 1997).

⁶¹ A base do método intuitivo é a “lição das coisas”, se caracteriza por oferecer dados sensíveis à observação, indo do particular ao geral, do concreto experienciado ao racional, chegando por esse caminho aos conceitos mais abstratos” (ZANATA, 2005, p.171).

⁶² *Primeiras Lições de Coisas* foi aprovado pelo governo imperial como livro texto na formação de professores e publicado em 1886 (ZANATA, 2005, p.171).

coisas era um fragmento do método intuitivo, a primeira parte do método, era a parte mais fácil de ser aplicada, tratava da educação dos sentidos, a iniciação do ensino intuitivo. A intuição sensível é uma condição para se alcançar a intuição “intelectual”, precisa-se ensinar a criança a julgar pelos sentidos. Uma das partes do método intuitivo trata-se da educação moral e religiosa, a educação social e cívica. A educação moral era bastante peculiar naquele contexto político (SCHELBAUER, 2005).

A orientação para as diversas disciplinas que não deveria ter rigidez no horário de início e término da aula, que não se restringisse apenas as questões teóricas, mas que se configurasse numa questão viva como uma visita a um museu, a uma indústria, uma lição de plantas, assim a aula passava da observação pura e simplesmente dos objetos, as observações sucessivas por meio da experiência, como método intuitivo. O ensino intuitivo, defendido oficialmente pelo Estado, se configurou em instrumento capaz de “reverter” a ineficiência do ensino escolar, se apresentou como um método “adequado” à disseminação da instrução elementar para a formação dos desfavorecidos economicamente (SCHELBAUER, 2005).

Pestalozzi preconizou uma proposta de educação “integral”, subsidiada em uma pedagogia intuitiva⁶³, que atrelava a formação moral e religiosa com possibilidades de uma redenção social pelos mais pobres, mediante o ensino profissionalizante. Pestalozzi, em sua proposta pedagógica, limitou as inúmeras dimensões do sujeito e a multiplicidade de fatores, visou uma formação unilateral do homem, sujeitos para o mercado de trabalho, ou seja, formação de força de trabalho (ARCE, 2002).

Pestalozzi foi o introdutor de uma nova técnica pedagógica, coberto de intenções, ele tentou a carreira industrial de fiação de algodão e pretendeu formar crianças pobres para servirem neste fácil trabalho que poderia dar bons lucros. Seu projeto foi uma especulação industrial e simultaneamente uma “boa ação”. Ele não pretendeu mudanças e revoltas, queria fundar escolas de “homens”. Todavia, “admitia que existiam tantos homens e tantas educações quanto classes”. Em sua concepção a ordem social foi criada por Deus, ou seja, cada um tem seu lugar na

⁶³ Para maiores aprofundamentos quanto ao método intuitivo e a educação proposta por Pestalozzi e Froebel ver: Alessandra Arce. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

sociedade. Ele se propôs a “educar os pobres para que estes aceitassem de bom grado a sua pobreza” (PONCE, 1996, p.142-143).

Júlia Wanderley relata que os métodos de ensino poderão ser satisfatórios o resultado quando estiverem pautados na psicologia, uma vez que para ela existe uma estreita relação entre a psicologia e a pedagogia. Segundo a mesma, o professor dedicado deve, mesmo sobrecarregado de suas inúmeras atribuições, observar as inclinações de cada aluno, visando assim aplicar o método mais apropriado e conveniente. A professora afirmava que não era possível aplicar um único método, “sem grande prejuízo de muitos” (WANDERLEY, 1906, p. 23). Para ela, os métodos e os procedimentos de ensino deveriam variar conforme o grau de adiantamento dos alunos.

O método intuitivo era de grande vantagem para as classes mais atrasadas, a lição deveria partir das partes para o todo, do simples para o composto, pautada sempre nos princípios conhecidos e concretos, cumprindo abandonar todo o sistema fundado em princípios abstratos (WANDERLEY, 1906). Júlia se mostrou partidária de Pestalozzi e do método intuitivo como podemos verificar:

Partidária incondicional do método intuitivo Júlia Wanderley citava Pestalozzi em tudo que se referisse à ciência e arte de sua especialidade. Não que cingisse unicamente as teorias do imortal suíço. Cultura pedagógica atualizada, doutrinava autoridades e despertava vocações, sublimando o seu esforço em resultados práticos, hoje, perfeitamente verificados. Canalizava-lhe a profissão todo o seu vigor mental (ERVEN, 1945, p.14).

Na Escola Normal, o método intuitivo que ela preconizou foi amplamente difundido, os normalistas foram os multiplicadores deste processo de ensino, uma vez que o método se apresentava como eficaz. Ele foi entendido pelos seus proponentes como uma ferramenta capaz de reverter à ineficiência da instrução pública. Júlia Wanderley se apresentou de forma coerente e coesa com as proposições de educação do Estado.

A Escola Normal, para os republicanos, foi um meio eficaz para a formação de um corpo profissional em prol da educação da nação coerente com o sistema capitalista que necessitava de homens dóceis e obedientes ao sistema, visando à manutenção das contradições da sociedade. Júlia Wanderley foi a professora em evidência no Paraná, neste período histórico de transição do império para república, uma vez que ela condensava e personificava as aspirações republicanas para a

educação no país e tornou-se referência para as jovens que viam na mestra um modelo a ser seguido, uma possibilidade de sair da esfera privada para atuar como uma “missionária” na construção desta nova sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a formação e a atuação profissional de Júlia Wanderley e sua participação junto à revista “A Escola”. A delimitação desta pesquisa ficou circunscrita no período que compreende o ano 1874, de nascimento Júlia Wanderley, a 1918, data de sua morte.

O contexto histórico que abrange este período é muito rico, a vida de Júlia Wanderley perpassou o trabalho escravo, o fim do regime imperial, as transformações ocorridas nas relações de produção na conjuntura da sociedade brasileira na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a Proclamação da República e os primeiros anos deste novo regime. Juntamente com todas estas mudanças, fatores econômicos, políticos e sociais são evidenciados.

Nesta trajetória, salienta-se o processo de formação e atuação de Júlia Wanderley. Neste sentido, nos deparamos com as escolas que ela estudou, os colegas que teve, as condições materiais que estavam implícitas e as redes de relações que se estabeleceram em seu entorno. Foram evidenciadas as contradições da organização da sociedade, as possibilidades de superação de suas condições adversas.

No processo de formação de Júlia Wanderley, foram destacadas as transformações no sistema de ensino, oriundas das ideias trazidas pelas sociedades industrializadas, foi um momento de uma atmosfera de mudanças ideológicas, políticas, sociais e educacionais. Estabeleceu-se uma relação dependente entre o progresso econômico-social e a necessidade de qualificação para o trabalho, se far-se-ia urgente.

O discurso dos republicanos em prol da utilização do trabalho feminino na educação ganhou força no final do XIX, evidenciou-se uma necessidade de conciliar o recrutamento de profissionais para atender a demanda do novo momento e difundir a educação popular mantendo salários pouco atrativos para os homens.

A educação se constituiu em um campo profissional abertos à atividade feminina e respeitável para os padrões vigentes, a mulher, à sua natureza voltada para o cuidado, a guarda natural da criança, o instinto materno era um argumento para justificar a sua incorporação na educação.

Este trabalho buscou compreender a trajetória de Júlia Wanderley, bem como entender de que forma ela ganhou visibilidade e passou a ser uma figura pública em um momento histórico em que a maioria das mulheres estava restrita a vida privada e não tinham direito a voto ou a participação política. Entendemos que o fato de sua família ser republicana foi relevante, uma vez que havia uma participação e uma articulação entre os profissionais liberais como médicos, jornalistas e políticos republicanos, os quais contaram com o apoio da elite eriveteira que almejava o controle político do Estado.

Desta forma, podemos compreender que a ascensão social e a visibilidade de Júlia Wanderley não se deu apenas pelo desempenho intelectual da mesma, mas também por uma rede de relações e interesses, pessoas influentes econômica e politicamente que a mesma teve contato nas escolas em que estudou, uns como colegas, outros como professores, os quais admiravam-na como aluna aplicada.

Os republicanos utilizaram-se da educação e fizeram-na alicerce para a divulgação de seus ideais, evidencia-se o discurso em favor da modernização Brasil. A lógica de progresso para eles estava baseada na divisão social do trabalho que era incompatível com os índices elevado de analfabetismo. Na República, a instrução pública passou a ser resolução para os problemas do novo regime. A educação era a responsável pelo engrandecimento do Estado.

Os republicanos tiveram na Escola Normal um meio eficaz para a formação de um corpo profissional para uma educação coerente com o sistema capitalista que necessitava de homens dóceis, obedientes ao sistema. A Escola Normal deveria ser um mecanismo de controle social, que formaria o professor que deveria ser o agente capaz de reproduzir a ideologia que o Estado desejava e difundir um conhecimento que não fosse subverter as condições materiais dessa sociedade, mas que a conservasse da forma como se apresentava, ou seja, um processo de alienação a serviço da manutenção das desigualdades e da naturalização dessas.

A manifestação pública de Júlia Wanderley para o ingresso na Escola Normal vem ao encontro de uma necessidade do novo regime, o qual tomou algumas medidas necessárias para estimular e despertar o interesse de outras jovens para este estabelecimento, uma vez que era percebida uma desinteresse pela Escola Normal, por parte dos homens, em função das novas frentes de trabalho que emergiam com o capitalismo e a industrialização.

Ao ser evidenciada, Júlia Wanderley tornar-se um modelo a ser seguido como professora, na tentativa de despertar nas moças o desejo de ser como ela. Assim, o imaginário criado em seu entorno torna-se um meio eficaz de evidência da Escola Normal que estava em desprestígio naquele momento, tornando esta instituição objeto de desejo das demais jovens.

Após tornar-se professora pela Escola Normal, constatou-se um aumento do número de matrícula nesta escola, ela contribuiu imensamente neste processo, uma vez que na Escola Tiradentes, onde ela foi professora e diretora havia o preparatório para o ingresso de alunas na Escola Normal, onde Júlia recebeu promoção por seu desempenho como professora que aprovou um grande número de alunas na mesma. Ser aluna de Júlia Wanderley era uma deferência, sinônimo de prestígio.

Os republicanos falavam em nome do povo, mas não pelo povo. Eles detinham o controle da imprensa que se expandia neste período e reproduziam um discurso oficial inspirado no positivismo e na Revolução Francesa com o jargão de liberdade, igualdade e fraternidade com ordem e progresso. O discurso republicano era em prol da democratização do ensino, indispensável para a formação do cidadão e o desenvolvimento do país.

A imprensa vem de forma gradativa se consolidando, as informações veiculadas nela, as quais possibilitaram visualizar as relações de produção que constituíram a estrutura econômica da sociedade e as formas determinadas de consciência. Sendo ela artefato importante uma vez que por meio dela se tentou criar e se consolidar o imaginário social acerca de Júlia Wanderley.

Esta dissertação considerou a imprensa um elemento fundamental para a compreensão do imaginário construído acerca de Júlia Wanderley, bem como o projeto republicano para educação naquele contexto. As contradições existentes, naquele contexto, são evidenciadas articulando-as aos processos que permearam a evolução das forças produtivas na sociedade capitalista que conduziu a organização da classe dominante, tanto no plano social como no plano político.

A intelectualidade de Júlia Wanderley reside essencialmente na realização de um projeto político e educacional, ela desempenhará funções de dominação cultural, a qual procura atingir grupos sociais emergentes, forjados com crescimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas. Estes grupos de

intelectuais ligados às burguesias urbanas ascendentes encontram-se políticos, jornalistas, técnicos, professores e outros.

Os republicanos tentaram criar os seus referenciais de heróis selecionando aqueles membros que serviam de exemplo para todos, evidenciando-se uma necessidade de criar uma pessoa ideal, neste caso à figura de Júlia Wanderley e a sua trajetória vem ao encontro de uma necessidade de consolidação do novo regime e da propagação dos ideais vigentes. Sendo assim, sua trajetória como educadora foi de grande importância e fortaleceu o projeto republicano para a educação no Paraná.

O imaginário em torno de Júlia Wanderley visou à manutenção dos propósitos da classe dominante e beneficiar o grupo político local, à medida que divulgavam-na, também propagavam os seus próprios interesses e os valores que defendiam. Era preciso propagar os ideais republicanos para além da elite, eram necessárias outras abordagens, o que resultou a necessidade de manipular o imaginário e a construção de símbolos, alegorias e mitos na tentativa de utilizá-los como elementos legitimadores de ideais.

Para a concretização deste processo, a imprensa foi fundamental na disseminação e consolidação de um modelo de conduta, métodos a serem utilizados, com o objetivo de homogeneizar a educação coerente com o projeto republicano. A imprensa se apresentou como o principal meio de divulgação e disseminação de ideias, palco privilegiado de disputas, de interesses políticos, de legitimidade intelectual. Os jornais se notabilizaram como um veículo de uma elite letrada para a elite letrada. A imprensa se apresentou como um instrumento ideológico a serviço da ordem social vigente e da manutenção das desigualdades, naturalizando-as.

A revista periódica “A Escola” teve um papel fundamental quando se propôs ser uma formadora de opinião para o quadro de professores do Estado, mais também, no processo de personificar referências de práticas educativas, modelos a serem seguidos, métodos e materiais didáticos a serem utilizados.

Sobre o papel da educação, a professora Júlia Wanderley se apresentava de forma coesa e coerente com o discurso do Estado republicano que compreendia a educação como instrumento indispensável para formar o povo, uma educação com a finalidade explícita de criar o espírito nacional, sendo a escola capaz de conduzir a população nacional a “civilização”. A escola devia formar não o homem que a

natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja e a sociedade o formará conforme o interesse do país.

Dada a riqueza e os inúmeros determinantes históricos que permearam o objeto estudado, tem-se clareza de que esta pesquisa não se encerra aqui, ela poderá sugerir novos trabalhos que possam contribuir com a História da Educação Paranaense. Espera-se com a realização desta pesquisa ter contribuído com a história da educação brasileira e de maneira específica com a história da educação do Paraná. Mas de forma alguma lançaremos um ponto final neste trabalho, uma vez que ainda não se encerram as inquietações, o ponto final aqui é apenas para formar reticências.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola, **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira; Coordenado e revisado por BOSSI, Alfredo; revisão da tradução e tradução dos novos textos BEDETTI, Ivone Castilho. 5ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ANDRIOLI, Antônio Inácio. **A ideologia da “liberdade” liberal**. Revista Espaço Acadêmico. Nº53, out/2005.
Acesso: <http://www.espacoacademico.com.br/053/53andrioli.htm>.
- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. **A hemeroteca professor Osvaldo Pilotto, na Biblioteca do museu paranaense: um acervo para as pesquisas em história da educação no Paraná (1857 – 1946)**. EDUCERE, 2011.
- ARCE, Alessandra. **A pedagogia na “era das revoluções”**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- ARAUJO, Silvette Aparecida Crippa. **Professora Júlia Wanderley, uma Mulher-Mito (1874 – 1918)**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**, Curitiba-PR: Grafipar, 1969.
- _____.; CAROLLO, C.L; WESTPHALEN, C.M.W; BENGUI, L. COSTA, M.M. **Dicionário-histórico biográfico do Paraná**. Curitiba-PR: Chaim, 1991
- BASTOS, Tavares. **A província: estudo sobre a descentralização do Brasil**. São Paulo. Ed. Nacional, 1975.
- BOTTOMORE, Tom. (coord). **Dicionário do Pensamento Marxista**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini**. São Paulo: São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CAMPO, Isabela Candeloro. O livro **"Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta**: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. História vol.30 n.2 Franca Dec. 2011.pg 1-10. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-0742011000200010&script=sci_arttext, acesso em 10/12/2012
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CASTRO, Elizabeth Amorim de. **Grupos Escolares de Curitiba na primeira metade do século XX**. Curitiba: Edição do Autor, 2008.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Dos Governos Militares a Prudente – Campos Sales In **O Brasil Republicano** (Estrutura de Poder e Economia 1889 –1930). São Paulo. Difel, 1985.

CARDOSO, Rosy de Sá. **Breves Notas Sobre a Imprensa do Paraná.** IN HISTÓRIA DO PARANÁ, 3º Vol. Curitiba-PR: Grafipar, 1969.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História biográfica da República no Paraná.** Curitiba PR: Banestado, 1994.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados:** Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

-----, José Murilo de. **Formação das Almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, M. M. C. A escola e a República. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é História).

CARNEIRO, D. Dona Julia Wanderley. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 2 ag. 2, p. 13.

COMTE, Augusto. **Curso de Filosofia Positiva:** discurso preliminar sobre o conjunto positivista. Trad, ARTHUR, José Giannotti, Lemos, Miguel. São Paulo. Nova Cultura. 2000. (Coleção os pensadores)

CORRÊA, Amélia Siegel. **Imprensa e política no Paraná:** prosopografia dos redatores e pensamento republicano no final do século XIX. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, 2006.

COSTA, Milton Carlos. **Joaquim Nabuco entre a política e a história.** São Paulo: Annablume, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia a República:** momentos decisivos. 8 ed. Ver. E amp. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania República e educação:** governo provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Ideologia e educação brasileira.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

DESTEFANI, C. A herança da mestra. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 11 de jan. 2009a. p.19.

-----, C. Dona Julia Wanderley. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 26 de jul. 2009b. p. 14.

-----, C. Busto da mestra recuperado. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 07 de fev. de 2010. p.14.

-----, C. Julia Wanderley, a mestra. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 15 de out. de 1972.

DICIONÁRIO eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, (2009). 1. CD-ROM.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo, 1975.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2006.

FERRARINI, Sebastião. **A escravidão negra na Província do Paraná**. Curitiba: Ed. Lútero-Técnica, 1971.

FERRANTE, M. de L. M. Documento sobre a vida e obra de Julia Wanderley. Concurso em comemoração ao Centenário do seu nascimento - 26 de agosto de 1974.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Os intelectuais. O Princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.v. 2.

GANDY, D. Ross. **Marx e a História da Sociedade Primitiva ao Futuro Comunista**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

GONZALES, Horácio. **O que são intelectuais**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

GONÇALVES JUNIOR, Ernando Brito. **A educação pelo livro**: uma análise do compêndio de pedagogia de Dario Vellozo (1907) - Dossiê História e Educação - Volume 7, número 10, dezembro de 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**, 5 – São Paulo, 1972.

HEINZ, Flávio M. **O historiador e as elites – guisa de introdução**. In Heinz, Flávio M. (org.). Por uma história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972

INCONTRI, Dora. Pestalozzi: **Educação e ética**. São Paulo: Scipione, 1997.

LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.

MACEDO, A. et al. **Julia Wanderley - homenagem de seus colegas, amigos e admiradores** (conhecida como Poliantéia). Curitiba: Typ. João Haupt & Cia., 1918.

MARACH, Carolina Baron. **Inquietações Modernas**: Discurso Educacional e Civilizacional no Periódico A Escola (1906 a 1910). Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Crítica da educação e do ensino**. Tradução do Francês. RABAÇA, Ana Maria. Primeira edição. Lisboa. Moraes Editores, 1978.

_____, **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, Volume 1. São Paulo,

DIFEL, 1982.

_____, **Contribuição à crítica da economia política**. 3.ed.São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 2002.

_____. A ideologia Alemã V.1. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

_____. A ideologia Alemã V.1. São Paulo, Boitempo, 2007.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

-----, **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber).

-----, Paranismo. In A divulgação . Curitiba. Fev-mar. 1946, p.91

MARTINIAK, Vera Lúcia. **Educação e trabalho no ensino agrícola**: história das instituições escolares agrícolas. Curitiba, PR: CRV, 2011.

MARTINS, AnaLuiza; DE LUCA, Tania Regina. **Imprensa e cidade**. São Paulo:Ed. UNESP, 2006.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck **A Escola Normal no Paraná**: instituição formadora de professores e educadora do povo, V Congresso Brasileiro de História da Educação E o Ensino e a Pesquisa em História da Educação. 2008, p.1-24.

_____. **A História da Escola primária Pública do Paraná** : Entre as Intenções Legais e as Necessidades Reais. In : **Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia** SCHELBAUER, A., R. LOMBARDI, J. C. ; MACHADO, M. C.G. (orgs). Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. ; Klenk, H. . **O início da organização do ensino público na província do paraná (primeira década: 1854-1864)**. In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas, 2009, Campinas. VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Campinas: UNICAMP/UEPG, 2009. p. 01-12.

MOURA, Clovis. **Brasil raízes do protesto negro**. São Paulo: Ed. Global. 1983

MELO, Patrícia Bandeira de. **Um passeio pela História da Imprensa**: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. Comunicação e informação,V 8, nº 1 p. 26 - 38. – jan/ jun. 2005.

NASCIMENTO, M.I.M. Formação de professores: perspectiva para a pesquisa em educação. In **Educação em debate**: perspectiva, abordagens e historiografia. Analete Regina Schelbauer, José Claudinei Lombardi, Maria Cristina Gomes, Maria Isabel Moura Nascimento, (orgs.) Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais.** Ponta Grossa-PR: Editora UEPG, 2008.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense.** Curitiba, Impressora Paranaense, 1929, v.4. O Estado do Paraná. Curitiba, 1974.

NICOLAS, M. **100 anos de vida parlamentar.** Deputados provinciais e estaduais do Paraná. Assembléias Legislativas e Constituintes. 1854-1954. Curitiba: s.ed., 1954.

NORONHA, O. M. **Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República.** LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.), 2009.

_____. Olinda Maria. **Relatório de pesquisa: ideologia, trabalho e educação na primeira república.** Campinas, 2002.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: Classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)** Tese, Campinas, SP: [s.n.], 2000.

OLIVEIRA, R.C. **Sociologia: consensos e conflitos.** Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2001.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins. **O ensino primário na Província do Paraná (1853- 1889).** Curitiba: Dissertação (Mestrado em História) - UFPR, 1982.

_____. **Ensino Primário e Sociedade no Paraná Durante à primeira República.** Tese de Doutorado – USP, 1994.

_____. **Políticas públicas e reformas curriculares:** as escolas primárias no Paraná na primeira República. Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 1, n. 1, dez. - jul. 2005-2006. <http://www.pucsp.br/ecurriculum>. acesso em de 19 de set. de 2012.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PASTRE, MARCELO. **Clube Curitibano:** representações de lazer na formação da Sociedade curitibana, Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP. Piracicaba: SP, 2009.

PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres.** Estudos Avançados [online]. vol.13, n.35, pp. 167-1999.

PEREIRA, L.F.L. **Paranismo:** o Paraná inventado. Cultura e imaginário no Paraná da Primeira República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. História. IGLÉSIAS, Francisco (Org.) História. São Paulo: Ática, 1982.

PROSSER, Elizabeth Seraphim. **Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba: 1853 - 1953**: De Escola de Belas Artes e Indústrias de Mariano de Lima, à Universidade do Paraná e à Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

PILOTTO, Osvaldo. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paranaense**, Vol. XXIV – 1974-, p 1-8.

_____. **Júlia Wanderley**. Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. VXXIV, 1974.

_____. **Julia Wanderley**. Palestra comemorativa do Centenário de nascimento da Profa. Julia Wanderley Petrich. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1975, p.1-8.

_____. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854-1954)**. Curitiba: IHGP, 1976.

RAGAZZINI, Dario. **Para quem e o que testemunham as fontes da história da educação**. Educar em Revista. Curitiba, n. 18, 2001.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**: origens do ensino público paulista. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Uma Garganta e Alguns Níqueis**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1947.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos Ribeiro. **História da Educação Brasileira**. Cortez/Autores Associados, 1987.

PATTO, Maria Helena Souza. **Estado, ciência e política na Primeira República**: a desqualificação dos pobres. Estudos Avançados [online]. vol.13, n.35, pp. 167- 1999.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. **Mentalidade Liberal da Elite Paulista e Instituições de Ensino de Santos**. Santos:Revista Leopoldianum, 1989.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classe**. Tradução José Severino de Camargo Pereira. 15ª ed. São Paulo: Cortez , 1996

SABÓIA, América da Costa. **Curitiba de Minha Saudade 1904 – 1914**. Coleção Part. de Eduardo Sallum (Docs 981.621 S117) 1978.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.

SANTANA, Luis Carlos. **Liberalismo, ensino es privatização: um estudo a partir dos clássicos da economia política**. Campinas, SP: [s.n].1996

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civizada (O partido republicano paulista e a política de mão-de-mão – 1870 –1889**. USP, SP: 1980.

SAVIANI, Dermeval. **Breves considerações sobre fontes para a História da Educação.** In: LOMBARDI, J. C.; NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). Fontes, História e Historiografia da Educação. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: PUCPR; Palmas, PR: UNICS; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2004.

_____. **Tendências e correntes da educação brasileira.** In: MENDES, Durmeval Trigueiro (Org). Filosofia da Educação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **A constituição do método de ensino intuitivo na província de São Paulo (1870-1889).** Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2003.

_____. **Os congressos agrícolas de 1878 e o debate sobre a educação do povo no Brasil.** In: Fórum Sul de coordenadores de pós-graduação em educação - ANPED. II Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 1999, Curitiba-PR. Programa e Resumos do Fórum Sul de coordenadores de pós-graduação em educação-ANPED. II Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Curitiba-PR: Imprensa Universitária-UFPR, 1999.

_____. **O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX.** In: STEPHANOU, M e BASTOS, M. H. C. Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol II - Século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 2005, p. 132- 149.

_____. **Método intuitivo e lições de coisas:** saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX. In: José Claudinei Lombardi; Dermeval Saviani; Maria Isabel Moura Nascimento. (Org.). Navegando pela história da educação brasileira. Navegando pela história da educação brasileira. Campinas: Gráfica FE: HISTEDBR, 2006, v. , p. 1-23.

_____. **Método intuitivo e lições e coisas:** saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX, 2008.

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_titulos.html.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Graal, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media.** Porto : Edições Universidade Fernando Pessoa, 2003.

Souza, Daniela Moura Rocha de. **Memória de professores intelectuais como interlocutores do republicanismo em Vitória da Conquista entre os anos de 1910 até 1945.** Dissertação de Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

_____. Etelvina Maria de Castro. **Clotildes e Marias**: Mulheres Curitibana na Primeira República. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **O método intuitivo**: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In.: SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XIX. Campinas: Autores Associados, 2006. p.85-132.

VIDAL, D. G.. **Fim do mundo do fim**: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a História da Educação. Campinas: Autores Associados, 2000.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. **Da Palmatória à Lanterna Mágica**: A Escola Normal da Província do Rio de Janeiro entre o artesanato e a formação profissional (1868-1876). Tese (FE /USP) SP.

XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. **Poder Político e educação de Elite**. 3.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1992.

WACHOWICZ, Rui Cristóvão. **História do Paraná**. 7ed. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda, 1995.

_____. **História do Paraná**. 9ª Ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

_____. **Perfis de Personalidades Paranaenses**. IN HISTÓRIA DO PARANÁ, 3º Vol. Curitiba: Grafipar, 1969.

WANDERLEY, Julia. **Relatório da escola Tiradentes de 1905**. In Revista Escola. 1906.

ZANATA, Beatriz Aparecida. **O método Intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar**. Cad. Cedes, Campinas, Vol.25, n.66, p165-184.mai/ago.2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

ZANLORENZI, Claudia Maria P. **Educação e ideologia na imprensa de Irati**: (1954-1959). Dissertação de Mestrado. UEPG, Ponta Grossa-PR, 2006.

PARANÁ, Relatórios

PARANÁ. Relatório Oficial do Presidente Manoel P. S. Dantas Filho. Curitiba: DEAP, 1880.

_____. Relatório Oficial Diretor Geral da Instrução Pública Moyses Marcondes. Curitiba: DEAP, 1882.

_____. Relatório Oficial do Presidente Oliveira Bello. Curitiba: DEAP, 1884.

_____. Relatórios apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná por Brazílio Augusto Machado d' Oliveira Presidente da Província por ocasião da instalação da 1ª sessão da 16ª Legislatura no dia 15 de setembro de 1884 – Curitiba -Typografia Perseverança de J. Pinheiro.

_____. Relatório Oficial do Vice-Presidente Ildefonso Pereira Correia. Curitiba: DEAP, 1888.

_____. Relatório do Superintendente Geral de Ensino Victor Ferreira do Amaral e Silva. Curitiba: DEAP, 1893.

Sites visitados:

www.circulandoporcuritiba.com.br

<http://www.flickr/photos/ronelcorsi/sets/72157627581137901/show/>

<http://www.flickr.com/photos/87278430@N06/7991974215/>

[www.utp.br/lep/n2/jornal/a_memória.](http://www.utp.br/lep/n2/jornal/a_memoria)

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>

<http://www.cultura.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=261>

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>

<http://www.museuparanaense.pr.gov.br/>

<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>

JORNAIS:

A Escola, Curitiba, 1906 e 1907.

A República, Curitiba, 03 de jan. de 1893, p.2.

A República, Curitiba, 16 de abr. de 1893, p.3.

A República, Nomeação. Curitiba, 05 de julho de 1893, p.2.

A República, Curitiba, 18 de out. de 1899, p.2.

A República, Curitiba, 25 de nov. de 1899.

A República, Curitiba, 05 de jan. de 1900. p.2.

A República, Curitiba, 11 de fev. de 1901, p.3.

A República, Curitiba, 02 de jan. de 1902. p.2.

A República, Meeting de estudantes. Curitiba, 13 de jul. de 1904. p. 2-3.

A República, Curitiba, 06 de abr. de 1918. p. 2.

Comércio do Paraná, Curitiba, 16 de abr. de 1925, p.1.

Comércio do Paraná, O Monumento a D. Julia Wanderley. Curitiba, 16 de abr. de 1925, p.1.

Dezenove de Dezembro, Curitiba, 10 de jan. de 1877. p. 2.

Dezenove de Dezembro, Curitiba, 13 de março de 1867.

Dezenove de Dezembro, Curitiba, 17 de mar. de 1877. p.1.

Diário da Tarde, Curitiba, 24 de fev. de 1917, p. 2.

Diário da Tarde. A inauguração d'um monumento a Julia Wanderley. Curitiba, 11 de mai. de 1927, p. 6.

Diário da Tarde. A consagração de uma professora primária. Curitiba, 12 de mai. de 1927, p.2.

Diário da Tarde. Bibliographia (parte I). Curitiba, 28 de set.1900, p.1.

Diário da Tarde. Bibliographia (parte II). Curitiba, 29 de set.1900, p.1.

Diário da Tarde. Chorografia do Paraná. Curitiba, 02 de out. de 1900, p.1.

Diário da Tarde, Curitiba, 28 de set. 1900, p.1.

Diário da Tarde, Curitiba, 02 de out. 1900, p.1.

Diário da Tarde. Curitiba, 13 de nov. 1914, p.1.

Diário da Tarde. Reforma pedagógica – como vae sendo executada. Curitiba, 13 de nov. de 1914, p.1

Gazeta do Povo, Curitiba, 24 de mar. de 1924, p.2.

Gazeta do Povo, Curitiba, 26 de ago. de 1924, p.5.

Gazeta do Povo, Curitiba, 23 de set. de 1924, p.5.

Gazeta do Povo, Monumento A D. Julia Wanderley. Curitiba,10 de mai. de 1925, p. 8.

Gazeta do Povo. Monumento A' D. Julia Wanderley: convite ao povo paranaense. Curitiba, 11de mai. de 1925, p. 5.

Gazeta do Povo. A primeira professora primária consagrada no bronze no Brasil. Curitiba, 12 de mai. de 1925, p. 2.

Gazeta do Povo. A Inauguração do monumento a D. Julia Wanderley. Curitiba, 13 de mai. de 1927.

GOMES, R. Necrologio. **Diário da Tarde.** Curitiba, 06 de abr. de 1918, p.1.

GOMES, R. Julia Wanderley – mestra e missionária. **Diário Popular.** Curitiba, 25 de ago. 1974.p.3

CARNEIRO, D. Relembrando uma pedagoga **Gazeta do Povo.** Curitiba, 7 set. de 1985, p. 5.

FONTES PRIMÁRIAS:

Coleções Julia Wanderley. Casa da Memória de Curitiba. Divisão de Multimeios. Curitiba – 315 anos: passado, presente e futuro - A construção de uma cidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, março de 2008 (encarte).

Documentos Julia Wanderley. Casa da Memória de Curitiba. Biblioteca e Setor de Obras Raras.

ERVEN, H. M. **Julia Wanderley: uma vida que se igualou o seu destino.** Curitiba: Centro de Cultura Júlia Wanderley, 1945.

FERRANTE, Maria de Lurdes Miró de. **Documentos sobre a vida e obra de Julia Wanderley.** Concurso em comemoração ao centenário de seu nascimento, 1874- 26 de agosto -1974. Curitiba. Casa da Memória.

Histórico do Grupo Escolar Tiradentes, 1964.

Julia Wanderley: escritos, homenagens e fotografias. Curitiba: s.n., [19-]

Pasta Julia Wanderley. Setor História do Paraná, Divisão de documentação paranaense, Biblioteca Pública do Paraná, Curitiba.

PETRICH, J.W. Livro íntimo ou Diário. In: **Julia Wanderley:** escritos, homenagens e fotografias. Curitiba: s.n., [19-]. (Material xérox encadernado. Numerado manualmente), p.1-111.

Súmula histórica da Escola Tiradentes. Curitiba: s.n. 2009.

Fontes catalogadas na pesquisa e disponibilizadas em CD-Rom